



SUCCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

Universidade Federal de Minas Gerais

WP1 Needs analysis and preparing the soil

Francisco J. Castro-Toledo, Fernando Miró Llinares, Rocío Martínez Almanza, Raquel Botía López

Centro CRÍMINA para el estudio y prevención de la delincuencia
Universidad Miguel Hernández de Elche

WWW.CRIMINOLOGIA.SUCCESSPROJECT.EU



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

Índex

Executive summary	1
1. Sobre este relatório	2
2. Relatório de justificativa	4
2.1. Necessidade de programa dacordo às demandas sociais	4
2.2. Adequação do corpo docente para implementar a grade	8
2.2.1 Docentes do curso : Nível de qualificação acadêmica	9
2.2.2 A equipe acadêmica: dedicação funções	11
2.3. Grau de inserção no mercado de trabalho dos egressos	12
2.3.1 Taxa esperada de formandos	13
2.3.2 Recursos da universidade promoção da empregabilidade	14
2.4. Área de influencia: equilíbrio territorial	14
2.4.1 Demanda	14
2.4.2 A zona de influência	15
2.4.3 Incentivos institucionais públicos ou regulações legislativas de carácter universitário ou científico	16
3. Detecção da necessidade	20
3.1. Detecção de necessidades de treinamento auto-relatadas	20
3.1.1 Métodos e materiais	20
a. Técnicas e instrumentos	20
b. Variáveis	21
c. Descrição da amostra	30
3.1.2 Resultados	32
a. Profissionais	32
i. Necessidades de formação	32
ii. Necessidades institucionais relacionadas às práticas profissionais	46
b. Professores	47
i. Capacidades de treinamento	47
ii. Necessidades institucionais relacionadas ao ensino	62
iii. Necessidades de ensino	66
c. Estudantes	68
i. Necessidades institucionais relacionadas ao ensino	68
ii. Necessidades dos estudantes	72
3.2. Grupos nominais	73
3.2.1 Métodos y Materiais	73
a. Instrumento, projeto e procedimento	73
b. Descrição da amostra	74

3.2.2 Resultados	75
a. Âmbito da pesquisa	75
b. Âmbito da Polícia.....	77
c. Âmbito da Sociedade Civil	79
d. Âmbito da Segurança Privada.....	81
e. Âmbito Vitimológico.....	83
f. Âmbito Penitenciário.....	85
g. Âmbito Judicial	87
Referencias.....	89

Quadros

Quadro 1. Disciplinas estruturadoras do curso de formação	6
Quadro 2. Docentes participantes do Erasmus, por departamento de origem na UFMG	8
Quadro 3. Pesquisadores de pós-doutorado participantes do Erasmus, por área de especialização	9
Quadro 4. Qualificação do corpo docente e de pesquisadores envolvidos na proposta Erasmus.....	10
Quadro 5. Unidades acadêmicas envolvidas no projeto Erasmus, por percentual de docentes lotados em cada uma delas	11
Quadro 6. Concluintes do curso de especialização em estudos de criminalidade e segurança pública (2001 a 2015) ...	13
Quadro 7. Total de servidores policiais e das carreiras judiciais no ano de 2016	15
Quadro 8. Programas de Pós-Graduação cadastrados no portal da CAPES que se relacionam diretamente com a criminologia.....	16
Quadro 9. Lista dos grupos de pesquisa, indexados pela palavra criminologia, cadastrados no site do CNPq	17
Quadro 10. Revistas indexadas pelas palavras criminologia e segurança pública pelo Qualis Capes	19
Quadro 11. Descrição das variáveis: questionário profissional.....	21
Quadro 12. Descrição das variáveis: questionário para estudantes	21
Quadro 13. Descrição das variáveis: questionário para professores	21
Quadro 14. Descrição da Mostra dos Profissionais	30
Quadro 15. Descrição da Mostra dos Professores	30
Quadro 16. Descrição da Mostra dos Estudantes	30
Quadro 17. Profissionais: Resumo do Bloco de Teorias Criminológicas.....	32
Quadro 18. Profissionais: Resumo do Bloco Formas específicas de crime e violência.....	33
Quadro 19. Profissionais: Resumo do Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito	34
Quadro 20. Profissionais: Resumo do Bloco Vitimologia	35
Quadro 21. Profissionais: Resumo do Bloco Métodos de Investigação em Criminologia	36
Quadro 22. Profissionais: Resumo do Bloco Estatísticas.....	37
Quadro 23. Profissionais: Resumo do Bloco Políticas de Segurança Pública	38
Quadro 24. Profissionais: Resumo do Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito	39
Quadro 25. Profissionais: Resumo do Bloco Direito.....	40
Quadro 26. Profissionais: Resumo do Bloco Delinquência e Justiça Juvenil	41
Quadro 27. Profissionais: Resumo do Bloco Psicologia Criminal e Jurídica.....	42
Quadro 28. Profissionais: Resumo do Bloco Sociologia do Direito e da Violência	43
Quadro 29. Profissionais: Resumo do Bloco Antropologia Social	44
Quadro 30. Profissionais: Resumo do Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses	45
Quadro 31. Profissionais: Resumo do bloco necessidades institucionais	46
Quadro 32. Professores: Resumo do Bloco Macrocategorias de Conhecimento Criminológico.....	47
Quadro 33. Professores: Resumo do Bloco Teorias criminológicas	48
Quadro 34. Professores: Resumo do Bloco Formas específicas de crime e violência	49
Quadro 35. Professores: Resumo do Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito	50

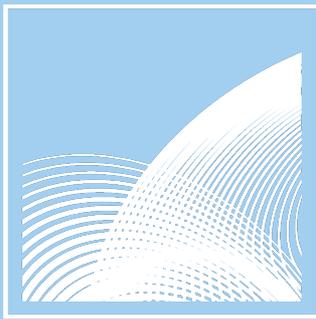
Quadro 36. Professores: Resumo do Bloco Vitimologia.....	51
Quadro 37. Professores: Resumo do Bloco Métodos de Investigação em Criminologia	52
Quadro 38. Professores: Resumo do Bloco Estatísticas	53
Quadro 39. Professores: Resumo do Bloco Políticas de Segurança Pública.....	54
Quadro 40. Professores: Resumo do Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito	55
Quadro 41. Professores: Resumo do Bloco Direito	56
Quadro 42. Professores: Resumo do Bloco Delinquência e Justiça Juvenil.....	57
Quadro 43. Professores: Resumo do Bloco Psicologia Criminal e Jurídica	58
Quadro 44. Professores: Resumo do Bloco Sociologia do Direito e da Violência	59
Quadro 45. Professores: Resumo do Bloco Antropologia Social.....	60
Quadro 46. Professores: Resumo do Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses.....	61
Quadro 47. Professores: Resumo do Bloco Recursos Humanos	62
Quadro 48. Professores: Resumo do Bloco Recursos Materiais	63
Quadro 49. Professores: Resumo do Bloco Recursos Funcionais.....	64
Quadro 50. Professores: Resumo do Bloco Serviços.....	65
Quadro 51. Professores: Resumo do Bloco necessidades individuais.....	66
Quadro 52. Professores: Resumo do Bloco TIC.....	67
Quadro 53. Estudantes: Resumo do Bloco Recursos Humanos	68
Quadro 54. Estudantes: Resumo do Bloco Recurso Materiais	69
Quadro 55. Estudantes: Resumo do Bloco Recursos Funcionais.....	70
Quadro 56. Estudantes: Resumo do Bloco Serviços.....	71
Quadro 57. Estudantes: Resumo do Bloco TIC	72
Quadro 58. Descrição da amostra Grupos Nominais	74
Quadro 59. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	75
Quadro 60. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades finais após o processo de construção de consenso .75	75
Quadro 61. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Resumo.....	76
Quadro 62. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	77
Quadro 63. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades finais após o processo de construção de consenso.....	77
Quadro 64. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Resumo	78
Quadro 65. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	79
Quadro 66. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades finais após o processo de construção de consenso	79
Quadro 67. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Resumo.....	80
Quadro 68. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	81
Quadro 69. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades finais após o processo de construção de consenso	81
Quadro 70. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Resumo	82

Quadro 71. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	83
Quadro 72. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades finais após o processo de construção de consenso	83
Quadro 73.. Grupos nominais Âmbito Vitimológico: Resumo.....	84
Quadro 74. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	85
Quadro 75. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades finais após o processo de construção de consenso	85
Quadro 76. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Resumo	86
Quadro 77. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão.....	87
Quadro 78. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades finais após o processo de construção de consenso	87

Gráficos

Gráfico 1. <i>Workflow</i> de SUCCESS de acordo com a proposta original (em preto é indicado o mês de entrega de D1.1 e D1.2)	2
Gráfico 2. Modificação do <i>Workflow</i> de SUCCESS de acordo com o status atual de implementação do projeto (em preto é indicado o mês de entrega de D1.1).....	3
Gráfico 3. Profissionais: Bloco Teorias Criminológicas	32
Gráfico 4. Profissionais: Bloco Formas específicas de crime e violência	33
Gráfico 5. Profissionais: Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito.....	34
Gráfico 6. Profissionais: Bloco Vitimologia	35
Gráfico 7. Profissionais: Bloco Métodos de Investigação em Criminologia.....	36
Gráfico 8. Profissionais: Bloco Estatísticas	37
Gráfico 9. Profissionais: Bloco Políticas de Segurança Pública	38
Gráfico 10. Profissionais: Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito	39
Gráfico 11. Profissionais: Bloco Direito	40
Gráfico 12. Profissionais: Bloco Delinquência e Justiça Juvenil.....	41
Gráfico 13. Profissionais: Bloco Psicologia Criminal e Jurídica	42
Gráfico 14. Profissionais: Bloco Sociologia do Direito e da Violência.....	43
Gráfico 15. Profissionais: Bloco Antropologia Social	44
Gráfico 16. Profissionais: Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses	45
Gráfico 17. Profissionais: Bloco necessidades institucionais (N= 27)	46
Gráfico 18. Professores: Bloco Macrocategorias de Conhecimento Criminológico	47
Gráfico 19. Professores: Bloco Teorias criminológicas (N=10)	48
Gráfico 20. Professores: Bloco Formas específicas de crime e violência (N=11).....	49
Gráfico 21. Professores: Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito (N=10)	50
Gráfico 22. Professores: Bloco Vitimologia (N=7)	51
Gráfico 23. Professores: Bloco Métodos de Investigação em Criminologia (N=10)	52
Gráfico 24. Professores: Bloco Estatísticas (N=10).....	53
Gráfico 25. Professores: Bloco Políticas de Segurança Pública (N=10)	54
Gráfico 26. Professores: Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito (N=4)	55
Gráfico 27. Professores: Bloco Direito (N=1).....	56
Gráfico 28. Professores: Bloco Delinquência e Justiça Juvenil (N=6)	57
Gráfico 29. Professores: Bloco Psicologia Criminal e Jurídica (N=1).....	58
Gráfico 30. Professores: Bloco Sociologia do Direito e da Violência (N=8)	59
Gráfico 31. Professores: Bloco Antropologia Social (N=3).....	60
Gráfico 32. Professores: Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses (N=1)	61
Gráfico 33. Professores: Bloco Recursos Humanos	62
Gráfico 34. Professores: Bloco Recursos Materiais	63
Gráfico 35. Professores: Bloco Recursos Funcionais	64

Gráfico 36. Professores: Bloco Serviços	65
Gráfico 37. Professores: Bloco Necessidades individuais.....	66
Gráfico 38. Professores: Bloco TIC.....	67
Gráfico 39. Estudantes: Bloco Recursos Humanos	68
Gráfico 40. Estudantes: Bloco Recursos Materiais	69
Gráfico 41. Estudantes: Bloco Recursos Funcionais	70
Gráfico 42. Estudantes: Bloco Serviços	71
Gráfico 43. Estudantes: Bloco TIC.....	72
Gráfico 44. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades finais	76
Gráfico 45. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades finais.....	78
Gráfico 46. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades finais	80
Gráfico 47. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades finais.....	82
Gráfico 48. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades finais.....	84
Gráfico 49. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades finais.....	86
Gráfico 50. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades finais	88



SUCCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

Executive summary

The D1.1 on needs detection of Latino universities is part of one of the deliverables of WP1: "Needs Analysis and preparing the soil". This report presents the final results of the deliverable in question, which refers to Federal University of Minas Gerais, to Brasil.

The objectives pursued by the report are as follows:

- Deepen the analysis of the needs of improvement of higher education offers in criminology and public safety.
- Define at each South American university the specific offers of higher education in criminology and public safety that will need to be created or improved and at what levels of studies.
- Identify the training needs of academic staff at South American universities to create or improve higher education offerings in criminology and public safety.
- Promote the transfer of knowledge from European universities on criminology and public safety to South American universities through a programme of learning mobility.

The report is made up of three specific sections:

1. **"On this report"** introduces in summary the structure of this report, as well as all the tasks carried out in the development of D1.1. *Needs analysis report*, exemplifying the SUCCESS Workflow in Gantt diagrams. These tasks are: 1. Design the needs analysis plan; 2. Identify university participants; 3. implement data collection activities; and 4. Processing of the data and preparation of the report.

2. **"Justification Report"** prepared by Federal University of Minas Gerais includes elements that summarize on the one hand: 1) the need on the part of the university to implement a training programme that responds to the social demands of Brasil in terms of crime analysis, prevention and mitigation; (2) the suitability of teaching staff to deliver the training programme to implement this included elements such as: teaching staff and capacity to implement the program, as well as their specialties and experience; (3) the degree of job insertion that post-university education graduates may have, this includes efforts being made at the university level to promote employability; (4) it includes the area of influence of the new training course is checked whether the degree meets the needs of the company, and the scope that is intended to have with the implementation of the company.

3. **"Needs Detection"** presents the methodology and results of the detection of training needs and nominal groups of the Federal University of Minas Gerais.

For the detection of training *needs*, a total of three *ad hoc questionnaires adopted* in the sociocultural context of the country are carried out: a questionnaire of professionals, another of teachers and, last, of students. The application of these has been carried out online, and sampling has been carried out by the responsible person involved in the project by the Federal University of Minas Gerais.

The structure of each of the questionnaires is as follows: 1. Questionnaire of professionals, which is responsible for collecting information on the specific competences in the professional field of the respondents, in addition to university practices and about institutional competences. 2. Teacher questionnaire, which focuses on the detection of training needs through the study of macrocompetences in the courses that are taught, as well as the ability to transmit specific competencies, the competences of teachers and those related to the institutional. 3. Questionnaire of students, it is based on the institutional competences related to human, material and functional resources with which the university has; in addition to paying attention to students' personal competencies.

The sample of each of the questionnaires has been constituted as follows:

Table 1. Sample description: questionnaires

Instrument	UFMG
Professional	31
Teachers	22
Students	79
Total	132

By way of synthesis, the main results that have been achieved after the implementation and analysis of the different instruments are presented, then highlighted and pays attention to the training needs identified by the group of professionals and subsequently summarizes the main results of the teaching skills .

Table 2. Professional's Training needs

Macrocompetence	M	Dt
Criminological theories	3.62	0.36
Specific Forms of Crime and Violence	3.36	0.35
Prediction, Prevention and Treatment of Crime and Crime	3.58	0.43
Victimology	3.57	0.50
Criminology Research Methods	3.74	0.51
Statistics	3.00	1.09
Public Security Policies	3.83	0.30
Criminal Policy and Conflict Resolution	3.40	0.68
Law	3.30	0.74
Crime and Juvenile Justice	3.48	0.75
Criminal and Legal Psychology	3.31	0.91
Legal and Violence Sociology	3.78	0.36
Social Anthropology	3.50	0.49
Legal Medicine and Forensic Sciences	2.68	1.12

Table 3. Teaching competencies

Macrocompetence	M	Dt
Criminological theories	1.55	0.51
Specific Forms of Crime and Violence	1.50	0.51
Prediction, Prevention and Treatment of Crime and Crime	1.55	0.51
Victimology	1.68	0.48
Criminology Research Methods	1.55	0.51
Statistics	1.55	0.51
Public Security Policies	1.55	0.51
Criminal Policy and Conflict Resolution	1.82	0.40
Law	1.95	0.21
Crime and Juvenile Justice	1.73	0.46
Criminal and Legal Psychology	1.95	0.21
Legal and Violence Sociology	1.64	0.49
Social Anthropology	1.86	0.35
Legal Medicine and Forensic Sciences	1.95	0.21

On the other hand, in order to complete the information collected from the application of the questionnaires on detected training needs, a series of **nominal groups are carried out** with professionals of Brasil in 7 different groups in the sector of criminology and / or public security of the country. The professional area, as well as participation in each of them, are distributed as follows:

Table 4. Sample description nominal groups

Brasil: Federal University of Minas Gerais	
Area	Participants
Area of Research	6
Police area	5
Civil Society	6
Private Security Area	7
Victimological field	8
Prison Area	6
Judicial area	6
Total	46

Each of the nominal groups is structured in four phases (1. Generation of silent ideas, 2. Share ideas, 3. Discussion and clarification of ideas and 4. Vote and ranking), each focused on answering the research question that was first raised: "Considering objectives such as preventing or controlling crime, or even offering effective treatment to criminals and/or victims of violence, what training needs have you identified in your professional area?"

The results in this report are subsequently used to establish a relationship between the needs identified by Latin universities and the competencies identified by European universities, as can be viewed in the general report. This is intended to contribute in an argued way to decision-making regarding the mobility plan.

1. Sobre este relatório

Este relatório inclui os resultados finais do D1.1. sobre a detecção das necessidades das universidades latinas e é um dos resultados que fazem parte do WP1 (Análise de necessidades e preparação do solo). Especificamente, as seções seguintes descrevem primeiro o relatório de justificativa das necessidades realizado pela Universidade Federal Minas de Gerai, depois é mostrada a metodologia utilizada para alcançar os objetivos, e cada um dos instrumentos utilizados para realizar a análise é descrito, especificamente os diferentes questionários que foram aplicados a professores, profissionais e estudantes. Assim como a metodologia seguida para os grupos nominais. Por outro lado, este relatório institucional mostra as principais conclusões da análise das necessidades e as lacunas identificadas, com base na apresentação de tabelas e gráficos que resumem e ilustram as informações obtidas. Estes resultados contribuem para o desenvolvimento da correspondência D1.2, que pode ser visualizada no relatório principal.

O desenvolvimento do relatório D1.1 D1.1 Needs analysis report envolveu um trabalho altamente colaborativo entre a UMH e universidades latino-americanas durante os primeiros 6 meses do projeto. Mais especificamente, foram realizadas as seguintes tarefas

- **T1.1. Elaboração do plano de análise das necessidades**, incluindo os instrumentos de coleta de dados e posterior análise com o apoio das Universidades Sul-Americanas.
- **T1.2. Identificação dos participantes** e coleta de dados em cada universidade.
- **T1.3.** Implementação de atividades de **coleta de dados e grupos de foco** com especialistas/interessados selecionados e um grupo de discussão.
- **T1.4. Processamento de dados e preparação de um relatório** por cada universidade a ser enviado à UMH que preparará um breve relatório comparativo destacando as necessidades específicas e relacionando-as com a experiência das universidades européias.

Com relação ao cronograma seguido, os seguintes gráficos de Gantt mostram todas as informações relacionadas ao cronograma de cada uma das tarefas em D1.1, tanto na versão proposta como na versão ajustada ao atraso de início do projeto.

Proposal		M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12
D1.1	T1.1												
	T1.2												
	T1.3												
	T1.4												
D1.2	T1.5												
	T1.6												
	T1.7												

Gráfico 1. Workflow de SUCCESS de acordo com a proposta original (em preto é indicado o mês de entrega de D1.1 e D1.2)

Delayed		M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	M13	M14	M15	M16
D1.1	T1.1																
	T1.2																
	T1.3																
	T1.4																
D1.2	T1.5																
	T1.6																
	T1.7																

Gráfico 2. Modificação do *Workflow* de SUCCESS de acordo com o status atual de implementação do projeto (em preto é indicado o mês de entrega de D1.1)

2. Relatório de justificativa

2.1. Necessidade de programa dacordo às demandas sociais

O Brasil é reconhecido internacionalmente por várias características. Ser o país com o carnaval mais animado, ter os campeonatos de futebol mais disputados e, também, por contar com os piores indicadores quando o assunto é crime e segurança pública. De cada 100 homicídios registrados no planeta, dez são brasileiros, em que pese termos apenas 2% da população mundial (UNODC, 2019). Ante a este quadro dramático de criminalidade, a resposta dada pelos governos tem sido eminentemente repressiva, razão pela qual o Brasil tem hoje uma das 20 maiores taxas de encarceramento em todo o mundo (World Prison, 2020). Esse endurecimento tem ressonado também na violência estatal e, por isso, em 2018, de cada 100 mortes violentas registradas no país, 11 tinham sido causadas pela própria polícia, uma taxa sem precedentes em outras localidades (FBSP, 2019).

Em parte, este cenário de elevada conflitualidade se explica pela formação violenta que orienta a prática das agências de segurança pública e justiça criminal, uma dimensão que não foi alterada com a transição democrática (Soares, 2007). Essa violência como resposta para o problema do crime é reificada cotidianamente nas ações policiais que acontecem nas periferias das grandes cidades brasileiras (French, 2017), sendo um problema que se deteriora rapidamente durante a Covid-19 (Ribeiro e Duarte, 2020). É também alimentado pela reduzida capacidade dissuasória do sistema de justiça criminal, uma vez que de cada 100 homicídios registrados no país, somente sete serão responsabilizados (Ribeiro e Diniz, 2020).

As políticas de *mano dura* têm como um de seus fatores de potencialização a ausência de políticas de prevenção, uma vez que poucas são estruturadas com base em evidências científicas, aptas a produzir os resultados que dela se esperam (Kopittke e Ramos, 2020). São potencializadas por um sistema prisional que desrespeita qualquer standard de direitos humanos, posto que num lugar onde deveria ter uma ou duas pessoas encarceradas, são colocados mais de 50 presos (Rangel e Bicalho, 2016), fazendo das prisões uma máquina de produção de tortura (Soares Filho e Bueno, 2016). Basta lembrar que a chance de morrer violentamente nesses espaços é maior do que fora deles, como mostra o levantamento do UNODC (2019).

Neste cenário, não há dúvida de que precisamos criar mecanismos que sejam capazes de melhorar as políticas públicas de segurança. Na área de sociologia do crime e da violência, há algumas décadas, existe certo consenso de uma das causas associadas a este precário funcionamento das organizações do sistema de segurança pública e justiça criminal é a formação deficiente de seus operadores (Soares, 2007; Sapor, 2007; Zanetic, 2010; Szabó e Risso, 2018; Campos & Alvarez, 2017; Kopittke, 2019). Há toda uma cultura que prima pelo bacharelismo jurídico que permeia a constituição e o funcionamento das polícias (militares, civis, federais e penais), defensoria pública, ministério público e judiciário, impedindo a adequada reflexão sobre os problemas sociais que originaram a conduta rotulada como criminosa que se coloca perante esses operadores (Júnior et al, 2011; Pires e Kant de Lima, 2013).

O fato de o curso de direito ser muitas vezes o requisito principal para acesso a essas carreiras públicas, o que no Brasil se dá mediante provas e títulos, faz com que no ambiente de trabalho, os profissionais estejam preocupados quase que exclusivamente com o que está escrito no documento (Kant de Lima, 2010). Poucos são aqueles que se atentam para quais foram as dinâmicas sociais e políticas que ensejaram um determinado comportamento que demanda a intervenção policial (Batitucci, 2019). Número ainda mais reduzido são os que se preocupam com os efeitos que uma dada decisão pode ter em termos de acirramento das dinâmicas criminais (Pires e Kant de Lima, 2013).

Desde a década de 1970, a sociologia do crime tem procurado construir ferramental teórico e empírico para desconstruir uma das associações mais perversas dentro do campo da segurança pública: a equivocada ideia de que pobreza produz crime (Ribeiro & Teixeira, 2018). Como destaca Marques (2017), os trabalhos seminais de Edmundo Campos Coelho, Antônio Luis Paixão, Alba Zaluar, Sérgio Adorno e

Eliana Bordini marcaram de forma inequívoca a forma como a academia brasileira pensa, constrói e analisa as políticas públicas de segurança. O problema é que eles ainda reverberam pouco dentro das agências de segurança pública e justiça criminal (Campos & Alvarez, 2017).

Antônio Luis Paixão, fundador do CRISP/UFMG, foi um dos primeiros a atentar para como a violência se beneficia de profissionais mal preparados para o exercício de sua função. Ainda na década de 1980, criou uma experiência pioneira de levar policiais militares de Minas Gerais para dentro de uma instituição acadêmica. A proposta era democratizar a forma de pensar e, por conseguinte, de agir desses funcionários públicos, única maneira de desnaturalizar o autoritarismo socialmente implantado dentro das polícias militares.¹ Desde essa experiência seminal, diversos foram os cursos realizados com vistas à formação específica de policiais.

A primeira matriz nacional para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública, por exemplo, foi elaborada em 2003 a partir dos resultados dos cursos idealizados pelo prof. Paixão, a partir de uma parceria entre a Fundação João Pinheiro e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Brasil, 2014). “Essa matriz foi incorporada pelas 27 unidades da federação para atividades formativas de policiais militares, policiais civis e bombeiros militares de todo o Brasil” (Ballesteri, 2010, p. 2). Sua reformulação, em 2013, foi conduzida a partir de um amplo diagnóstico acerca do que fora conquistado com o emprego da Matriz anterior e dos pontos que ainda precisavam avançar, algo que seria alimentado pela Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) (Brasil, 2014).

A RENAESP foi uma política pública do governo federal vigente por 15 anos e que primava pelo financiamento de cursos de pós-graduação lato sensu em segurança pública, realizados por Instituições de Ensino Superior (IES) que contassem com núcleos voltados especificamente para a pesquisa na área de criminalidade e segurança pública (Lima et al, 2016). Durante o período em que esteve em funcionamento, a RENAESP capacitou uma média de 5.250 profissionais por ano, incluindo guardas municipais, policiais militares e civis e agentes prisionais² (Ballesteri, 2010).

Todavia, desde 2016, com a mudança de prioridades dentro do Ministério da Justiça, a RENAESP teve as suas ações de ensino descontinuadas, de maneira que uma miríade de profissionais de segurança pública passou a buscar sua formação em outros cursos, que não aqueles diretamente promovidos pela instituição. Logo, há um estoque de profissionais que não foram capacitados pelos cursos da RENAESP, bem como outros que gostariam de compreender um pouco melhor como a sua prática poderia se desdobrar de forma menos autoritária e mais voltada para a proteção cidadã. Este é o público que a proposta do CRISP/UFMG no âmbito do projeto Erasmus pretende alcançar.

Necessidades sociais que devem ser cobertas com a análise, prevenção e redução do crime no país

Os números apresentados na seção anterior indicam como os profissionais brasileiros não têm conseguido responder a contendo aos desafios que lhe são colocados cotidianamente. Talvez, um dos maiores indicativos desta defasagem formativa seja o fato de que as organizações criminais, como é o caso do Primeiro Comando da Capital (PCC), tendem a ser vistas como medidas mais eficientes para a redução da criminalidade do que as ações ensejadas pelo sistema de segurança pública e justiça criminal (Feltran, 2012; 2018). Basta lembrar que a taxa de homicídio de São Paulo despencou de mais de 30 mortes por 100 mil habitantes para menos de 10 por 100 mil habitantes em um curto período de tempo, sendo tal mudança tradicionalmente apontada como decorrente das alterações operadas pelo PCC no que se refere à regulação do poder de matar (Willis, 2015).

¹ Essa experiência é analisada por Leeds (2013).

² Desde 2019, em razão da reformulação do art. 144, os agentes prisionais se tornaram policiais penais.

Como destaca Lima (2016, p. 188), o desconhecimento, por parte dos profissionais de segurança pública, acerca de como o fenômeno criminológico deve ser analisado e, depois, desdobrado em estratégias de intervenção, que precisam ser avaliadas no tempo e no espaço, explica em certa medida o fracasso brasileiro na condução da política de segurança pública. Neste contexto, a proposta é que o curso a ser desenvolvido pelo CRISP/UFMG no âmbito do projeto Erasmus retome a sua tradição inovadora nesta área, fornecendo aos profissionais ferramental teórico e metodológico necessário para lidar com os problemas cotidianos relacionados às causas e consequências da violência na sociedade brasileira. Com isso, espera-se que esses profissionais sejam capazes de oferecer respostas mais socialmente orientadas e menos formalistas, como as que se originam da formação exclusiva na dogmática jurídica. Acredita-se que a formação continuada desses profissionais, ao longo de diversos anos, poderá contribuir para a construção de políticas públicas orientadas por evidências, de forma mitigar os problemas anteriormente apontados.

O curso pensado para ser executado pelo CRISP/UFMG deve estruturar saberes que são próprios da sociologia, da psicologia, da medicina, da economia, da estatística, da geografia, da pedagogia e, por que não, do direito. Há que se destacar que a demanda pela formação de profissionais de segurança pública e justiça criminal dentro de paradigmas outros que não o formalismo jurídico permanece. Assim, mostrar como mesmo esse conhecimento pode ser pensado a partir de outros métodos contribuiria para maior efetividade, especialmente, dentro dos tribunais de justiça, uma das searas mais resistentes à mudança.

A ideia é que a grade de disciplinas obrigatórias contenha dez cursos. Essas correspondem, de alguma maneira, às maiores deficiências apontadas pelos estudos sobre formação de recursos humanos em segurança pública e justiça criminal (Brasil, 2014; Lima, 2016; Poncioni, 2005; Veiga e Souza, 2016). Correspondem também à diversidade dos próprios docentes, considerando seus departamentos de origem e também as suas áreas de expertise.

Quadro 1. Disciplinas estruturadoras do curso de formação

Disciplinas obrigatórias	Professor responsável
(1) Teorias criminológicas I	Claudio Beato
(2) Teorias criminológicas II	Andréa Guerra
(3) Projetos de Prevenção em Segurança Pública	Andréa Silveira
(4) Métodos e técnicas quantitativas de pesquisa	Marcos Prates
(5) Métodos e técnicas qualitativas de pesquisa	Valéria Oliveira
(6) Organizações do sistema de justiça criminal	Frederico Marinho
(7) Introdução ao método de análises comparadas sobre os sistemas de justiça	Camila Nicácio
(8) Geoprocessamento e Análise Criminal	Bráulio F. Alves
(9) Seminário de estudos prisionais	Ludmila Ribeiro
(10) Introdução à avaliação projetos segurança pública	Bernardo Lanza

Com essas disciplinas formadoras, acredita-se que os profissionais de segurança pública serão capazes de atuar de forma mais científica frente aos problemas com os quais eles são confrontados diariamente. Para além dessas disciplinas, estão pensadas outras optativas, que serão construídas de acordo com o interesse dos docentes que estruturam a proposta e, ainda, dos pesquisadores de pós-doutorado com vínculo com o CRISP/UFMG. O curso tem uma grande ênfase na parte metodológica porque entendemos que informação é o insumo básico para a avaliação dos impactos e resultados tanto das organizações de segurança (guarda municipal, polícia militar, polícia civil, polícia federal), da justiça criminal (defensoria pública, ministério público, judiciário) quanto da execução penal (penitenciárias estaduais e federais).

A forma como essas organizações produzem, organizam, disponibilizam e, especialmente, utilizam informações é o que determinará a natureza e efetividade dos recursos e ações implementados, sendo esse objetivo que pretendemos alcançar com o curso. Tal formação poderá permitir a constituição de políticas públicas mais guiadas por evidências e menos orientadas pela impressão sobre o que funciona ou não funciona (Kopittke e Ramos, 2020). Desta maneira, o movimento ascendente ou descendente das taxas de criminalidade poderá ser explicitado e explicado a partir de relações de causa e efeito, que poderão ser comprovadas empiricamente, algo ainda muito ausente na maioria de ações denominadas como de “avaliação” nesta seara (Murray, Cerqueira e Kahn, 2013).

Necessidade do perfil dos profissionais dedicados às áreas mencionadas e sua relação com os índices de criminalidade

A proposta do CRISP/UFMG é mobilizar uma equipe de profissionais eminentemente diversa para a constituição de um novo curso de formação em criminologia. A justificativa de porquê precisamos de docentes tão diferenciados tem relação direta com as análises que demonstraram a carência de conteúdos mais reflexivos na formação dos profissionais de segurança pública e justiça criminal (Lima et al, 2016; Zanetic, 2010; Soares, 2007; Saporì, 2007).

Assim, considerando a diversidade dos desafios que precisam ser enfrentados para a redução dos elevados níveis de criminalidade presente na sociedade brasileira, bem com o alto grau de ineficiência e violência do sistema de segurança pública e justiça criminal, o CRISP/UFMG demanda uma equipe eminentemente multidisciplinar. Tal diversidade já foi testada com sucesso em outros projetos do Centro e, com toda certeza, ajuda a compreender as experiências de políticas públicas de sucesso que começaram como projeto piloto e, posteriormente, foram estatizadas em todo o país.

Nesse sentido, cumpre destacar que projetos e programas de prevenção à criminalidade e gestão de informações, desenvolvidos pelo CRISP/UFMG, são referências nacionais e internacionais. Dentre elas, destaca-se o Programa de Controle de Homicídios (Fica Vivo!), reconhecido como importante iniciativa de enfrentamento da criminalidade juvenil. O Governo de Minas institucionalizou o programa como política pública através do Decreto nº 43.334, de 20 de maio de 2003 e, atualmente, o Governo do Estado de Pernambuco está replicando a metodologia do Programa.

Outra metodologia de sucesso criada pela CRISP/UFMG é o projeto IGESP – Integração e Gestão da Segurança Pública – desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais e que vem sendo apontado como o mais promissor programa de gestão da segurança pública estadual. Mais recentemente, o destaque é o sistema de Gestão Integrada para a Segurança do Trânsito (GISTRAN), desenvolvido para apoiar o trabalho dos profissionais da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) e contribuir para a prevenção de acidentes no trânsito da capital.

Na área de ensino, o CRISP/UFMG se destaca oferecendo cursos de aperfeiçoamento, extensão e de pós-graduação para alunos e pesquisadores de Minas Gerais e do Brasil. São referências as dez turmas do curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, e o curso de aperfeiçoamento em análise criminal. Outros cursos, como o de Gestão Comunitária da Segurança Pública; Policiamento Orientado para a Solução de Problemas (POP); Sociologia da Violência, Violência na sociedade brasileira: causas e consequências; Criminologia e Policiamento Comunitário também compõem o portfólio das atividades de ensino desenvolvidas pelo Centro ao longo de sua existência.

O ponto forte do novo curso do CRISP é sua forte orientação empírica e científica capaz de subsidiar avaliações e mudanças nas políticas públicas de segurança e justiça criminal em execução no âmbito municipal, estadual e federal. Outro aspecto a ser destacado é o forte componente aplicado das atividades acadêmicas desenvolvidas nas disciplinas que irão compor o novo curso. Finalmente, os cursos previstos têm forte orientação para um enfoque mais preventivo, sendo que os conteúdos irão se guiar pela constante reflexão sobre como desenvolver uma ação mais proativa em relação ao controle do crime.

2.2. Adequação do corpo docente para implementar a grade

Para viabilizar a formação diferenciada proposta pelo CRISP/UFMG, a equipe que trabalhará no projeto Erasmus será composta por dez professores, oriundos de sete unidades diferenciadas da UFMG, como indica o Quadro 2. Com isso, esperamos oferecer aos alunos uma ampla gama de conhecimentos que irão permitir uma prática mais conectada com a dinâmica social. Serão conteúdos orientados pela reflexão sobre como agir para evitar a deterioração do quadro de criminalidade, em detrimento de apenas apresentar uma resposta burocrática disponível num dos diplomas legais existentes no país.

Quadro 2. Docentes participantes do Erasmus, por departamento de origem na UFMG

Nome do docente	Departamento de origem	Ano de ingresso na UFMG	Posição na carreira
Andréa Máris Campos Guerra	Psicologia	2009	Associada
Andrea Maria da Silveira	Medicina Preventiva e Social	2001	Associada
Bernardo Lanza Queiroz	Demografia	2006	Associado
Bráulio Figueiredo Alves da Silva	Sociologia	2012	Adjunto
Camila Silva Nicácio	Introdução ao estudo do direito	2014	Adjunta
Claudio Chaves Beato Filho	Sociologia	1987	Titular
Frederico Couto Marinho	Geografia	2016	Adjunto
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro	Sociologia	2012	Associada
Marcos Oliveira Prates	Estatística	2015	Associado
Valéria Cristina Oliveira	Ciências aplicadas à educação	2017	Adjunta

Como se pode observar no Quadro 2, os docentes que são parte do corpo permanente da UFMG estão em diferentes níveis da carreira, sendo um titular, cinco associados e quatro adjuntos. Todos têm, pelo menos, cinco anos de vínculo com a universidade, o que significa dizer que são todos estáveis,³ posto que aprovados no estágio probatório (que por lei tem duração de três anos no Brasil). São, assim, profissionais de competência reconhecida pela própria instituição.

São também docentes que já receberam prêmios nacionais e internacionais por sua produção intelectual, por sua trajetória profissional, ou ainda, por sua capacidade de orientação de alunos laureados com os reconhecimentos de melhor tese de doutorado. Apenas a título de exemplo, a profa. Andréa Máris Campos Guerra recebeu, em 2016, o prêmio destaque na categoria Espaço Urbano e violência, Conferência Internacional Sul-americana: Territorialidades e humanidades. Já o prof. Bernardo Lanza Queiroz recebeu em três anos consecutivos (2011, 2012 e 2013) o prêmio CAPES4 pela orientação da melhor tese de doutorado na área de planejamento urbano e regional. A profa. Camila Nicácio recebeu o segundo lugar do prêmio concedido pelo Ministère de la Justice de France por sua tese de doutorado sobre mediação de conflitos e, no ano seguinte, foi agraciada com a medalha Tiradentes em 2013.⁵ O prof. Cláudio Beato recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico, Ministério da Ciência e Tecnologia (2008), que é mais alto reconhecido concedido pelas autoridades brasileiras a pesquisadores de destaque em âmbito nacional e internacional.⁶ A profa. Ludmila Ribeiro recebeu, em 2018, a Menção

³ O que corresponde ao *tenure* nos Estados Unidos da América.

⁴ Para maiores informações sobre este prêmio, ver: <https://www.capes.gov.br/premiocapesdetese>, acesso em 30 de julho de 2020.

⁵ Para maiores informações sobre a Medalha Tiradentes, ver: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/Portal%20PM/30052018210944201.pdf>, acesso em 28 de julho de 2020.

⁶ Para maiores informações sobre a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico, ver: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.039-de-3-de-outubro-de-2019-219921923>, acesso em 28 de julho de 2020.

honrosa de melhor artigo no Prémio 40 anos da Revista Crítica de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais (Portugal) e, em 2012, o reconhecimento pelo melhor artigo publicado no International Journal of Public Opinion Research. Já o prof. Marcos Prates foi reconhecido em 2011 com o prêmio de melhor tese em estatística na University of Connecticut.

Essa lista de prêmios não é exaustiva e inclui tão somente uma amostra dos diversos reconhecimentos que a equipe de docentes que integra a proposta Erasmus acumulou ao longo de sua trajetória profissional. A reunião de profissionais com tamanha competência, certificada nacional e internacionalmente, deve garantir uma formação diferenciada para os operadores do sistema de segurança pública e justiça criminal, que são o foco dessa proposta.

Para além dos docentes, pesquisadores de pós-doutorado farão parte desta proposta, como forma de colaborar com o aprofundamento de algumas temáticas que não são tão problematizadas em outros cursos (como é o caso da questão prisional, bem como da estruturação e funcionamento das gangues). Tais profissionais são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3. Pesquisadores de pós-doutorado participantes do Erasmus, por área de especialização

Nome do pesquisador	Temática de especialização
Luana Hordones Chaves	Encarceramento feminino
Rafael Rocha	Gangues, facções e disputas territoriais
Roseane Lisboa	Sistema prisional, egressos
Thais Lemos Duarte	Crime organizado
Victor Neiva e Oliveira	Sistema prisional, agentes penitenciários

A partir desses 15 profissionais, todos doutores e com vínculo direto com a UFMG, será possível criar um curso extremamente inovador e reflexivo, de forma que todos os profissionais de atuam direta ou indiretamente com a questão da criminalidade e segurança pública sintam-se contemplados em termos de saberes e linhas de pesquisa. A ideia inicial é que o curso tenha três áreas de especialização principais, considerando as temáticas de atuação do corpo docente e dos pesquisadores de pós-doutorado. São elas: teoria criminológica, organizações do sistema de segurança pública e justiça criminal e avaliação de políticas públicas.

2.2.1 Docentes do curso : Nível de qualificação acadêmica

De acordo com a legislação brasileira, para o credenciamento de novos cursos de mestrado é necessário submeter a proposta à Capes, órgão do Ministério da Educação. Todavia, em razão da Portaria nº 49, de 20 de março de 2020, está suspensa a submissão de propostas de novos cursos de pós-graduação stricto sensu por tempo indeterminado. Isso significa que, no âmbito da proposta do Erasmus, será possível a realização tão somente de cursos de especialização, posto que essa é a única modalidade nova de ensino que está autorizada no âmbito da UFMG neste momento.

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007,⁷ todos os cursos de pós-graduação stricto sensu devem contar, pelo menos, 50% de doutores. Como, em nossa proposta, o corpo docente é composto integralmente por doutores, essa exigência está prontamente satisfeita, caminhando para a estruturação de cursos de mestrado quando a análise desses pela CAPES for novamente viável.

Outros critérios levados em consideração pelas autoridades no Brasil para a aprovação de cursos de pós-graduação (especialmente stricto sensu) são: (1) o corpo docente não pode ter menos do que cinco anos de doutoramento (em média); (2) a produção da equipe deve ser adequada ao tempo de doutoramento; (3) o corpo docente deve ter reconhecida capacidade de liderança, dada pela quantidade de artigos

⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao/pos-lato-sensu>, acesso em 28 de julho de 2020.

publicados, quantidade de citações, número e diversidade de orientações, além da concessão pelo CNPq de bolsa de produtividade.⁸

Como indica o Quadro 4, os integrantes da proposta do CRISP/UFMG têm tempo médio de doutoramento de dez anos, sendo que os docentes têm média maior do que os pesquisadores de pós-doutorado (12 anos versus 5 anos, respectivamente). Entre os docentes, somente quatro não possuem bolsa de produtividade e, entre os pesquisadores de pós-doutorado, nenhum possui este reconhecimento do CNPq. Isso ocorre em razão do baixo tempo de doutoramento e, também pelo fato de eles não serem docentes em uma Instituição de Ensino Superior, com experiência na orientação de alunos de mestrado e doutorado, sendo esses alguns dos critérios para a concessão da referida bolsa (Wainer e Viera, 2013).

Em termos de produtividade, medida pela quantidade de artigos, é necessário sublinhar que os docentes e pesquisadores da proposta do CRISP/UFMG contam com produção acima da média esperada, considerando o tempo de doutoramento. São, em média, três artigos por componente por ano, o que está dentro dos padrões esperados pela CAPES e pelo CNPq. Essa quantidade mínima aumenta substancialmente quando os livros e capítulos de livro também são considerados. Por fim, os docentes possuem diversificada experiência na orientação de alunos de diversos níveis, incluindo iniciação científica, graduação, especialização, mestrado e doutorado. Novamente, é importante destacar que os pesquisadores não possuem este tipo de experiência em razão das novas vigentes da UFMG, que reserva esse tipo de orientação somente aos docentes.

Quadro 4. Qualificação do corpo docente e de pesquisadores envolvidos na proposta Erasmus

Nome do profissional	Ano de doutoramento	Bolsista de produtividade	Publicações (não inclui no prelo)			Orientações concluídas (não inclui em andamento)				
			Artigos	Livros	Capítulos de livro	Iniciação científica	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
<i>Docentes</i>										
Andréa Máris Campos Guerra	2007	Sim	73	24	75	23	20	10	24	9
Andrea Maria da Silveira	2007	Não	46	5	30	1	2	37	24	2
Bernardo Lanza Queiroz	2005	Sim	62	3	21	14	52	0	17	21
Bráulio Figueiredo Alves da Silva	2012	Sim	24	6	6	1	10	7	8	1
Camila Silva Nicácio	2012	Não	9	11	23	1	9	2	10	0
Claudio Chaves Beato Filho	1992	Sim	43	3	32	8	6	3	17	17
Frederico Couto Marinho	2012	Não	3	1	11	0	3	25	0	0
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro	2009	Sim	88	5	26	16	24	14	9	0
Marcos Oliveira Prates	2011	Sim	27	2	4	0	10	3	11	5
Valéria Cristina Oliveira	2016	Não	8	3	10	1	0	5	0	0
<i>Pesquisadores de pós-doutorado</i>										
Luana Hordones Chaves	2016	Não	15	1	1	0	0	0	0	0
Rafael Silveira Rocha	2017	Não	5	0	3	0	0	1	0	0
Roseane Lisboa	2012	Não	1	2	3	0	0	0	0	0
Thais Lemos Duarte	2015	Não	13	2	11	0	0	0	0	0
Victor Neiva e Oliveira	2018	Não	9	0	0	0	0	5	0	0

⁸ De acordo com Wainer e Viera (2013, p. 62), “o CNPq é um dos principais órgãos brasileiros de financiamento da pesquisa científica. Entre as formas de financiamento do CNPq, inclui-se a Bolsa de Produtividade em Pesquisa, que é atribuída a pesquisadores de todas as áreas, baseado não só na qualidade de um projeto submetido, mas principalmente na qualidade do pesquisador. Como a Bolsa de Produtividade em Pesquisa inclui um forte componente da avaliação da qualidade do pesquisador (em contraste com outras formas de financiamento que incluem, também, a qualidade e adequação da proposta aos objetivos específicos do financiamento), ela se torna uma boa ferramenta para entender como é feita a avaliação de pesquisadores no Brasil”.

Em resumo, o corpo docente reúne vasta experiência científica e empírica (produção de bancos de dados quantitativos e espaciais) na abordagem das múltiplas manifestações da (homicídio, feminicídio, tráfico de drogas, trajetória criminal, vitimização) e das instituições, das políticas públicas e dos problemas do sistema de segurança pública e justiça criminal (com destaque para o racismo institucional, encarceramento em massa). Outro ponto que caracteriza o corpo docente é o forte componente aplicado das atividades desenvolvidas. Todos estão, em graus variados, diretamente envolvidos na criação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança e justiça criminal.

2.2.2 A equipe acadêmica: dedicação funções

Em que pese a proposta estar sediada no Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), que é o órgão departamental ao qual o CRISP/UFMG está vinculado, ela envolve docentes de diversos outros departamentos da UFMG. A título de ilustração, atualmente a UFMG possui 23 unidades,⁹ sendo que duas delas não podem ser computadas como unidades de ensino universitário porque se destinam ao ensino fundamental (Centro Pedagógico) e ensino médio (COLTEC). Das 21 unidades restantes, sete estão envolvidas diretamente no projeto Erasmus, como pode ser observado no Quadro 5.

As Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG – Nº 02/2017 são os instrumentos que regem os cursos de especialização dentro da Universidade.¹⁰ Nenhuma delas exige que os cursos de especialização tenham docentes de várias unidades envolvidos na proposta. Todavia, é recomendável que exista, na medida do possível, cooperação entre as diversas áreas de conhecimento. Tal proposta é inclusive fomentada no sentido de viabilizar à graduação formações transversais em determinadas temáticas.¹¹ As formações complementares são programas sobre um determinado assunto que se desdobram em disciplinas diversas, dando ao aluno uma espécie de certificado de especialista nesta seara. Não existe nenhum direcionamento na pós-graduação nesta direção, de maneira que a proposta de curso do CRISP/UFMG é também inovadora por envolver professores das mais diversas áreas.

Quadro 5. Unidades acadêmicas envolvidas no projeto Erasmus, por percentual de docentes lotados em cada uma delas

Unidade	Departamentos que participam na proposta	Participação percentual no total de docentes da UFMG	# docentes que integram a proposta
Faculdade de Ciências Econômicas Faculdade de Direito e Ciências do Estado	Demografia	3,7	1
	Introdução ao estudo do direito	3,6	1
Faculdade de Educação Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Ciências aplicadas à educação	4,4	1
	Psicologia e Sociologia	6,7	4
Faculdade de Medicina	Medicina Preventiva e Social	11,8	1
Instituto de Ciências Exatas	Estatística	10,8	1
Instituto de Geociências	Geografia	2,6	1

Quanto ao tempo exigido para a formação dos alunos, a regulamentação dos cursos de especialização no Brasil é dada pela Capes, órgão do Ministério da Educação.¹² De acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007, os cursos de especialização devem ter 360 horas de duração, excluídas as destinadas a orientação do trabalho monográfico. Além disso, considerando o sistema de 15 horas para um crédito vigente na UFMG, as disciplinas oferecidas no âmbito de cursos de pós-graduação devem possuir, em média, 30 horas de duração. Nesse contexto, a proposta do CRISP/UFMG é que as disciplinas obrigatórias tenham um total de 300 horas de duração, sendo que às optativas seriam reservadas outras

⁹ Nesse sentido, ver: <http://somos.ufmg.br/indicadores>, acesso em 28 de julho de 2020.

¹⁰ Disponível em: https://www.ufmg.br/prpg/categoria_normas/normas-academicas/, acesso em 28 de julho de 2020.

¹¹ Nesse sentido, ver: <https://www2.ufmg.br/prograd/prograd/Pro-Reitoria-de-Graduacao/Estudante/Formacao-Transversal>, acesso em 28 de julho de 2020.

¹² Nesse sentido, ver: <http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao/pos-lato-sensu>, acesso em 28 de julho de 2020.

60 horas, o que significa dizer que cada aluno poderia escolher duas disciplinas opcionais dentro de seus interesses específicos. Vale lembrar que as disciplinas optativas serão estruturadas a depender do perfil dos discentes (em termos de seus interesses), razão pela qual não seguem listadas neste documento.

Em termos de dedicação do corpo docente, Resolução CNE/CES nº 1/2008 da CAPES não estabelece a priori um número mínimo de horas para os cursos de especialização lato sensu. Para os cursos de mestrado e doutorado, espera-se que o docente dedique pelo menos oito horas semanais às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Todos os docentes envolvidos nesta proposta estão vinculados a programas de pós-graduação nas suas respectivas áreas (Psicologia, Saúde Coletiva, Demografia, Sociologia, Direito, Estatística, Educação) e informaram que irão compatibilizar suas atividades acadêmicas com as tarefas previstas no curso de especialização que deverá originar do projeto Erasmus. Espera-se que cada qual dedique, pelo menos, seis horas semanais ao novo curso de especialização do CRISP/UFMG.

2.3. Grau de inserção no mercado de trabalho dos egressos

Ao longo de sua história, o CRISP/UFMG ofereceu 11 cursos de especialização em estudos de criminalidade e segurança pública. Alguns deles foram demandados por órgãos específicos (como a Polícia Militar, a Polícia Civil ou a Secretaria de Estado de Defesa Social). Outros foram financiados diretamente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, como parte das atividades da RENAESP (Lima et al, 2016).

De acordo com as Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG – Nº 02/2017, todos os cursos de especialização, mesmos os contratados por entidades específicas, devem ter pelo menos 10% das vagas abertas para a comunidade,¹³ o que significa diversidade dentro de todas as turmas, um princípio bastante valorizado pelo CRISP/UFMG. Além disso, todos os cursos devem contar necessariamente com processos seletivos, que podem incluir provas e títulos ou apenas uma das duas modalidades. Porém, é terminantemente proibida a oferta de cursos de especialização que não tenham qualquer tipo de seleção anterior.

Em média, a UFMG autoriza a abertura de 40 vagas, sendo que 10% delas devem ser abertas à comunidade. Em algumas edições do curso do CRISP/UFMG foram oferecidas 50 vagas (2006, 2007 e 2008) dadas as demandas apresentadas pelos órgãos que financiaram seus profissionais. Nas onze edições do curso de especialização intitulado “estudos de criminalidade e segurança pública” foi observada uma razão de quatro candidatos por vaga, sendo que, em 2015, tivemos cinco candidatos por vaga.

É importante salientar que os candidatos ao curso eram em sua maioria profissionais do sistema de segurança pública e justiça criminal. Este é o perfil de aluno que o CRISP/UFMG atrai e forma, sendo que os nossos cursos não atraem aqueles que acabaram de concluir o ensino superior ou que não atuam diretamente com problemas relacionados ao crime e à violência. Acreditamos que o curso oferecido no âmbito do Erasmus atrairá um perfil semelhante em razão da longa trajetória de pesquisa e intervenção do CRISP/UFMG no Brasil.

É bom lembrar ainda que nem todos os ingressantes se tornam concluintes. Alguns são reprovados em mais de uma disciplina e terminam desligados do curso. Outros precisam de alguma licença (como a maternidade, saúde) e precisam concluir na turma subsequente. Apesar desses problemas, a média de concluintes ao longo dos anos em que o CRISP/UFMG ofereceu o curso de especialização foi de 40 alunos, como mostra o Quadro 6.

¹³ Todas as normativas referentes a cursos de especialização da UFMG, incluindo aquelas que já estão aprovadas, estão disponíveis em: <https://www.ufmg.br/prpg/especializacao/>, acesso em 28 de julho de 2020.

Em termos de perfil dos egressos do curso de estudos de criminalidade e segurança pública, 44% eram policiais militares, 33% eram policiais civis, 8% eram pessoas oriundas da sociedade civil e 8% eram gestores estaduais ou municipais que atuavam com essas temáticas. Todas as turmas primaram pela diversidade de formação, como forma de estreitar o diálogo que muitas vezes não acontece em âmbito operacional (Soares, 2007), contribuindo para a melhor integração de atividades e serviços na área da segurança pública (Sapori, 2007).

As lições aprendidas com as onze edições do curso de especialização são importantes porque a parte gerencial da proposta permanece a mesma, ainda que o conteúdo tenha sido completamente reformulado. Ou seja, no âmbito do projeto Erasmus, pretendemos oferecer 40 vagas para profissionais que atuam nas diversas áreas relacionadas à segurança pública e justiça criminal. O objetivo principal da proposta é o aperfeiçoamento desses quadros.

Quadro 6. Concluintes do curso de especialização em estudos de criminalidade e segurança pública (2001 a 2015)

Ano	Guardas Municipais	Policiais Militares	Policiais Federais	Promotores de justiça	Policiais Civis	Bombeiros Militares	Gestos estadual/municipal	Agente prisional	Sociedade civil	Total	Financiador
2001	0	13	0	0	24	0	1	0	2	40	Ford Foundation e Alunos
2002	0	30	1	2	0	0	0	0	7	40	Polícia Militar de Minas Gerais e Alunos
2003	0	8	0	0	26	0	3	0	4	41	Polícia Civil de Minas Gerais e Alunos
2005	0	12	1	2	6	3	4	0	4	32	SEDS e Alunos
2006	0	15	0	3	7	3	8	0	4	40	SEDS e Alunos
2006	0	28	1	1	10	0	2	0	1	43	SENASP/MJ e Alunos
2007	0	26	0	0	9	0	7	0	3	45	SEDS e Alunos
2008	2	26	0	0	14	1	0	0	6	49	SENASP/MJ e Alunos
2009	0	18	0	0	6	1	10	0	3	38	SEDS e Alunos
2014	7	11	0	0	8	1	0	3	3	33	SENASP/MJ
2015	4	9	0	0	25	2	0	0	0	40	SENASP/MJ

2.3.1 Taxa esperada de formandos

A taxa esperada é de 40 formandos por cada turma, o que está de acordo com a normativa da UFMG para os cursos de especialização e também com a nossa experiência prévia. Caso a demanda por formação exceda a taxa de cinco alunos por vaga, que foi a maior já verificada na história do CRISP/UFMG, é possível abrir uma turma sobressalente para contemplar os interessados.

Para adequar a demanda cultural, social e econômica, uma das estratégias pensadas foi a criação de cotas de vagas para profissionais específicos (por exemplo, policiais militares ou promotores de justiça), de forma a garantir que percentualmente os inscritos serão representados entre os selecionados finais. Atualmente, a UFMG possui política de reserva de vagas também denominada de cotas raciais,¹⁴ sendo que 10% das vagas de qualquer curso nesta universidade são reservadas para pessoas que se autodeclarem pretos ou pardos. Tal regra deverá ser respeitada na seleção para o curso proposto no âmbito do projeto Erasmus.

Além disso, como destacado anteriormente, 10% das vagas do curso de especialização serão reservadas à comunidade, isto é, não poderão ser ocupadas por profissionais da segurança pública ou justiça criminal. Essa regra também deverá ser respeitada porque, além de ser uma cláusula da UFMG, garante a diversidade do grupo de alunos.

¹⁴ Nesse sentido, ver: <https://ufmg.br/vida-academica/acoes-afirmativas/reserva-de-vagas>, acesso em 28 de julho de 2020.

2.3.2 Recursos da universidade promoção da empregabilidade

A UFMG não conta com serviços de promoção da empregabilidade para alunos de pós-graduação. Tais atividades estão disponíveis somente para alunos da graduação,¹⁵ englobando uma miríade de serviços: desde a orientação sobre como procurar um emprego até o contato direto com o setor (seja ele público ou privado).

Para o público do curso, o que a UFMG proporciona é um sistema de bolsas para 10% dos alunos matriculados, caso a pós-graduação lato sensu não seja gratuita. Essas vagas são destinadas à comunidade em geral e devem ser alocadas, preferencialmente, entre pessoas de baixa renda. Assim sendo, não estão disponíveis para funcionários públicos, como é o caso dos policiais, promotores de justiça, juízes, guardas municipais, dentre outros.

Portanto, em função do perfil que o curso pretende abarcar não faz sentido a existência de um serviço de orientação profissional ou de empregabilidade na Universidade que faça a ponte entre a especialização e o mercado de trabalho.

2.4. Área de influencia: equilíbrio territorial.

Como destacado anteriormente, cursos de pós-graduação lato sensu sobre criminalidade e segurança pública eram regularmente oferecidos ao público por intermédio do financiamento da RENAESP, órgão do Ministério da Justiça. Neste sistema, a RENAESP contratava as Instituições de Ensino Superior para a execução da proposta, oferecendo bolsas de estudos a todos os interessados. Assim, os profissionais não pagavam pelos cursos e, em algumas situações, recebiam uma bolsa para a dedicação a essas atividades. Desde o encerramento deste departamento no Ministério da Justiça, poucos foram os cursos de pós-graduação sobre esta temática que perduraram em todo país.

No caso do CRISP/UFMG, a leitura que fizemos ao final da parceria com a RENAESP foi que precisávamos reformular o material didático e as aulas propriamente ditas, de forma a reestruturar o curso já numa linha de programa de mestrado, o que esperamos fazer por meio do projeto Erasmus.

2.4.1 Demanda

A UFMG não possui atualmente qualquer curso de especialização voltado para a temática da criminalidade e segurança pública. Assim, não temos qualquer concorrente interno, em que pese a demanda que existe por esse tipo de temática. Contudo, existem outros programas do gênero na cidade de Belo Horizonte, em que pese todos terem forte concentração na área jurídica.

Há um curso tecnólogo de segurança pública, promovido pela Universidade Estácio de Sá com foco jurídico e administrativo.¹⁶ Há também um curso de especialização, coordenado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;¹⁷ e um curso de mestrado profissional da Universidade do Estado de Minas Gerais,¹⁸ cuja primeira turma acaba de se iniciar. Nenhum dos cursos existentes na cidade de Belo Horizonte oferece uma formação acadêmica baseada em pesquisas empíricas capaz de estabelecer uma ponte com as políticas públicas através de soluções baseadas em evidências e, por isso, não compete diretamente com a nossa proposta no âmbito do projeto ERASMUS.

¹⁵ Nesse sentido, ver: <https://www2.ufmg.br/prograd/prograd/Pro-Reitoria-de-Graduacao/Estudante/Estagio-Infoacoes>, acesso em 28 de julho de 2020.

¹⁶ Nesse sentido, ver: <https://matriculas.estacio.br/seguranca-publica>, acesso em 28 de julho de 2020.

¹⁷ Nesse sentido, ver: <https://www.pucminas.br/Pos-Graduacao/IEC/Cursos/Paginas/Pol%C3%ADticas-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%ABlica.aspx>, acesso em 28 de julho de 2020.

¹⁸ Nesse sentido, ver: <http://mestrados.uemg.br/ppgspcid>, acesso em 28 de julho de 2020.

Os processos seletivos dessas instituições (PUC-Minas e UEMG) seguem critérios muito diversificados, o que impede a comparação entre eles. Além disso, não existe a possibilidade de alunos transferidos, isto é, que tenham iniciado a especialização numa instituição e queiram vir para a UFMG após o início do curso. Também não contamos com uma política de aproveitamento de seleções realizadas por outras universidades, vez que a normativa da UFMG exige que todos os cursos de especialização tenham os seus próprios processos seletivos.

Como destacado anteriormente, em todos os processos seletivos realizados para o antigo curso de especialização do CRISP/UFMG existia uma demanda de, pelo menos, cinco pessoas por vaga. São vários os eventos que os professores que integram essa proposta organizam e também as disciplinas de aperfeiçoamento ofertadas na modalidade on-line que contam sempre com um público elevado, indicador de que existe uma demanda reprimida na localidade por atividades desta natureza. Espera-se, assim, que o projeto Erasmus proporcione workshops, disciplinas eletivas para estudantes da graduação, para além do próprio curso de pós-graduação apresentado nesta proposta como forma de satisfazer os anseios daqueles que buscam por maior aperfeiçoamento nesta seara.

2.4.2 A zona de influência

Há um consenso nas pesquisas e avaliações internacionais de que as políticas públicas de segurança, justiça criminal e execução penal devem se basear em evidências e não em ideologias (Kopittke e Ramos, 2020). A missão dos profissionais e gestores dessas organizações é mediar os conflitos sociais ancorados nas leis e nos direitos humanos. No Brasil esses três sistemas fazem o oposto, promovem a violação sistemática dos direitos humanos e das leis através da violência e letalidade policial, do uso indiscriminado da prisão provisória e do encarceramento em massa sem reduzir a violência sofrida pelos grupos mais vulneráveis da população, como as mulheres, os adolescentes e jovens negros. Por isso, acreditamos que esses profissionais e gestores precisam passar por mudanças culturais e de formação profundas.

Como destacado extensivamente na seção 1, caso existissem formações mais reflexivas e voltadas para a solução de problemas práticos, talvez o sistema de segurança pública brasileiro não fosse tão caótico como atualmente se verifica. Desta forma, o curso do CRISP/UFMG almeja contribuir para o alinhamento das práticas dos gestores e profissionais responsáveis pela execução da segurança, da justiça e da execução penal aos marcos legais e dos direitos humanos.

Logo, o curso que será ofertado pelo CRISP/UFMG tem como público alvo servidores públicos provenientes de órgãos da Segurança Pública (Secretarias de Defesa Social e Justiça, Polícias Militar e Civil, Guarda Municipal, Prefeituras) e do Sistema de Justiça Criminal (Defensoria Pública, Ministério Público, Judiciário, Sistema Penitenciário e Socioeducativo, etc) com atuação no planejamento, gestão e execução de políticas públicas. Em princípio, considerando o total de servidores existentes nas polícias e nas funções de promotor, juiz e defensor, o curso tem o potencial de alcançar mais de 103 mil pessoas apenas no estado de Minas Gerais (Quadro 7).

Quadro 7. Total de servidores policiais e das carreiras judiciais no ano de 2016

Categoria ocupacional	Brasil	Minas Gerais
Seguranças privados	519014	33255
Polícia Militar	312623	41352
Polícia Civil	112612	8700
Agentes prisionais	78108	17441
Promotores de justiça	12326	993
Defensores públicos	5512	581
Juízes	18168	1635
Total	1.058.363	103.957

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (policiais, segurança privada e agentes prisionais), Conselho Nacional do Ministério Público (promotores), Conselho Nacional de Justiça (juízes), Associação Nacional dos Defensores Públicos (defensores)

Todavia, para ter o maior alcance possível, a proposta é que o curso seja ministrado no formato semipresencial, o que é uma novidade em cursos deste tipo, mesmo durante a pandemia de coronavírus. As aulas presenciais seriam concentradas na fase inicial do curso, o que possibilitaria aos alunos (servidores da Segurança Pública e do Sistema de Justiça Criminal) de outras cidades de Minas Gerais e estados do país se deslocar e permanecer por um período curto na UFMG. Isso é vantajoso, pois permite que um número elevado de servidores públicos concilie a formação acadêmica em criminologia com o trabalho. Com isso, o público alvo do curso aumenta consideravelmente, tendo em vista a quantidade de pessoas que o sistema de segurança (público e privado) e justiça criminal emprega no país.

2.4.3 Incentivos institucionais públicos ou regulações legislativas de carácter universitário ou científico

No Brasil, duas são as agências diretamente envolvidas com as atividades que serão mobilizadas dentro do projeto Erasmus. A Capes, órgão do Ministério da Educação, que regulamenta o ensino de pós-graduação; e o CNPq, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, administra toda a parte de pesquisa, o que inclui o cadastro dos grupos formalmente reconhecidos no país nas diferentes áreas de especialização.

A CAPES regulamenta as áreas do saber a partir das quais são estruturados os programas de pós-graduação (lato e stricto sensu). Como indicam as informações disponíveis no site da instituição,¹⁹ essa não reconhece a criminologia como área autônoma, e dificilmente o fará num futuro próximo. Apenas para se ter uma ideia do quão lento é o processo de mudanças de áreas dentro da CAPES, na última década nenhuma área foi criada ou excluída. Por isso, ainda que seja criado um mestrado em criminologia ele necessariamente precisará integrar uma das áreas de conhecimento atualmente estabelecidas. Há a possibilidade de programas desta natureza serem enquadrados como interdisciplinar, quando não há a preponderância de uma área do conhecimento dentro da proposta. Contudo, o sistema de avaliação da pós-graduação existente no Brasil (o que condiciona a quantidade de recursos, as bolsas e os incentivos que cada universidade irá receber com base em sua avaliação) pressiona para que o programa se encaixe numa área mestre em detrimento da interdisciplinar.²⁰

De acordo com as informações disponibilizadas no site da Capes, em que são listados todos os programas de pós-graduação (stricto sensu) existentes no Brasil,²¹ não existe qualquer curso cadastrado com as palavras “criminologia” e “crime”. A palavra segurança retorna 18 resultados, sendo três deles referentes à “segurança alimentar” e outro à “segurança aeronáutica” e, por isso, foram excluídos do Quadro 8. A palavra “criminais” retornou dois programas e, assim, é possível afirmar que contamos com 16 programas relacionados à criminologia, mas que não são nomeados como tais.

Quadro 8. Programas de Pós-Graduação cadastrados no portal da CAPES que se relacionam diretamente com a criminologia

Código	Programa	Instituição de Ensino	Área de Avaliação	Área Básica
31003010 057P6	DEFESA E SEGURANÇA CIVIL	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CIÊNCIA POLÍTICA
26038005 001P4	DIREITO, MERCADO, COMPLIANCE E SEGURANÇA HUMANA	FACULDADE CERS	DIREITO	DIREITO
31003010 062P0	ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA DEFESA E DA SEGURANÇA	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	POLÍTICAS PÚBLICAS
28022017 008P0	Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	POLÍTICAS PÚBLICAS

¹⁹ Nesse sentido, ver: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>, acesso em 28 de julho de 2020.

²⁰ Nesse sentido, ver: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/76-dav/caa4/4674-interdisciplinar>, acesso em 28 de julho de 2020.

²¹ Nesse sentido, ver: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>, acesso em 28 de julho de 2020.

31003010 173P6	JUSTIÇA E SEGURANÇA	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	TEORIA ANTROPOLÓGI CA
42001013 175P3	SEGURANÇA CIDADÃ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	POLÍTICAS PÚBLICAS
33324000 001P2	SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA	ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CIÊNCIA POLÍTICA
15001016 065P7	SEGURANÇA PÚBLICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES
30011019 006P5	Segurança Pública	UNIVERSIDADE VILA VELHA	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES
12008010 007P7	SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES
13003011 004P5	SEGURANÇA PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES
32025017 005P1	SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CIÊNCIA POLÍTICA
28001010 085P8	Segurança Pública, Justiça e Cidadania	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	INTERDISCIPLINAR	SOCIAIS E HUMANIDADES
27001016 178P0	SEGURANÇA, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CIÊNCIA POLÍTICA
20050190 23P4	CIÊNCIAS CRIMINAIS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUC/RS)	DIREITO	DIREITO
41001010 085P5	PERICIAS CRIMINAIS AMBIENTAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	BIODIVERSIDADE	ECOLOGIA

Como indica o Quadro 8, os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) sobre segurança pública estão vinculados a diversas áreas da CAPES. É importante notar que os seis programas inicialmente classificados como “interdisciplinar” foram enquadrados majoritariamente dentro da área de ciências sociais e humanidades. Trata-se de um indicativo de como a CAPES opera a majoritariamente a partir das áreas mestres de conhecimento. A ciência política é a área com maior quantidade de programas relacionados à criminologia (sete), posto que engloba os que se identificam também com a área de relações internacionais, estado e políticas públicas. O direito, por sua vez, conta com apenas dois programas de pós-graduação que fazem menção a termos que são específicos da área de criminologia.

Interessante notar que se na CAPES há uma enorme rigidez em termos de vinculação dos programas de pós-graduação às áreas previamente estabelecidas, no CNPq há maior liberdade. Mesmo porque esses dois sistemas servem a propósitos distintos: a CAPES se destina a orientar a política de ensino, enquanto o CNPq organiza as ações de pesquisa no Brasil. Neste caso, Cabe à pessoa responsável pelo cadastro do Centro de pesquisa na plataforma do CNPq,²² a indicação da subárea com a qual a produção coletiva melhor se identifica, ainda que isso signifique se distanciar dos parâmetros utilizados pela CAPES.

No caso do CNPq, as palavras chaves de indexação são importantes porque orientam o sistema de reconhecimento por pares, em termos, por exemplo, de encaminhamento de projetos para parecer, editais e formação de redes de colaboração. Usando a plataforma dos grupos de pesquisa, 23 foi possível constatar que, no CNPq, a palavra criminologia foi indexadora de 26 centro de pesquisa (Quadro 9), entre os quais se encontra o CRISP/UFMG.

Quadro 9. Lista dos grupos de pesquisa, indexados pela palavra criminologia, cadastrados no site do CNPq

INSTITUIÇÃO	GRUPO	DATA DE ATUALIZAÇÃO	LÍDER	ÁREA PREDOMINANTE
Universidade Federal de Santa Catarina	Cautio Criminalis	03/04/2020	Matheus Felipe de Castro	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal de Minas Gerais	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública	21/07/2019	Andréa Maria Silveira	Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina	Centro de Estudos Jurídico-Econômicos e de Gestão do	08/05/2020	Joana Stelzer	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade de Pernambuco	Ciências Forenses (Medicina e Odontologia Legal e do Trabalho /	04/11/2019	Evelyne Pessoa Soriano	Ciências da Saúde
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Criminologia : Diálogos críticos	29/01/2020	Cledione Jacinto de Freitas	Ciências Sociais Aplicadas

²² Nesse sentido, ver: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>, acesso em 28 de julho de 2020.

²³ Nesse sentido, ver: <http://dgp.cnpq.br/dgp/>, acesso em 28 de julho de 2020.

Universidade Luterana do Brasil	Criminologia e Transmutação	09/12/2019	João Alexandre Netto Bittencourt	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	DIALOGOS - grupo de pesquisa do Desenvolvimento Institucional e dos	21/05/2020	Cristiane Mizziara Mussi	Ciências Sociais Aplicadas
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Direito e Realidade Social	28/04/2020	Fernanda Carolina de Araujo Ifanger	Ciências Sociais Aplicadas
Centro Universitário Eurípedes de Marília	Direito, novas tecnologias e controle social (NODICO)	10/03/2020	Mário Furlaneto Neto	Ciências Sociais Aplicadas
Faculdades Integradas Hélio Alonso	Direitos Humanos, Econômico e Penal	23/08/2019	Veronica Lagassi	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Garantias frente ao poder de punir: fundamentos de um Direito penal	02/01/2020	Davi de Paiva Costa Tangerino	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Católica de Pernambuco	Grupo Asa Branca de Criminologia	27/05/2020	Marília Montenegro	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade de Brasília	Grupo Candango de Criminologia - Repensando Sociedade, Controle Penal	03/10/2019	Ela Wiecko Volkmer de	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade do Estado de Mato Grosso	GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM DIREITOS FUNDAMENTAIS E	06/03/2020	Bruno Torquete Barbosa	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná	Grupo de estudos de Criminologia Crítica	15/01/2020	Katie Silene Cáceres Arguello	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito Penal e Criminologia	11/11/2019	Patrícia Mothé Glioche Béze	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Feira de Santana	Grupo de Pesquisa em Criminologia	02/06/2019	Riccardo Cappi	Ciências Sociais Aplicadas
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Grupo de Pesquisa em Criminologia Latino-americana	03/11/2019	Ney Fayet de Souza Júnior	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal de Pernambuco	LATTICE - Laboratório de Tecnologias de Investigação da Cidade	20/04/2020	Flávio Antônio Miranda de Souza	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	NEPAL- Núcleo de Estudo e Pesquisa em Aprisionamentos e Liberdades	10/05/2020	Ana Gabriela Mendes Braga	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa	NPCRIM - Núcleo de Pesquisas em Criminologia e Justiça Criminal	31/03/2020	Dircéia Moreira	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual da Paraíba	NUPOD - Núcleo para Pesquisa dos Observadores do Direito	28/04/2020	Luciano do Nascimento Silva	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Observatório de Pesquisa em Juventude e Violência	03/04/2020	Ana Paula Motta Costa	Ciências Sociais Aplicadas
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Ressignificações do Autoritarismo Processual Penal Brasileiro	18/09/2019	Ricardo Jacobsen Gloeckner	Ciências Sociais Aplicadas
Universidade de Brasília	Violência Cidadania e Segurança	24/11/2019	Arthur Trindade Maranhão Costa	Ciências Humanas
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Violência Saúde Mental e Políticas Públicas	25/08/2019	Gabriel José Chittó Gauer	Ciências da Saúde

Em termos de áreas do conhecimento, a enorme maioria dos Centros de Pesquisa (22 registros) se situa dentro do que se denomina no Brasil de ciências sociais aplicadas, área que inclui o direito, a administração e a psicologia. Dois Centros estão enquadrados como ciências humanas (o núcleo da UNB e o próprio CRISP) e outros dois estão enquadrados como ciências da saúde.

Agora, passando às revistas especializadas na área de segurança pública e criminologia, precisamos retornar à CAPES, entidade que controla essa área no Brasil (Leite e Codato, 2013).²⁴ Por meio do Qualis periódicos,²⁵ a CAPES atesta a qualidade das revistas e também concatena as publicações dos professores aos respectivos programas de pós-graduação. Neste ponto, é importante destacar que uma parte da qualidade de qualquer curso de mestrado e doutorado é atestada pelo nível de artigos publicados em revistas, sendo que livros e capítulos de livros tendem a ser subvalorizados neste sistema. Como destaca Massini-Cagliari (2012), é uma métrica que termina por penalizar, de certa maneira, as ciências humanas, área em que a produção em livros ainda é valorizada, ao contrário do que acontece nos colégios de ciências naturais e da vida.

Considerando os dados disponibilizados no portal da CAPES, são quatro os periódicos que têm como parte de seu título a palavra “criminologia”, sendo três deles em espanhol. Isso significa dizer que a CAPES

24 Nesse sentido, ver: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>, acesso em 28 de julho de 2020.

25 Como destacam Ribeiro e Teixeira (2018), o Qualis foi um sistema criado pela Fundação Capes, do Ministério da Educação, com o objetivo de aferir a qualidade dos periódicos de cada área, a partir de comitês de notáveis em cada temática. Após análise de como se dá a escolha dos artigos a serem publicados pela revista e de qual é a visibilidade dessa produção, os journals são hierarquizados a partir de letras (A, B e C) e números (1 e 2, no caso das revistas A; 1 a 5, no caso das revistas B; e as revistas C não tem números) que equivalem, de certa maneira, ao prestígio que o periódico tem no campo.

reconheceu três publicações estrangeiras como de qualidade suficiente para que as publicações dos docentes brasileiros possam ser computadas como “qualificadas”, posto que indexadas pelo sistema de ensino brasileiro (Quadro 10).

Quando a palavra segurança pública é usada como critério de busca, são encontradas seis revistas. Entre elas encontra-se a Revista Brasileira de Segurança Pública, da qual a profa. Ludmila Ribeiro é uma das editoras desde o ano de 2017. Trata-se de um dos periódicos com maior avaliação nesta seara, sendo uma publicação de destaque nos meios acadêmicos e, também, entre os policiais.

Quadro 10. Revistas indexadas pelas palavras criminologia e segurança pública pelo Qualis Capes

ISSN	Nome do periódico	Palavra de busca	Avaliação mais elevada
1971-033X	RIVISTA DI CRIMINOLOGIA, VITTIMOLOGIA E SICUREZZA	Criminologia	A2
1981-1659	REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA	Segurança Pública	B1
0121-0483	DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGÍA	Criminologia	B2
983-7364	ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA	Segurança Pública	B4
2178-8324	SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA - PESQUISAS APLICADAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	Segurança Pública	B5
2175-053X	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	Segurança Pública	B5
2177-0247	CADERNOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	Segurança Pública	B5
0034-7914	REVISTA DE DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGIA	Criminologia	C
2238-1678	REVISTA DE CRIMINOLOGIA E CIÊNCIAS PENITENCIÁRIAS	Criminologia	C
2178-8324	SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA - PESQUISAS APLICADAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	Segurança Pública	C

Portanto, considerando as normativas vigentes no âmbito da CAPES, existe pouco ou nenhum espaço para que a criminologia se constitua como área específica de programas de pós-graduação no Brasil no curto prazo. A instituição apresenta enorme resistência à mudança e, assim, programas de formação desenvolvidos no âmbito do Erasmus deverão ser enquadrados como interdisciplinar ou dentro de outras áreas já existentes nesta plataforma (como a sociologia ou a ciência política).

Por outro lado, considerando as normativas vigentes no CNPq, há enorme reconhecimento da criminologia como área de pesquisa, com vários grupos já indexados a partir dessa área de conhecimento. Tal quadro mostra certo interesse dos cientistas brasileiros pela temática, o que pode ser fortalecido a partir das iniciativas que serão desenvolvidas por meio do projeto Erasmus.

Por fim, em termos dos periódicos existentes para vinculação da produção criminológica, a quantidade e a qualidade das revistas disponíveis deixam bastante a desejar. Exatamente por isso, um dos nichos que o projeto Erasmus pode explorar é a criação de uma revista bilingue que se destine especificamente a esse tipo de conteúdo. Ou talvez, uma parceria com uma revista já consolidada (como a RBSP) para a publicação de dossiês relacionados aos temas que serão desenvolvidos no âmbito do projeto Erasmus.

3. Detecção da necessidade

3.1. Detecção de necessidades de treinamento auto-relatadas

3.1.1 Métodos e materiais

a. *Técnicas e instrumentos*

Três questionários²⁶ *ad hoc* foram desenvolvidos para cada uma das universidades latinas associadas. Estes questionários foram adaptados pelos próprios sócios latinos de acordo com o contexto sócio-cultural de seu país (1. tradução portuguesa, 2. Usos específicos das palavras e 3. Cargos institucionais específicos).

- **Questionário para profissionais** ligados à área de criminologia e segurança pública. Seu objetivo era investigar as competências e áreas consideradas necessárias para o desenvolvimento de sua prática profissional.
- **Questionário para professores** focado no corpo docente universitário que poderia desempenhar o papel de professor no desenvolvimento e implementação de um novo programa de treinamento em criminologia e segurança pública. O questionário foi focado na detecção de necessidades na área de treinamento acadêmico com base na análise de habilidades específicas.
- **O questionário estudantil** foi aplicado para realizar uma pesquisa que permitisse a avaliação do estado da universidade em termos de recursos humanos, materiais, funcionais e de serviços. Com o objetivo de implementar um novo programa de treinamento na área de criminologia e segurança pública. As seções posteriores descrevem com mais detalhes os diferentes blocos de variáveis avaliadas.

²⁶ Os questionários aplicados podem ser visualizados no seguinte link: <https://drive.google.com/file/d/1Z1iKIVXyucPtU5iRvmefkowqcVXrVHxm/view?usp=sharing>

b. Variáveis

Quadro 11. Descrição das variáveis: questionário profissional

Bloco	Níveis	Nível de medição
Competências específicas	Avaliação da necessidade de habilidades em sua área profissional. Itens: 86	0 = Totalmente desnecessário y 4 = totalmente necessário
Estágios universitários	Disposição para criar um acordo de colaboração	Três opções de resposta: - Sim, você já tem um acordo de colaboração - Sim, eu estaria disposto a criá-lo - Não
	Estágios de tutoria	Dicotômico (Sim/Não)
Competências institucionais	Aspectos de melhoria a nível logístico e administrativo. Itens: 9	0 = Completamente desnecessário e 4 = Completamente necessário

Quadro 12. Descrição das variáveis: questionário para estudantes

Bloco	Níveis	Nível de medição
Competências institucionais: • Recursos humanos • Recursos materiais • Recursos funcionais Serviços	Aspectos a serem melhorados pela universidade a fim de implementar e executar um novo programa de treinamento universitário relacionado à Criminologia e/ou Segurança Pública. Itens: 27	0 = totalmente desnecessário e 4 = totalmente necessário
Habilidades pessoais	Habilidades para melhorar o uso das TIC Itens: 9	0 = totalmente desnecessário e 4 = totalmente necessário

Quadro 13. Descrição das variáveis: questionário para professores

Bloco	Níveis	Nível de medição
Macrocompetências	Abordagem de macrocompetências nos cursos ministrados. Itens: 14	Dicotômico (Sim/Não) Competências específicas
Competências específicas	apacidade de transferir competências específicas para futuros alunos Itens: 86	0 = nada capaz e 4 = totalmente capaz
Capacidade de ensino	Aspectos de melhoria no nível de habilidades de ensino. Itens: 10	0 = totalmente desnecessário e 4 = totalmente necessário
	Competências para melhorar o uso das TIC Itens: 9	Dicotômico (Sim/Não)
Competências institucionais: • Recursos humanos • Recursos materiais • Recursos funcionais Serviços	Aspectos a serem melhorados pela universidade a fim de implementar e executar um novo programa de treinamento universitário relacionado à Criminologia e/ou Segurança Pública. Itens: 27	0 = totalmente desnecessário e 4 = totalmente necessário

c. *Descrição da amostra*

Devemos começar ressaltando que, enquanto a distribuição prevista na proposta do projeto foi homogênea para todas as universidades latino-americanas²⁷, no final, um número heterogêneo de participantes foi reunido para cada uma delas. As informações específicas para a Universidade Federal Minas de Gerai são mostradas nos quadros 14, 15 e 16.

Quadro 14. Descrição da Mostra dos Profissionais

Variável	Nível	N	%
Sexo	Masculino	16	51.6%
	Feminino	15	48.4%
Idade	17-24	4	12.9%
	25-34	8	25.8%
	35-44	13	41.9%
	45-54	5	16.1%
	55-64	1	3.2%
	Mais de 64	0	0.0%
Nível de educação	Graduação	12	38.7%
	Especialização	2	6.5%
	Mestrado	11	35.5%
	Doutorado	6	19.4%
Âmbito profissional	Âmbito da investigação	18	58.06%
	Âmbito policial	9	29.03%
	Âmbito penitenciário	8	25.80%
	Âmbito vitimológico	1	3.23%
	Âmbito judicial	6	19.35%
	Âmbito da segurança privada	0	0%
	Âmbito da gestão da segurança pública	8	25.80%
	Âmbito do terceiro setor	5	16.12%
	Outro Âmbito	0	0%
	Âmbito intersetorial	15	48.4%
Experiência profissional	1-5 anos	11	35.5%
	6-10 anos	7	22.6%
	11-15 anos	8	25.8%
	16-20 anos	2	6.5%
	21-25 anos	1	3.2%
	26-30 anos	1	3.2%
	Mais de 30 anos	1	3.2%
Possibilidade de criar acordo	Sim, um acordo já está em vigor	6	19.4%
	Sim, eu estaria disposto a criá-lo	21	67.7%
	Não	4	12.9%
Mentoria	Sim	14	51.9%
	Não	13	48.1%

Quadro 15. Descrição da Mostra dos Professores

Variável	Nível	N	%
Sexo	Masculino	9	40.9%
	Feminino	13	59.1%
Idade	17-24	0	0%
	25-34	0	0%
	35-44	8	36.4%
	45-54	9	40.9%
	55-64	5	22.7%
	Mais de 64	0	0%
Nível de educação	Graduação	0	0%
	Especialização	0	0%
	Mestrado	0	0%
	Doutorado	21	95.5%
	Outro	1	4.5%
Categoria docente	Professor	10	45.5%
	Assento fixo	3	13.6%
	Interino	0	0%
	Professor Associado	9	40.9%
Experiência profissional	1-5 anos	3	13.6%
	6-10 anos	8	36.4%
	11-15 anos	2	9.1%
	16-20 anos	3	13.6%
	21-25 anos	2	9.1%
	26-30 anos	2	9.1%
	Mais de 30 anos	2	9.1%
Programa em que ministra aulas	Graduação	2	9.1%
	Especialização	0	0%
	Mestrado	0	0%
	Doutorado	1	4.5%

Quadro 16. Descrição da Mostra dos Estudantes

Variável	Nível	N	%
Sexo	Masculino	28	35.4%
	Feminino	51	64.6%
Idade	17-24	34	43%
	25-34	34	43%
	35-44	8	10.1%
	45-54	2	2.5%
	55-64	1	1.3%
	Mais de 64	0	0%
Titulação	Ciências econômicas	0	0%
	Ciências Sociais	60	75.9%
	Ciências Jurídicas	8	10.1%
	Ciências da saúde	0	0%
	Ciências exatas	2	2.5%
	Arquitetura e Engenharia	2	2.5%
	Outras carreiras	7	8.9%

²⁷ Veja o Anexo.

3.1.2 Resultados

a. Profissionais

i. Necessidades de formação

Quadro 17. Profissionais: Resumo do Bloco de Teorias Criminológicas

Referência	Descritor	M	DT
TEC01	Compreender e conhecer os fundamentos, nuances e motivações criminológicas da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	3.74	0.45
TEC02	Compreender as principais aproximações teóricas desenvolvidas pela Criminologia e outras ciências sociais sobre a criminalidade, a vitimização e a reação social sobre a mesma.	3.87	0.34
TEC03	Analisar e desenvolver casos concretos tomando como referência as teorias criminológicas em sua resolução.	3.74	0.63
TEC04	Elaborar e interpretar um relatório criminológico, especializado na aplicação clínica de situações e sujeitos concretos.	3.13	0.99

■ Totalmente desnecessária ■ Desnecessária ■ Nem necessária, nem desnecessária ■ Necessária ■ Totalmente necessária

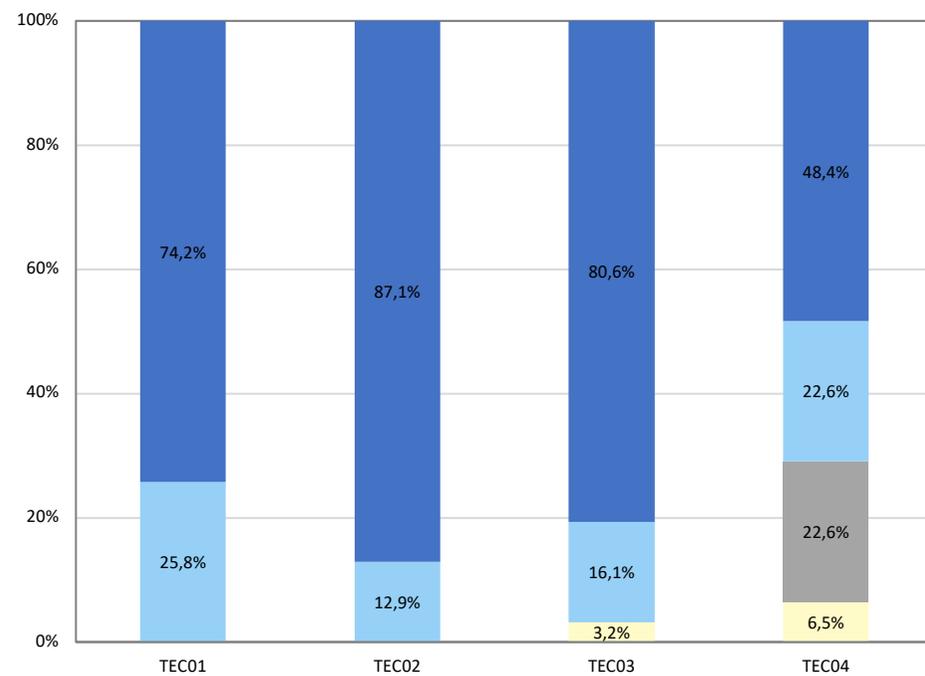


Gráfico 3. Profissionais: Bloco Teorias Criminológicas

Quadro 18. Profissionais: Resumo do Bloco Formas específicas de crime e violência

Referência	Descritor	M	DT
FEC01	Definir os fatores sociais e psicossociais e processos fenômenos no desenvolvimento de carreiras ou trajetórias delitivas.	3.71	0.53
FEC02	Integrar a perspectiva de gênero na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e da reação social, bem como aplicá-lo em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação desse fenômeno.	3.74	0.51
FEC03	Integrar a perspectiva cultural na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e a reação social, bem como aplicá-la em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação do fenômeno.	3.74	0.51
FEC04	Analisar o delito, o delinquente e a vítima, e elaborar estratégias de prevenção e intervenção, considerando o respeito aos valores democráticos e os direitos humanos e a igualdade entre homens e mulheres.	3.87	0.56
FEC05	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade juvenil e às crianças e aos adolescentes.	3.71	0.53
FEC06	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade fenômeno.	3.68	0.54
FEC07	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade organizada.	3.9	0.3
FEC08	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade urbana.	3.9	0.3
FEC09	Explicar os fenômenos relativos contra o patrimônio cultural.	3.13	1.02
FEC10	Explicar os fenômenos relativos à crime e as drogas.	3.77	0.5
FEC11	Explicar os fenômenos relativos à saúde mental e a delinquência.	3.65	0.71
FEC12	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade institucional (ex. abuso de autoridade, violência institucional)	3.74	0.58
FEC13	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade econômica e patrimonial.	3.69	0.84
FEC14	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade de "colarinho branco" (corrupção).	3.26	0.67
FEC15	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade tecnológica e cibercriminalidade.	3.16	1.19
FEC16	Explicar os fenômenos relativos à criminologia verde.	2.81	1.17
FEC17	Formar os profissionais com conhecimentos científicos sobre os atos delitivos judicializados, a personalidade do autor, os fatores de risco presentes, as explicações criminológicas possíveis, o prognóstico de periculosidade criminal, o tipo de resposta aplicável ou programas de tratamento a delinquentes e explicar os conteúdos dos relatórios.	3.65	0.66

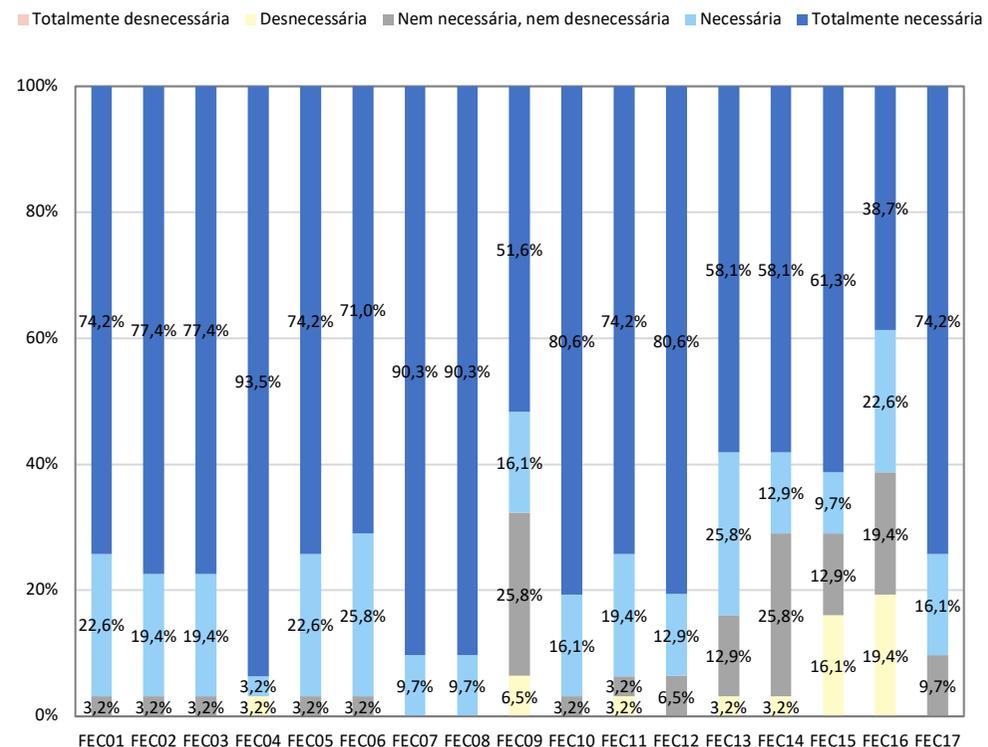


Gráfico 4. Profissionais: Bloco Formas específicas de crime e violência

Quadro 19. Profissionais: Resumo do Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito

Referência	Descritor	M	DT
PPT01	Definir os fatores sociais e psicossociais e processos envolvidos no desenvolvimento de carreiras ou trajetórias delitivas.	3.68	0.6
PPT02	Integrar a perspectiva de gênero na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e da reação social, bem como aplicá-lo em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação desse âmbito.	3.52	0.72
PPT03	Integrar a perspectiva cultural na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e a reação social, bem como aplicá-la em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação do âmbito.	3.55	0.72
PPT04	Analisar o delito, o delinquente e a vítima, e elaborar estratégias de prevenção e intervenção, considerando o respeito aos valores democráticos e os direitos humanos e a igualdade entre homens e mulheres.	3.9	0.3
PPT05	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade juvenil e às crianças e aos adolescentes.	3.26	0.89

■ Totalmente desnecessária ■ Desnecessária ■ Nem necessária, nem desnecessária ■ Necessária ■ Totalmente necessária

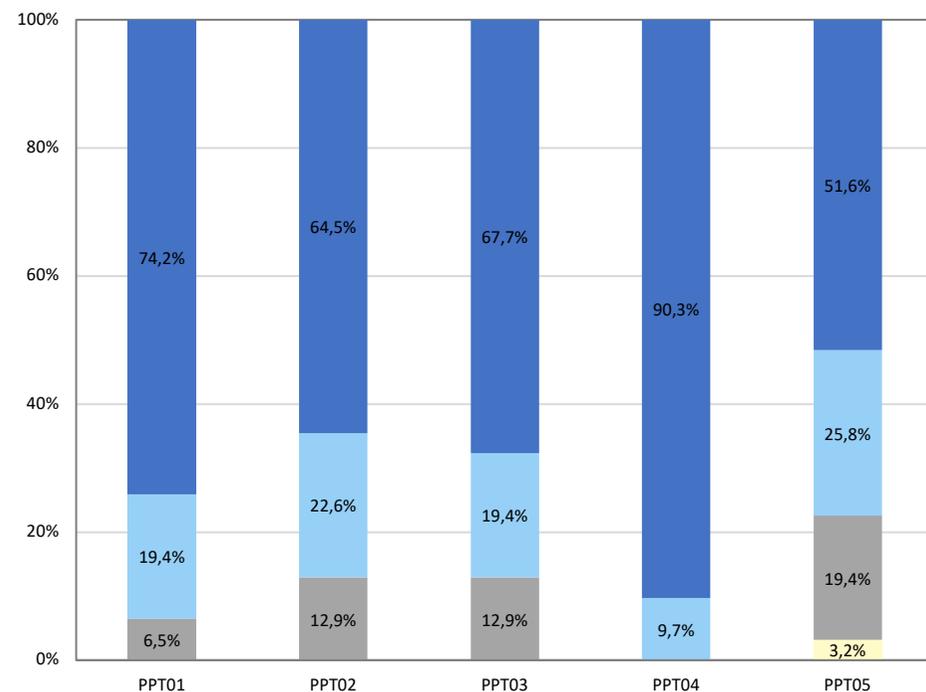


Gráfico 5. Profissionais: Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito

Quadro 20. Profissionais: Resumo do Bloco Vitimologia

Referência	Descritor	M	DT
VIT01	Aplicar de forma clínica e especializada as teorias e conceitos da vitimologia.	3.35	0.8
VIT02	Compreender a evolução do papel social de vítimas e agressores nas sociedades atuais.	3.71	0.53
VIT03	Conhecer os serviços de assistência às vítimas, os serviços que lhes prestam e o marco legal que os protege.	3.55	0.72
VIT04	Atender as necessidades da vítima a nível individual ou coletivo, especialmente das vítimas da violência de gênero, os menores de idade ou qualquer outro grupo vulnerável.	3.65	0.66
VIT05	Identificar os fatores vitimológicos relevantes (incluídas as características sociodemográficas, culturais familiares e outras específicas do lugar de residência) nos diferentes âmbitos do crime (intrafamiliar, delitos violentos, delitos patrimoniais, vitimologia corporativa).	3.58	0.72
VIT06	Elaborar, aplicar e implementar estratégias e programas destinados à intervenção com vítimas incluindo a elaboração do estudo de casos e a identificação dos métodos adequados.	3.58	0.72

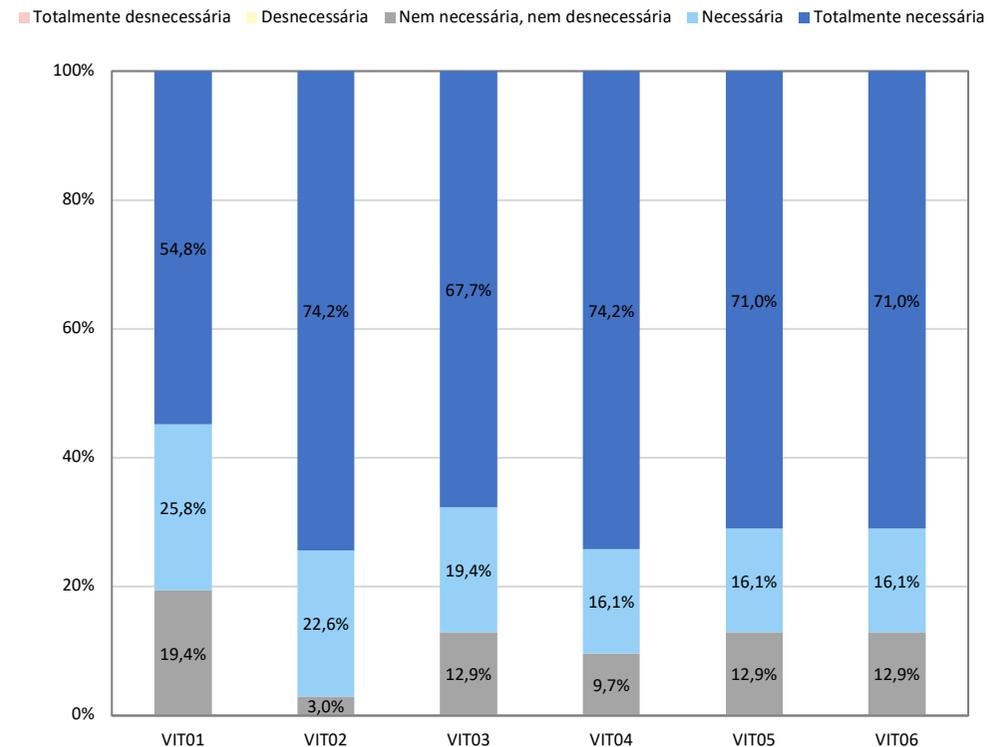


Gráfico 6. Profissionais: Bloco Vitimologia

Quadro 21. Profissionais: Resumo do Bloco Métodos de Investigação em Criminologia

Referência	Descritor	M	DT
MIC01	Identificar as fontes de informação sobre criminalidade (oficiais, e pesquisa e fontes abertas como redes sociais e a imprensa) e interpretar os dados.	3.9	0.3
MIC02	Habilidade para selecionar e aplicar as mais atuais e avançadas estratégias de investigação e avaliação de dados sobre o fenómeno delitivo, especificamente elaboradas para a compreensão e intervenção especializada sobre problemas criminológicos e vitimológicos concretos.	3.74	0.63
MIC03	Elaborar e avaliar um projeto de investigação empírico e aplicar adequadamente técnicas de investigação quantitativas e qualitativas.	3.58	0.85

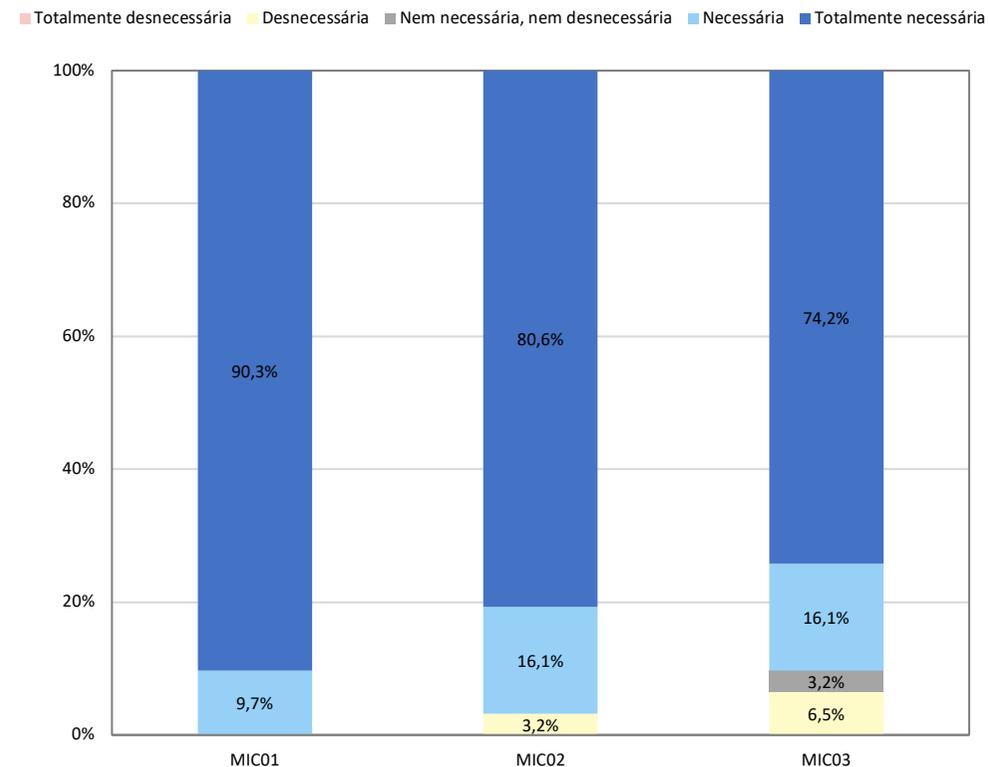


Gráfico 7. Profissionais: Bloco Métodos de Investigação em Criminologia

Quadro 22. Profissionais: Resumo do Bloco Estatísticas

Referência	Descritor	M	DT
EST01	Conhecer os princípios essenciais e elementos básicos da probabilidade, estatística aplicada e Investigação Operativa no âmbito da análise e da prevenção do crime.	3.26	1.09
EST02	Compreender e reconhecer a informação relevante para resolver um problema real em ambientes de incerteza.	3.52	0.77
EST03	Utilizar os métodos e linguagens de programação no desenvolvimento e aplicações de planilhas de cálculo e bases de dados.	2.74	1.39
EST04	Resolver, analítica e computacionalmente, problemas matemáticos que possam surgir na análise estatística de dados.	2.61	1.41
EST05	Fazer uso correto e racional dos softwares na análise de dados para a tomada de decisões.	3.16	1.21
EST06	Desenvolver as ferramentas matemáticas necessárias para a resolução de problemas que possam surgir na análise estatística de dados.	2.48	1.36
EST07	Participar da elaboração, construção, validação, crítica e interpretação de modelos estatísticos e da investigação operativa para organizar, interpretar e comunicar a informação no processo de tomada de decisões.	2.94	1.41
EST08	Analisar a elaboração, construção, validação e crítica dos indicadores simples e compostos no âmbito da criminalidade, que facilitem o processo de tomada de decisões.	3.29	1.19

■ Totalmente desnecessária
 ■ Desnecessária
 ■ Nem necessária, nem desnecessária
 ■ Necessária
 ■ Totalmente necessária

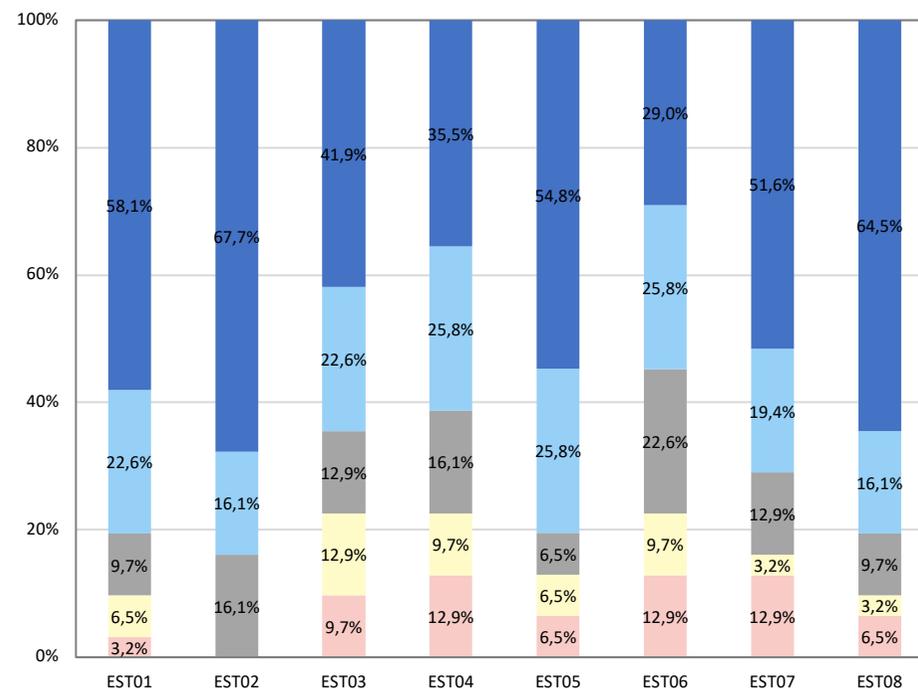


Gráfico 8. Profissionais: Bloco Estatísticas

Quadro 23. Profissionais: Resumo do Bloco Políticas de Segurança Pública

Referência	Descritor	M	DT
PPS01	Conhecer o carácter multidisciplinar do sistema de segurança e proteção civil, de maneira que seja possível ter uma visão de sua realidade, incluindo as principais instituições e âmbitos públicos dedicados a sua manutenção.	3.81	0.48
PPS02	Elaborar, aplicar e avaliar (em termos de efetividade, eficácia e eficiência) planos, programas, projetos e políticas públicas voltados à prevenção da criminalidade.	3.81	0.48
PPS03	Compreender a influência ou repercussão da avaliação dos programas e políticas públicas em âmbitos determinados da realidade social.	3.87	0.34

■ Totalmente desnecessária
 ■ Desnecessária
 ■ Nem necessária, nem desnecessária
 ■ Necessária
 ■ Totalmente necessária

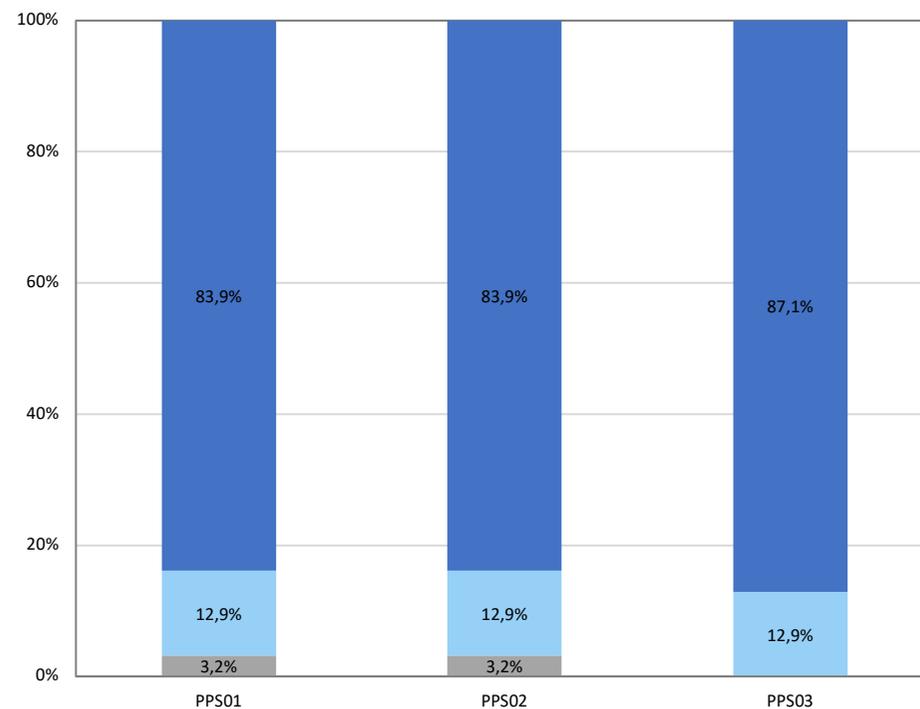


Gráfico 9. Profissionais: Bloco Políticas de Segurança Pública

Quadro 24. Profissionais: Resumo do Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito

Referência	Descritor	M	DT
PCR01	Conhecer de forma básica as estruturas de controle formal e de proteção diante de emergências.	3.32	0.87
PCR02	Compreender a argumentação jurídica, bem como distinguir argumentações baseadas em valores de argumentações baseadas em evidências empíricas em contextos político-criminais.	3.42	0.89
PCR03	Compreender e conhecer as principais instituições jurídicas, públicas e privadas, em sua origem e em seu conjunto, bem como seu impacto na sociedade e sua relação com a atividade delitiva.	3.71	0.64
PCR04	Compreender os principais elementos relativos à geopolítica criminal, bem como analisar o crime a partir desta perspectiva, mediante metodologias sistemáticas e acadêmicas adequadas.	3.39	0.76
PCR05	Perceber e compreender o caráter unitário do ordenamento jurídico e a necessária visão interdisciplinar dos problemas jurídicos e criminológicos	3.52	0.81
PCR06	Adquirir a necessária sensibilidade aos temas da realidade econômica, social e cultural, sua influência e relação com os fenômenos jurídicos e delitivos.	3.61	0.96
PCR07	Saber expressar, em um relatório criminológico, os meios e os recursos de regime e tratamento penitenciário idôneos para a reinserção social e a redução dos efeitos nocivos da prisão.	3.39	0.92
PCR08	Compreender as formas de resolução de conflitos e de atuação como mediador penal.	3.29	1.01
PCR09	Adquirir consciência da importância da mediação, dentro do âmbito do Direito, como sistema regulador das relações sociais e aplicá-lo ao contexto da Criminologia.	3.42	0.92
PCR10	Aplicar as técnicas de mediação e resolução de conflitos nos distintos âmbitos de intervenção criminológica e vitimológica, que possam apresentar-se no desempenho profissional (ex. tribunais, centros educativos, atuação policial...).	3.1	1.01
PCR11	Utilizar fontes jurídicas (tanto materiais legislativos como jurisprudenciais e doutrinários, nacionais e internacionais) e em especial aquelas vinculadas com os atos delitivos.	3.19	1.01

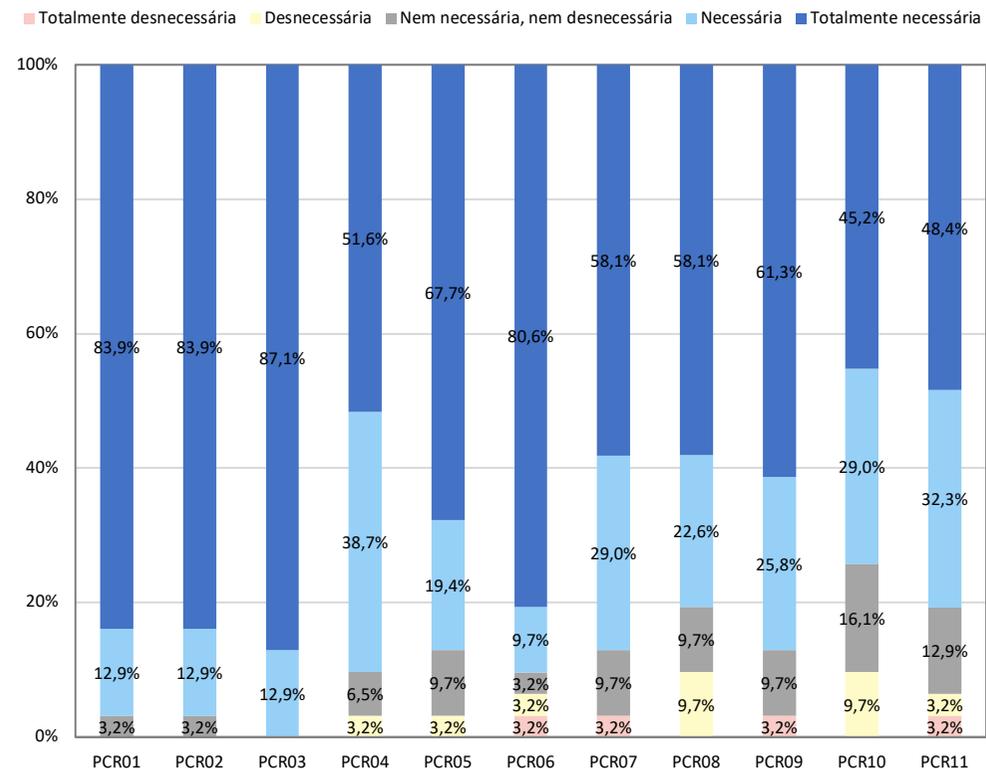


Gráfico 10. Profissionais: Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito

Quadro 25. Profissionais: Resumo do Bloco Direito

Referência	Descritor	M	DT
DIR01	Compreender as bases conceituais do Direito Público, a estrutura do Estado e suas instituições e da sociedade civil, bem como a estrutura da Administração de Justiça no âmbito penal.	3.42	0.89
DIR02	Conhecer a relação entre instituições, mecanismos e procedimentos de diversas disciplinas com os objetivos e as necessidades da segurança pública e as funções policiais.	3.52	0.77
DIR03	Compreender o marco legal que regula as atividades relacionadas com a segurança, a criminalidade ou a antissocialidade, conhecer a normativa vigente que o afeta, e ser capaz de planejar e desenvolver a própria atividade de acordo com a normativa reguladora.	3.32	0.98
DIR04	Elaborar e aplicar estratégias legais para resolver conflitos concretos no contexto social, administrativo, penal e criminológico.	3.23	1.12
DIR05	Aplicar o Direito como sistema regulador de relações sociais, e integrar os direitos fundamentais e as liberdades aplicáveis às reações sociais para a delinquência e o desvio.	3.03	1.14

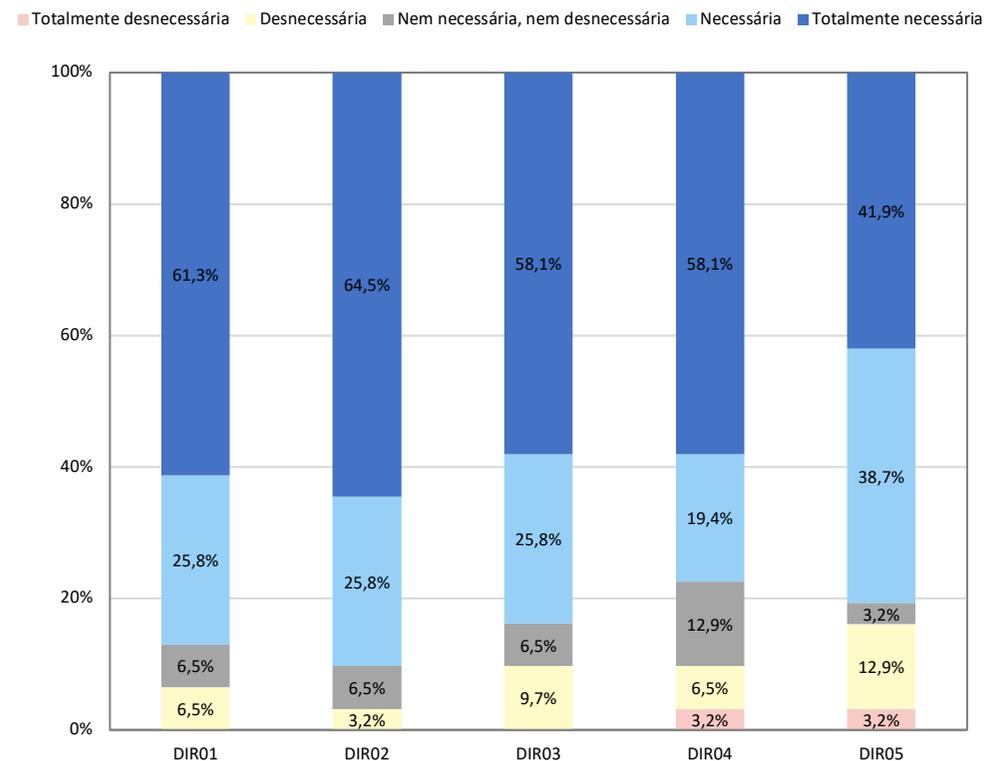


Gráfico 11. Profissionais: Bloco Direito

Quadro 26. Profissionais: Resumo do Bloco Delinquência e Justiça Juvenil

Referência	Descritor	M	DT
DJJ01	Ter conhecimento do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes como premissa fundamental para poder entender as crianças e os adolescentes.	3.42	0.99
DJJ02	Identificar os fatores de risco e de proteção das crianças e dos adolescentes em situações de vulnerabilidade social.	3.52	0.81
DJJ03	Saber dirigir e controlar a aplicação de planos e programas de intervenção criminológica e vitimológica às crianças e adolescentes, propondo alternativas viáveis de solução e intervenção de alto nível, potenciando as capacidades de autonomia individual, os valores próprios da cultura da paz, a igualdade, a tolerância e o respeito aos direitos humanos das pessoas em desenvolvimento.	3.52	0.81

■ Totalmente desnecessária
 ■ Desnecessária
 ■ Nem necessária, nem desnecessária
 ■ Necessária
 ■ Totalmente necessária

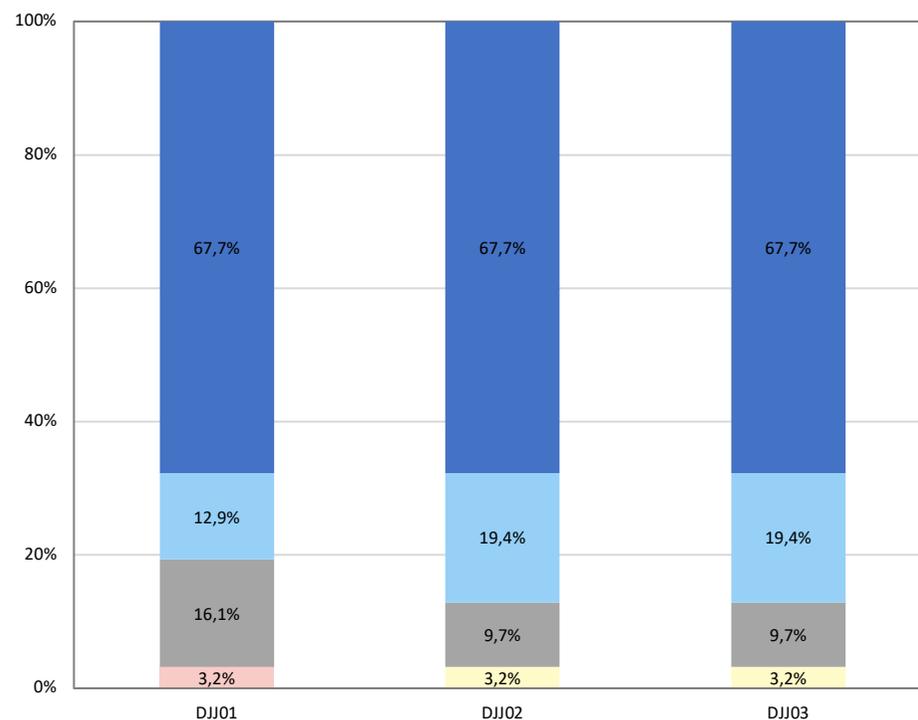


Gráfico 12. Profissionais: Bloco Delinquência e Justiça Juvenil

Quadro 27. Profissionais: Resumo do Bloco Psicologia Criminal e Jurídica

Referência	Descritor	M	DT
PCJ01	Compreender e conhecer os fundamentos, nuances e motivações psicológicas da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	3.26	1.06
PCJ02	Identificar os fatores biológicos, antropológicos e sociais que intervêm conjuntamente na configuração psicológica humana.	3.35	1.08
PCJ03	Interpretar os dados relacionados com a criminalidade e a conduta antissocial, a partir de uma perspectiva psicossocial.	3.39	0.92
PCJ04	Aplicar os conhecimentos psicossociais, ao estudo e à compreensão das diferentes formas de criminalidade ou antissociabilidade.	3.35	1.02
PCJ05	Atender ou identificar as necessidades da vítima a nível individual, grupal e comunitário, com especial referência aos coletivos muito vitimizados como as vítimas mais vulneráveis.	3.19	1.17

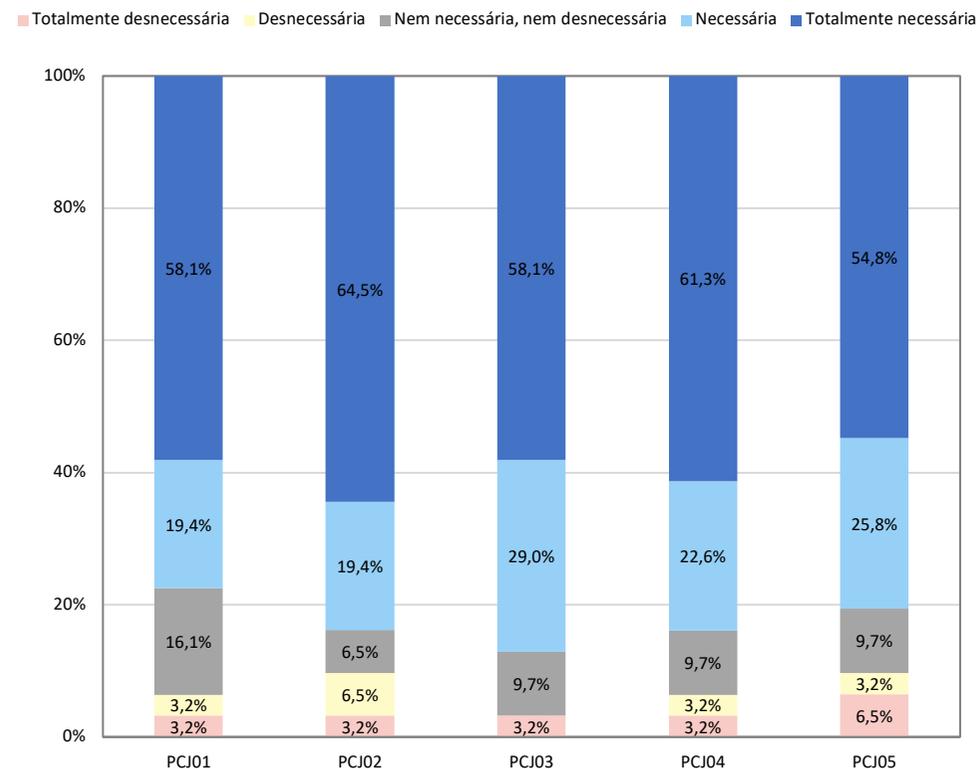


Gráfico 13. Profissionais: Bloco Psicologia Criminal e Jurídica

Quadro 28. Profissionais: Resumo do Bloco Sociologia do Direito e da Violência

Referência	Descritor	M	DT
SJV01	Conhecer o funcionamento e o desenvolvimento das instituições de controle social e de seu papel na prevenção e intervenção frente aos delitos.	3.87	0.43
SJV02	Compreender a magnitude científica de uma análise teórico-prático da segurança.	3.84	0.45
SJV03	Refletir sobre a complexidade da sociedade latino-americana atual e as ameaças reais ou virtuais que conformam o planejamento e a execução da política de segurança.	3.68	0.65
SJV04	Aplicar os conhecimentos adquiridos por meio do estudo teórico e da investigação empírica, ao controle e à prevenção da insegurança real e subjetiva das sociedades latino-americanas atuais.	3.61	0.76
SJV05	Conhecer as principais teorias sociológicas que colocam a discussão sobre o crime no centro dos processos sociais e políticos, bem como a constituição do Estado e a cidadania, a urbanização, o racismo, a estrutura do mercado de trabalho, a religião e muitos outros.	3.84	0.45
SJV06	Aplicar o conhecimento sociológico para compreender os atores envolvidos no crime (delinquentes, vítimas e profissionais no sistema de segurança pública e justiça penal) como parte de uma rede de relações sociais que implica a negociação constante da verdade, da moral e da legalidade. E, a partir daí, propor a elaboração de intervenções mais efetivas para a prevenção e o controle do delito.	3.84	0.45
SJV07	Investigar a relação entre o crime, a privação econômica e as profundas desigualdades socioeconômicas e socioespaciais presentes nos países da América do Sul.	3.81	0.48

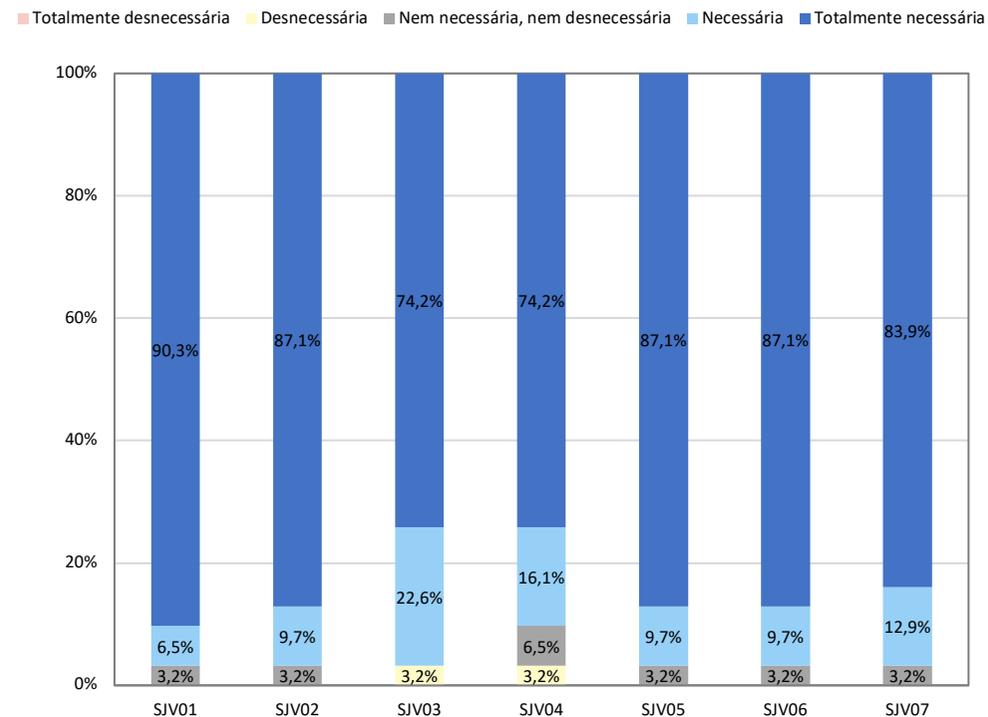


Gráfico 14. Profissionais: Bloco Sociologia do Direito e da Violência

Quadro 29. Profissionais: Resumo do Bloco Antropologia Social

Referência	Descritor	M	DT
AS01	Compreender e conhecer os fundamentos, as nuances e as motivações sociais da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	3.55	0.68
AS02	Conhecer as distintas políticas públicas existentes para erradicar a desigualdade, bem como outras que podem conduzir à erradicação da desigualdade.	3.32	1.01
AS03	Aplicar os conhecimentos antropológicos ao estudo e compreensão das diferentes formas de criminalidade ou antissocialidade.	3.55	0.62
AS04	Aplicar o método etnográfico na investigação criminológica, evitando o adultocentrismo e o etnocentrismo na análise dos resultados.	3.45	0.72
AS05	Saber interpretar os dados relacionados com a criminalidade e a conduta antissocial, da perspectiva antropológica.	3.65	0.55

■ Totalmente desnecessária
 ■ Desnecessária
 ■ Nem necessária, nem desnecessária
 ■ Necessária
 ■ Totalmente necessária

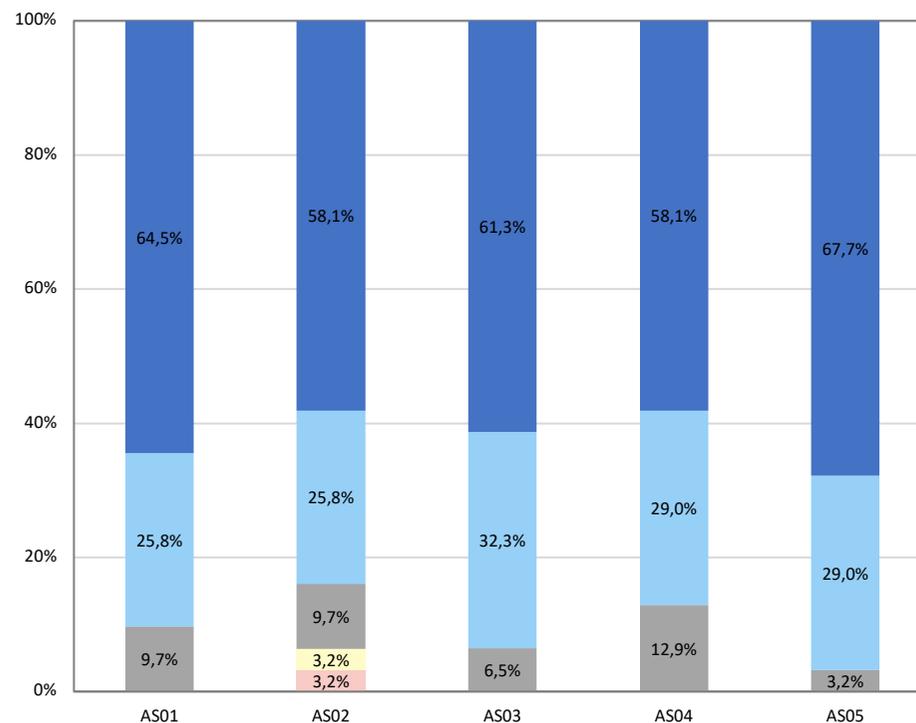


Gráfico 15. Profissionais: Bloco Antropologia Social

Quadro 30. Profissionais: Resumo do Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses

Referência	Descritor	M	DT
MLCF01	Analisar os diferentes atos delitivos e seus elementos essenciais, e compreender os efeitos que produzem na sociedade e nos cidadãos.	3.23	1.09
MLCF02	Analisar em profundidade os aspectos jurídicos do delito, e poder aplicá-lo de forma avançada ao âmbito de exercício forense em casos concretos de intervenção.	2.48	1.15
MLCF03	Utilizar apropriadamente as técnicas analíticas e de investigação forense para a emissão de opiniões fundadas sobre as questões que se submetem a sua consideração.	2.48	1.41
MLCF04	Assessorar na interpretação dos relatórios forenses.	2.52	1.53

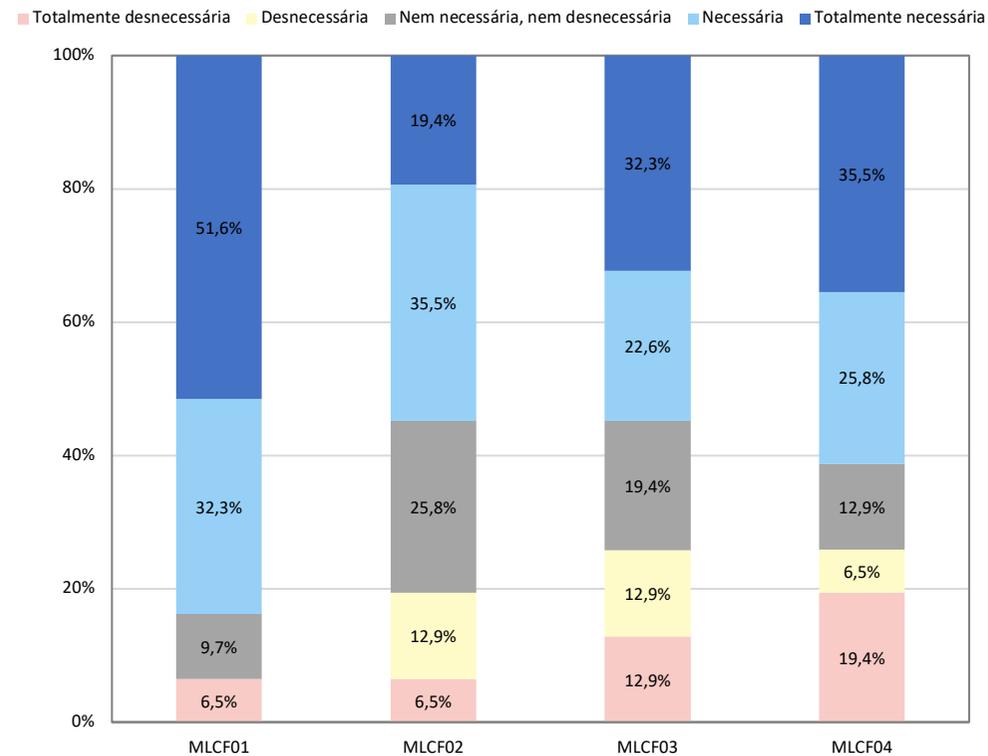


Gráfico 16. Profissionais: Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses

ii. Necessidades institucionais relacionadas às práticas profissionais

Quadro 31. Profissionais: Resumo do bloco necessidades institucionais

Referência	Descritor	M	DT
MEL01	Adequação dos estágios ofertados pela entidade a respeito do perfil profissional.	3.26	1.02
MEL02	Assessoramento por parte do coordenador/a universitário aos discentes para adequar seus interesses aos estágios.	3.15	1.1
MEL03	Comunicação com o coordenador /a de estágio universitário.	3.26	0.98
MEL04	Comunicação com o discente em estágio.	3.11	0.97
MEL05	Contato com a universidade para ofertar estágios.	3.41	0.84
MEL06	Processo administrativo para ofertar estágio na universidade.	2.85	1.38
MEL07	Processo administrativo para formalizar os estágios com o discente.	2.81	1.33
MEL08	Sistema de avaliação do discente.	2.96	0.98
MEL09	Adequação entre as tarefas a serem desenvolvidas no período de estágio e as competências e habilidades desenvolvidas dentro do programa de formação.	3.19	1.18

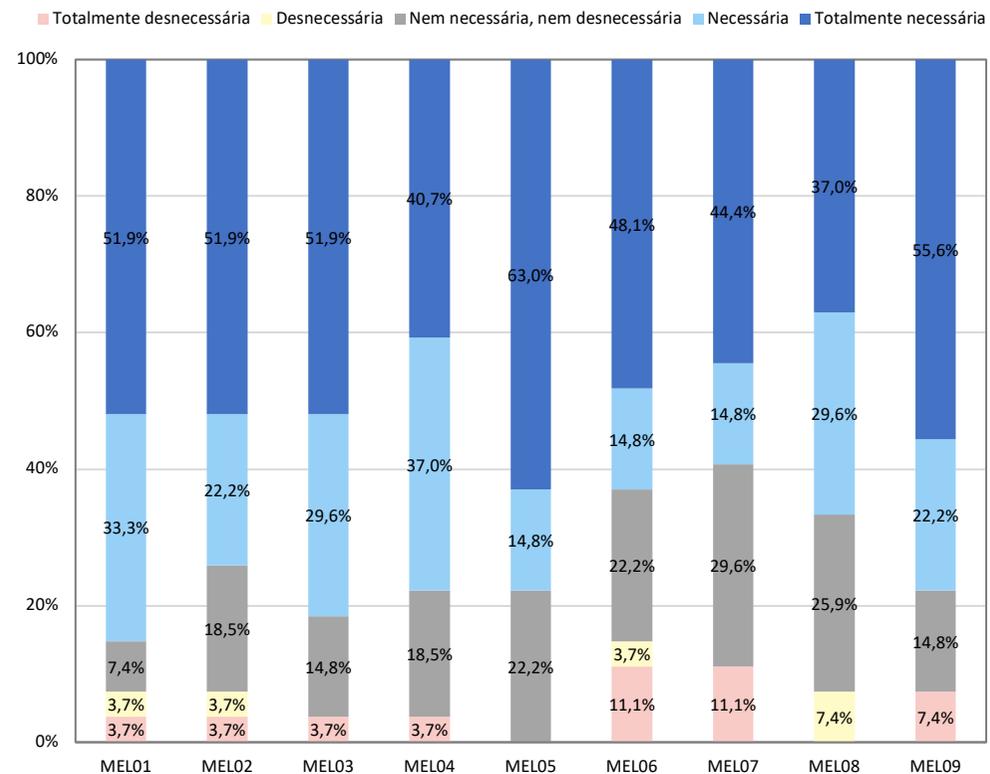


Gráfico 17. Profissionais: Bloco necessidades institucionais (N= 27)

b. Professores

i. Capacidades de treinamento

Quadro 32. Professores: Resumo do Bloco Macrocategorias de Conhecimento Criminológico

Referência	Descritor	M	DT
TEC	Teorias Criminológicas	1.55	0.51
FEC	Formas Específicas de Criminalidade e Violência	1.5	0.51
PPT	Predição, Prevenção e Tratamento do Crime	1.55	0.51
VIT	Vitimologia	1.68	0.48
MIC	Métodos de Investigação em Criminologia	1.55	0.51
EST	Estatística	1.55	0.51
PPS	Políticas Públicas de Segurança	1.55	0.51
PCR	Política Criminal e Resolução de Conflitos	1.82	0.4
DIR	Direito	1.95	0.21
DJJ	Delinquência e Justiça Juvenil	1.73	0.46
PCJ	Psicologia Criminal e Jurídica	1.95	0.21
SJC	Sociologia Jurídica e da Violência	1.64	0.49
AS	Antropologia Social	1.86	0.35
MLCF	Medicina Legal e Ciências Forenses	1.95	0.21

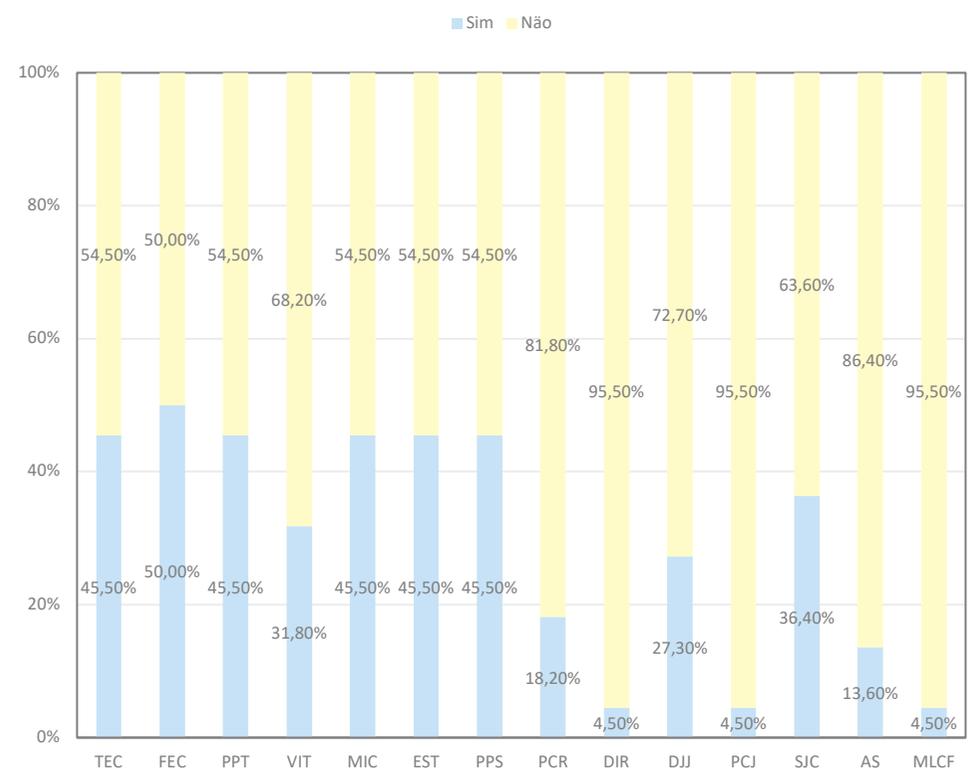


Gráfico 18. Professores: Bloco Macrocategorias de Conhecimento Criminológico

Quadro 33. Professores: Resumo do Bloco Teorias criminológicas

Referência	Descritor	M	DT
TEC01	Explicar os fundamentos, as nuances e as motivações criminológicas da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	3.3	0.82
TEC02	Explicar as principais aproximações teóricas desenvolvidas pela Criminologia e outras ciências sociais sobre a criminalidade, a vitimização e a reação social sobre a mesma.	3.3	0.95
TEC03	Analisar e acompanhar/interpretar “casos (eventos/situações/acometimentos)” concretos tomando como referência as teorias criminológicas em sua resolução.	3.3	0.82
TEC04	Elaborar e interpretar um informe criminológico, especializado na aplicação clínica de situações e sujeitos concretos.	2.4	1.51

■ Nada qualificado
 ■ Não qualificado
 ■ Nem qualificado, nem não qualificado
 ■ Qualificado
 ■ Totalmente qualificado

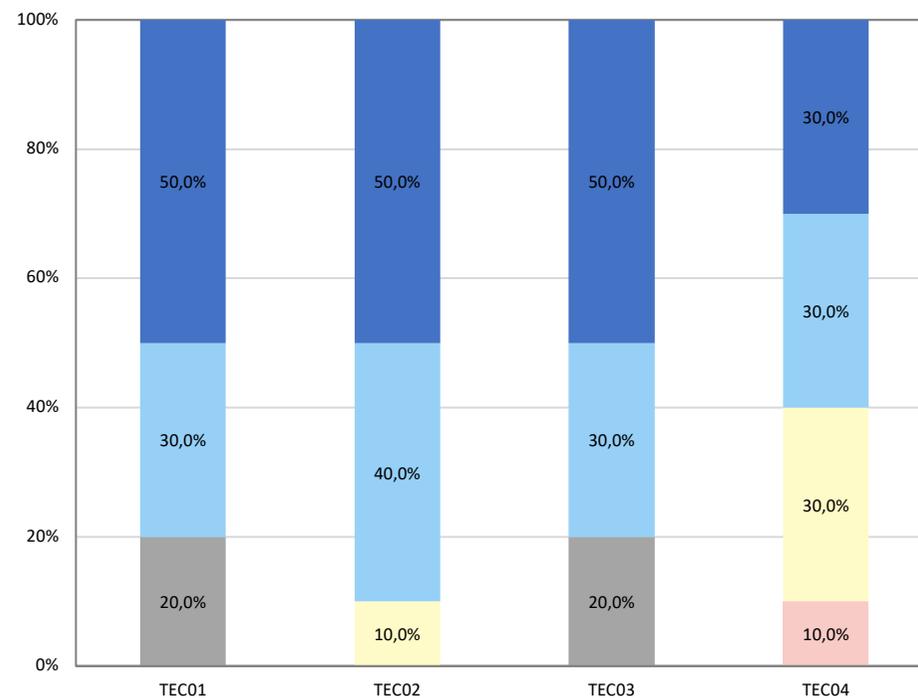


Gráfico 19. Professores: Bloco Teorias criminológicas (N=10)

Quadro 34. Professores: Resumo do Bloco Formas específicas de crime e violência

Referência	Descritor	M	DT
FEC01	Definir os fatores sociais e psicossociais e processos envolvidos no desenvolvimento de carreiras ou trajetórias delitivas.	3.27	1.01
FEC02	Integrar a perspectiva de gênero na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e da reação social, bem como aplicá-lo em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação desse âmbito.	3.09	1.22
FEC03	Integrar a perspectiva cultural na análise e compreensão da criminalidade, da vitimização e a reação social, bem como aplicá-la em programas, atuações criminológicas e projetos de investigação do âmbito.	3.55	0.69
FEC04	Analisar o delito, o delinquente e a vítima, e elaborar estratégias de prevenção e intervenção, considerando o respeito aos valores democráticos e os direitos humanos e a igualdade entre homens e mulheres.	3.36	1.21
FEC05	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade juvenil e às crianças e aos adolescentes.	3.36	1.29
FEC06	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade feminina.	3.18	1.17
FEC07	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade organizada.	2.27	1.42
FEC08	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade urbana.	3.55	0.82
FEC09	Explicar os fenômenos relativos contra o patrimônio cultural.	2	1.34
FEC10	Explicar os fenômenos relativos à crime e as drogas.	2.55	1.29
FEC11	Explicar os fenômenos relativos à saúde mental e a delinquência.	2.55	1.51
FEC12	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade institucional (ex. abuso de autoridade, violência institucional)	2.82	1.08
FEC13	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade econômica e patrimonial.	1.91	1.51
FEC14	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade de “colarinho branco” (corrupção).	1.91	1.58
FEC15	Explicar os fenômenos relativos à criminalidade tecnológica e cibercriminalidade.	1.45	1.64
FEC16	Explicar os fenômenos relativos à criminologia verde.	1.45	1.64
FEC17	Formar os profissionais com conhecimentos científicos sobre os atos delitivos judicializados, a personalidade do autor, os fatores de risco presentes, as explicações criminológicas possíveis, o prognóstico de periculosidade criminal, o tipo de resposta aplicável ou programas de tratamento a delinquentes e explicar os conteúdos dos relatórios.	2.36	1.57

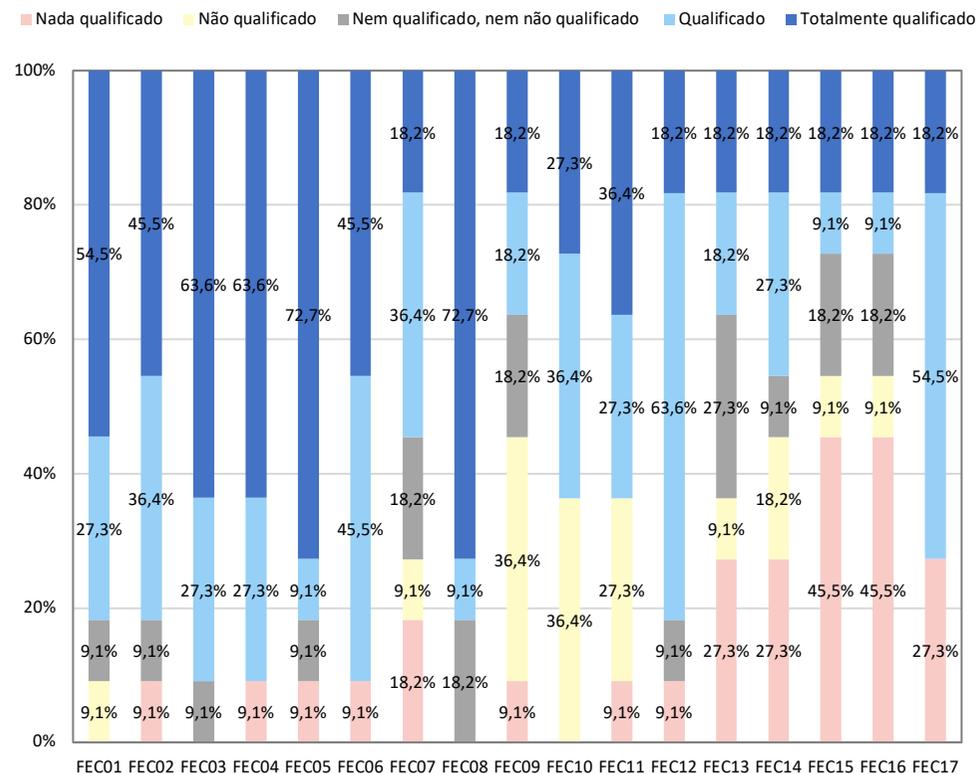


Gráfico 20. Professores: Bloco Formas específicas de crime e violência (N=11)

Quadro 35. Professores: Resumo do Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito

Referência	Descritor	M	DT
PPT01	Compreender a evolução histórica e os postulados teóricos nos quais se sustentam as medidas de prevenção do delito.	3	0.94
PPT02	Aplicar de forma clínica e especializada as teorias e conceitos da Criminologia na explicação e predição do crime e da conduta desviante.	2.9	0.99
PPT03	Identificar os elementos específicos intervenientes no risco e no aparecimento do delito, para avaliá-los desde uma perspectiva avançada e poder estabelecer estratégias especializadas de seu controle.	3.2	0.79
PPT04	Projetar, aplicar e implementar estratégias e programas destinados à prevenção da criminalidade e a resolver conflitos concretos, incluindo estudo de casos e identificação dos métodos adequados.	3.1	1.1
PPT05	Desenhar e implementar intervenções clínicas especializadas nos distintos âmbitos nos quais opera o crime (intrafamiliar, delitos patrimoniais, delitos violentos, entre outros).	2.9	1.2

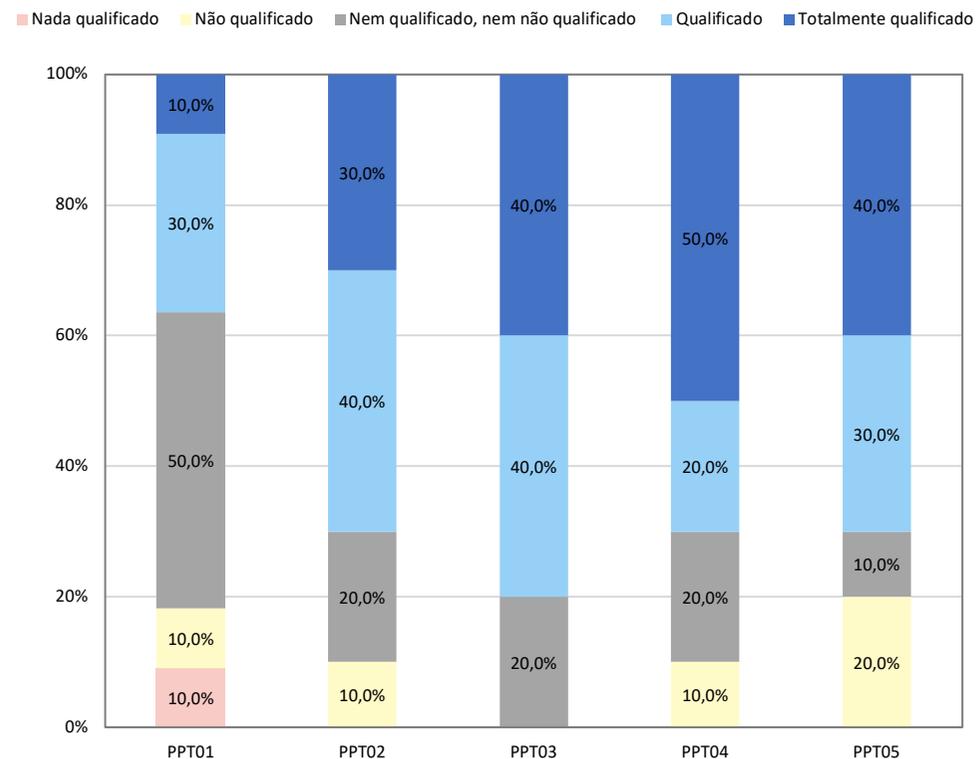


Gráfico 21. Professores: Bloco Predição, Prevenção e Tratamento do Crime e Delito (N=10)

Quadro 36. Professores: Resumo do Bloco Vitimologia

Referência	Descritor	M	DT
VIT01	Aplicar de forma clínica e especializada as teorias e conceitos da vitimologia.	2.29	1.25
VIT02	Compreender a evolução do papel social de vítimas e agressores nas sociedades atuais.	3.14	0.38
VIT03	Conhecer as instituições de assistência às vítimas, os serviços prestados e o marco legal que os protege.	2.86	1.07
VIT04	Atender as necessidades da vítima a nível individual ou coletivo, especialmente das vítimas da violência de gênero, os menores de idade ou qualquer outro grupo vulnerável.	2.14	1.46
VIT05	Identificar os fatores vitimológicos relevantes (incluídas as características sociodemográficas, culturais familiares e outras específicas do lugar de residência) nos diferentes âmbitos do crime (intrafamiliar, delitos violentos, delitos patrimoniais, vitimologia corporativa).	3.43	0.54
VIT06	Elaborar, aplicar e implementar estratégias e programas destinados à intervenção com vítimas incluindo a elaboração do estudo de casos e a identificação dos métodos adequados.	2.57	0.98

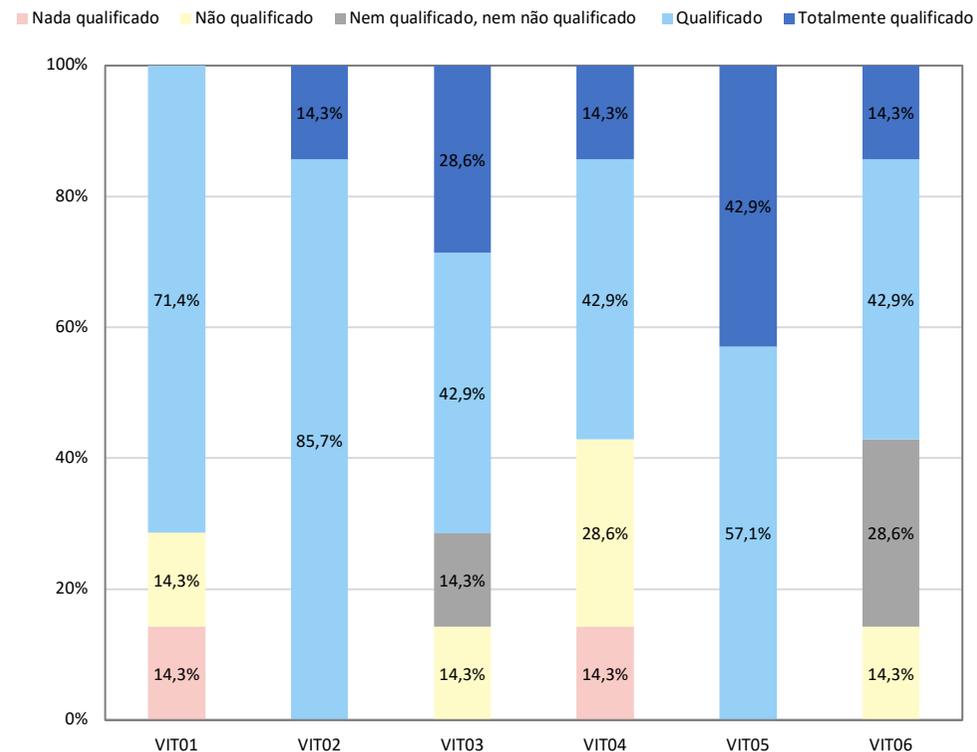


Gráfico 22. Professores: Bloco Vitimologia (N=7)

Quadro 37. Professores: Resumo do Bloco Métodos de Investigação em Criminologia

Referência	Descritor	M	DT
MIC01	Identificar as fontes de informação sobre criminalidade (oficiais, e pesquisa e fontes abertas como redes sociais e a imprensa) e interpretar os dados.	3.7	0.68
MIC02	Habilidade para selecionar e aplicar as mais atuais e avançadas estratégias de investigação e avaliação de dados sobre o fenómeno delitivo, especificamente elaboradas para a compreensão e intervenção especializada sobre problemas criminológicos e vitimológicos concretos.	3	1.25
MIC03	Elaborar e avaliar um projeto de investigação empírico e aplicar adequadamente técnicas de investigação quantitativas e qualitativas.	3.8	0.42

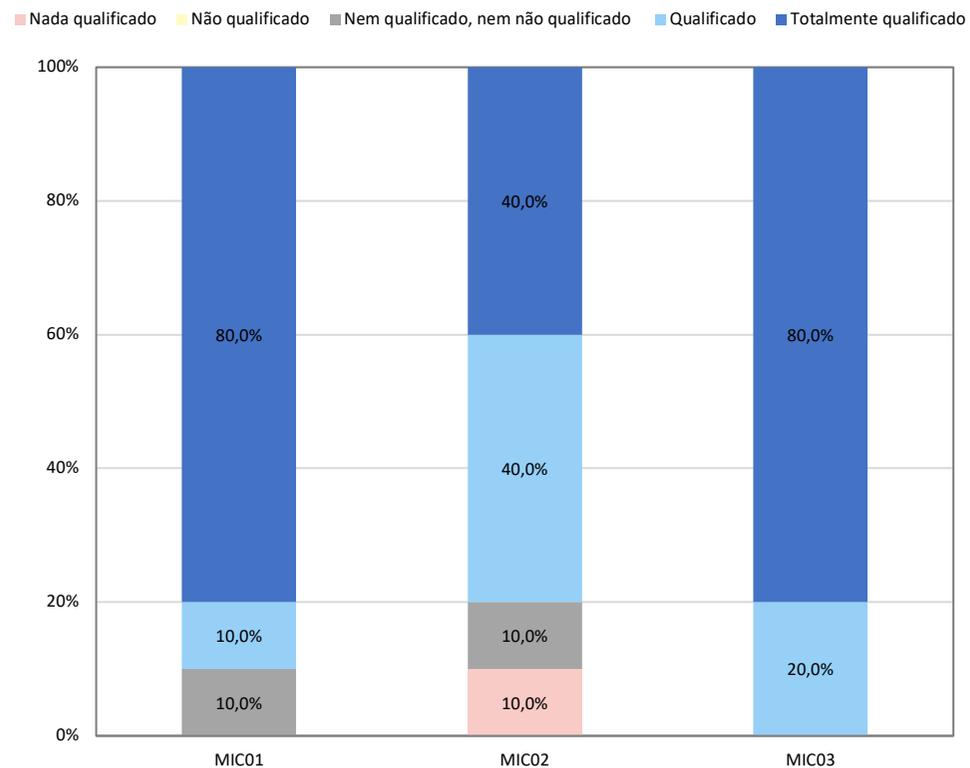


Gráfico 23. Professores: Bloco Métodos de Investigação em Criminologia (N=10)

Quadro 38. Professores: Resumo do Bloco Estatísticas

Referência	Descritor	M	DT
EST01	Explicar os princípios essenciais e elementos básicos de probabilidade, estatística aplicada e Investigação Operativa no âmbito da análise e da prevenção do crime.	3.2	1.23
EST02	Reconhecer e informar a informação relevante para resolver um problema real em ambientes de incerteza.	3.5	0.71
EST03	Utilizar os métodos e linguagens de programação no desenvolvimento e aplicações de planilhas de cálculo e bases de dados.	2.5	1.35
EST04	Resolver, analítica e computacionalmente, problemas matemáticos que possam surgir na análise estatística de dados.	2.2	1.32
EST05	Fazer uso correto e racional dos softwares na análise de dados para a tomada de decisões.	3.1	1.29
EST06	Desenvolver as ferramentas matemáticas necessárias para a resolução de problemas que possam surgir na análise estatística de dados.	1.7	1.25
EST07	Participar da elaboração, construção, validação, crítica e interpretação de modelos estatísticos e da investigação operativa para organizar, interpretar e comunicar a informação no processo de tomada de decisões.	3.1	1.1
EST08	Analisar a elaboração, construção, validação e crítica dos indicadores simples e compostos no âmbito da criminalidade, que facilitem o processo de tomada de decisões.	2.8	1.4

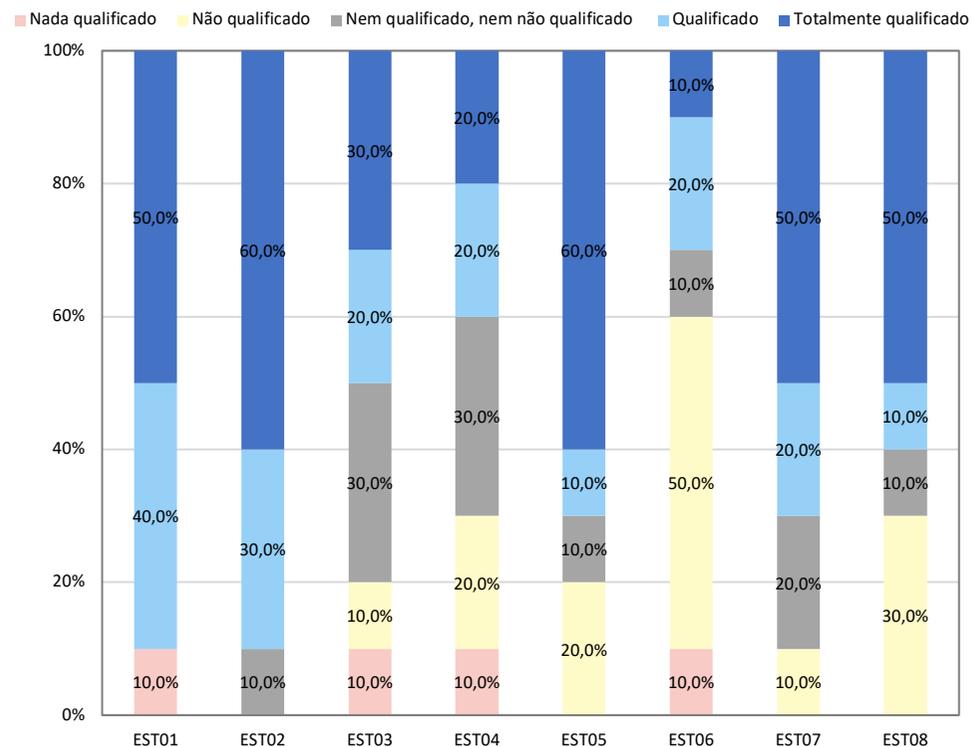


Gráfico 24. Professores: Bloco Estatísticas (N=10)

Quadro 39. Professores: Resumo do Bloco Políticas de Segurança Pública

Referência	Descritor	M	DT
PPS01	Conhecer o carácter multidisciplinar do sistema de segurança e proteção civil, de maneira que seja possível ter uma visão de sua realidade, incluindo as principais instituições e âmbitos públicos dedicados a sua manutenção.	3.1	1.2
PPS02	Elaborar, aplicar e avaliar (em termos de efetividade, eficácia e eficiência) planos, programas, projetos e políticas públicas voltados à prevenção da criminalidade.	3	0.82
PPS03	Compreender a influência ou repercussão da avaliação dos programas e políticas públicas em âmbitos determinados da realidade social.	3.4	0.52

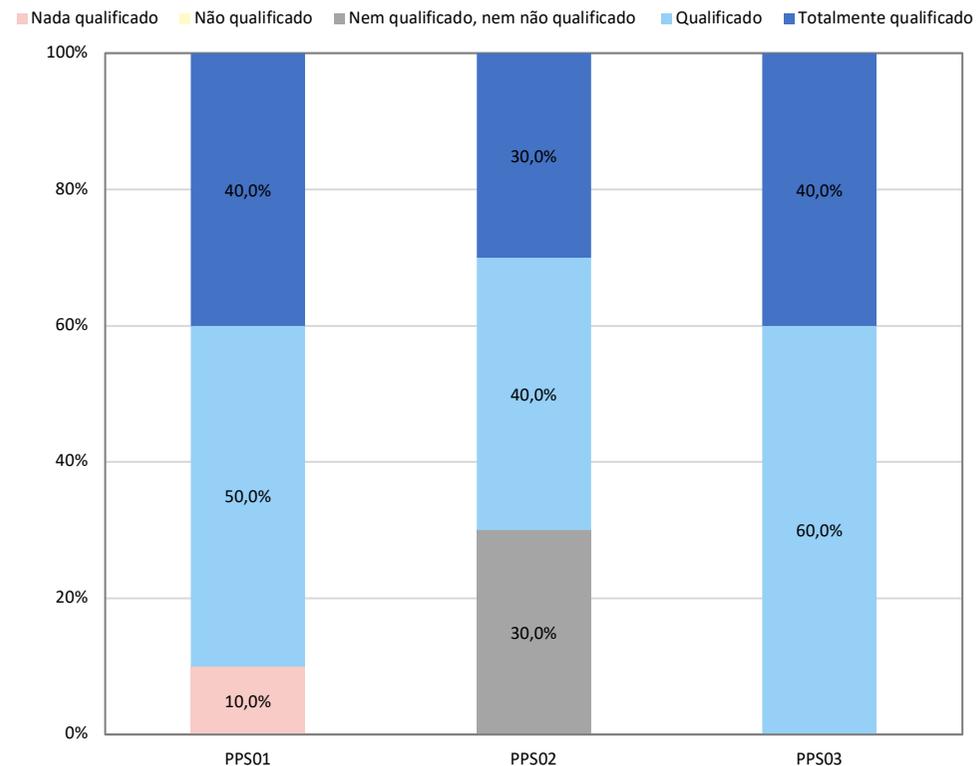


Gráfico 25. Professores: Bloco Políticas de Segurança Pública (N=10)

Quadro 40. Professores: Resumo do Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito

Referência	Descritor	M	DT
PCR01	Conhecer de forma básica as estruturas de controle formal e de proteção diante de emergências.	3	0.82
PCR02	Compreender a argumentação jurídica, bem como distinguir argumentações baseadas em valores de argumentações baseadas em evidências empíricas em contextos político-criminais.	3.5	0.58
PCR03	Compreender e conhecer as principais instituições jurídicas, públicas e privadas, em sua origem e em seu conjunto, bem como seu impacto na sociedade e sua relação com a atividade delitiva.	3	1.41
PCR04	Compreender os principais elementos relativos à geopolítica criminal, bem como analisar o crime a partir desta perspectiva, mediante metodologias sistemáticas e acadêmicas adequadas.	2.5	1.29
PCR05	Perceber e compreender o carácter unitário do ordenamento jurídico e a necessária visão interdisciplinar dos problemas jurídicos e criminológicos	3	1.16
PCR06	Ter e manifestar a necessária sensibilidade aos temas da realidade econômica, social e cultural, sua influência e relação com fenômenos jurídicos e delitivos.	3.5	1
PCR07	Saber expressar, em um relatório criminológico, os meios e os recursos de regime e tratamento penitenciário idôneos para a reinserção social e a redução dos efeitos nocivos da prisão.	2.5	1.29
PCR08	Compreender as formas de resolução de conflitos e de atuação como mediador penal.	3.5	1
PCR09	Ter consciência da importância da mediação, dentro do âmbito do Direito, como sistema regulador das relações sociais e aplicá-lo ao contexto da Criminologia.	3.25	0.96
PCR10	Aplicar as técnicas de mediação e resolução de conflitos nos distintos âmbitos de intervenção criminológica e vitimológica, que possam apresentar-se no desempenho profissional (ex. tribunais, centros educativos, atuação policial...).	2.75	0.96
PCR11	Utilizar fontes jurídicas (tanto materiais legislativos como jurisprudenciais e doutrinários, nacionais e internacionais) e em especial aquelas vinculadas com os atos delitivos.	2.5	1.29

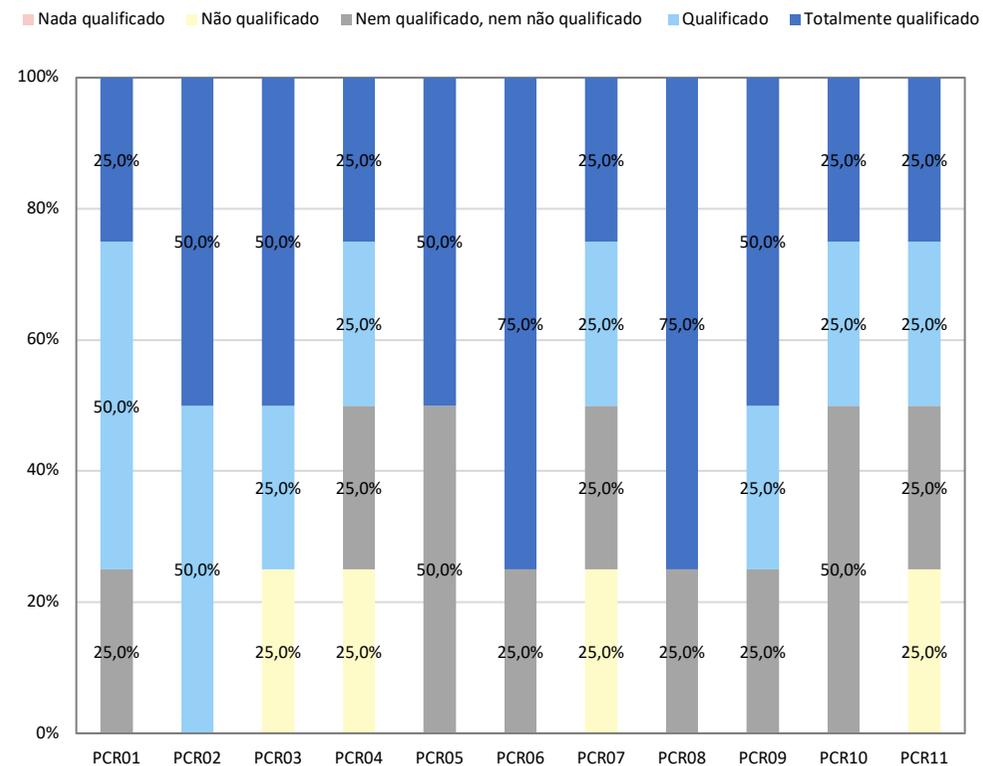


Gráfico 26. Professores: Bloco Política Criminal e Resolução de Conflito (N=4)

Quadro 41. Professores: Resumo do Bloco Direito

Referência	Descritor	M	DT
DIR01	Compreender as bases conceituais do Direito Público, a estrutura do Estado e suas instituições e da sociedade civil, bem como a estrutura da Administração de Justiça no âmbito penal.	4	.
DIR02	Conhecer a relação entre instituições, mecanismos e procedimentos de diversas disciplinas com os objetivos e as necessidades da segurança pública e as funções policiais.	2	.
DIR03	Compreender o marco legal que regula as atividades relacionadas com a segurança, a criminalidade ou a antissocialidade, conhecer a normativa vigente que o afeta, e ser capaz de planejar e desenvolver a própria atividade de acordo com a normativa reguladora.	1	.
DIR04	Elaborar e aplicar estratégias legais para resolver conflitos concretos no contexto social, administrativo, penal e criminológico.	0	.
DIR05	Aplicar o Direito como sistema regulador de relações sociais, e integrar os direitos fundamentais e as liberdades aplicáveis às reações sociais para a delinquência e o desvio.	1	.

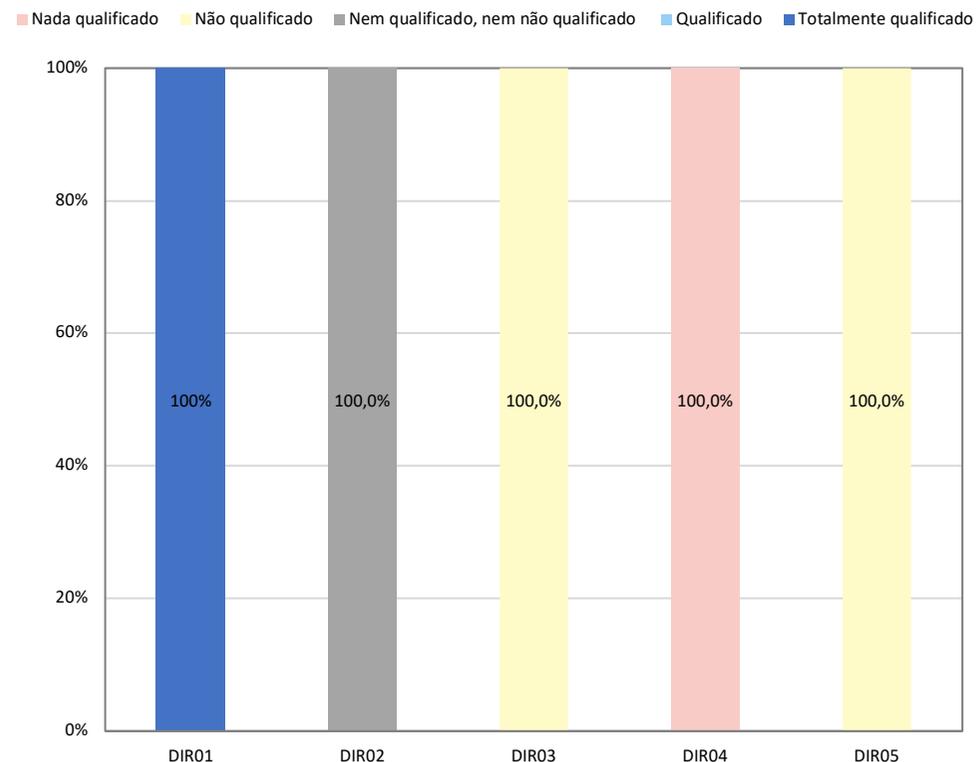


Gráfico 27. Professores: Bloco Direito (N=1)

Quadro 42. Professores: Resumo do Bloco Delinquência e Justiça Juvenil

Referência	Descritor	M	DT
DJJ01	Ter conhecimento do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes como premissa fundamental para poder entender as crianças e os adolescentes.	3	1.55
DJJ02	Identificar os fatores de risco e de proteção das crianças e dos adolescentes em situações de vulnerabilidade social.	3.5	0.84
DJJ03	Saber dirigir e controlar a aplicação de planos e programas de intervenção criminológica e vitimológica às crianças e adolescentes, propondo alternativas viáveis de solução e intervenção de alto nível, potenciando as capacidades de autonomia individual, os valores próprios da cultura da paz, a igualdade, a tolerância e o respeito aos direitos humanos das pessoas em desenvolvimento.	2.67	1.03

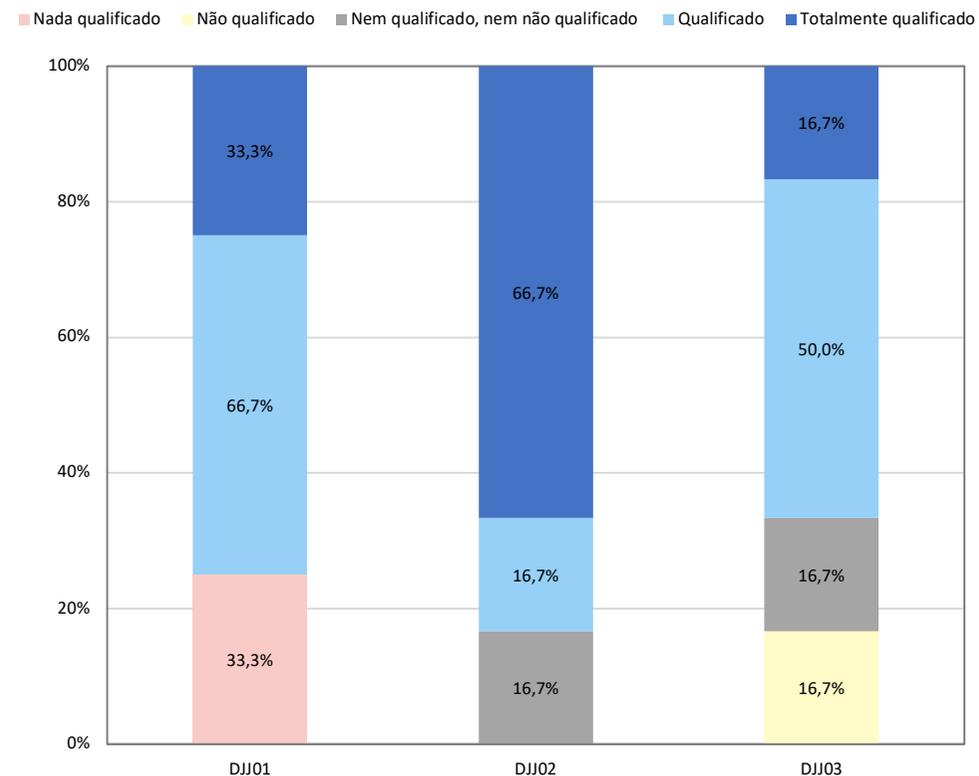


Gráfico 28. Professores: Bloco Delinquência e Justiça Juvenil (N=6)

Quadro 43. Professores: Resumo do Bloco Psicologia Criminal e Jurídica

Referência	Descritor	M	DT
PCJ01	Compreender e conhecer os fundamentos, nuances e motivações psicológicas da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	3	.
PCJ02	Identificar os fatores biológicos, antropológicos e sociais que intervêm conjuntamente na configuração psicológica humana.	2	.
PCJ03	Interpretar os dados relacionados com a criminalidade e a conduta antissocial, a partir de uma perspectiva psicossocial.	3	.
PCJ04	Aplicar os conhecimentos psicossociais, ao estudo e à compreensão das diferentes formas de criminalidade ou antissociabilidade.	3	.
PCJ05	Atender ou identificar as necessidades da vítima a nível individual, grupal e comunitário, com especial referência aos coletivos muito vitimizados como as vítimas mais vulneráveis.	3	.

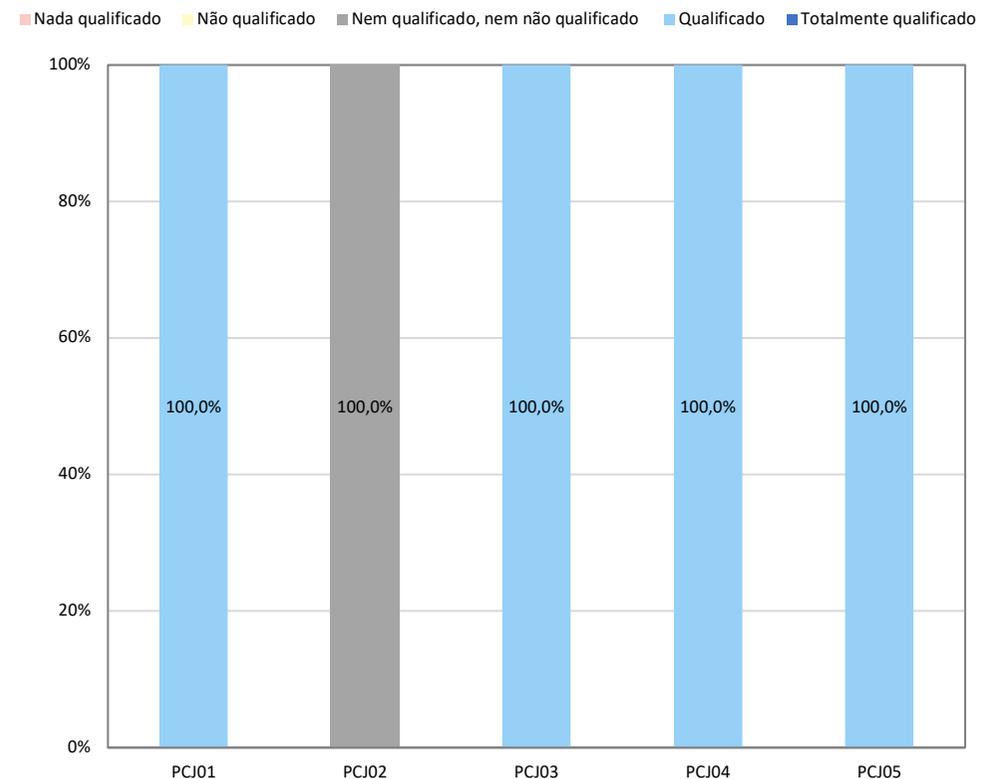


Gráfico 29. Professores: Bloco Psicologia Criminal e Jurídica (N=1)

Quadro 44. Professores: Resumo do Bloco Sociologia do Direito e da Violência

Referência	Descritor	M	DT
SJV01	Conhecer o funcionamento e o desenvolvimento das instituições de controle social e de seu papel na prevenção e intervenção frente aos delitos.	3.25	0.707
SJV02	Compreender a magnitude científica de uma análise teórico-prático da segurança.	3	0.756
SJV03	Refletir sobre a complexidade da sociedade latino-americana atual e as ameaças reais ou virtuais que conformam o planejamento e a execução da política de segurança.	3.13	0.835
SJV04	Aplicar os conhecimentos adquiridos por meio do estudo teórico e da investigação empírica, ao controle e à prevenção da insegurança real e subjetiva das sociedades latino-americanas atuais.	3	0.926
SJV05	Conhecer as principais teorias sociológicas que colocam a discussão sobre o crime no centro dos processos sociais e políticos, bem como a constituição do Estado e a cidadania, a urbanização, o racismo, a estrutura do mercado de trabalho, a religião e muitos outros.	3.38	0.744
SJV06	Aplicar o conhecimento sociológico para compreender os atores envolvidos no crime (delinquentes, vítimas e profissionais no sistema de segurança pública e justiça penal) como parte de uma rede de relações sociais que implica a negociação constante da verdade, da moral e da legalidade. E, a partir daí, propor a elaboração de intervenções mais efetivas para a prevenção e o controle do delito.	3.5	0.756
SJV07	Investigar a relação entre o crime, a privação econômica e as profundas desigualdades socioeconômicas e socioespaciais presentes nos países da América do Sul.	3.38	0.916

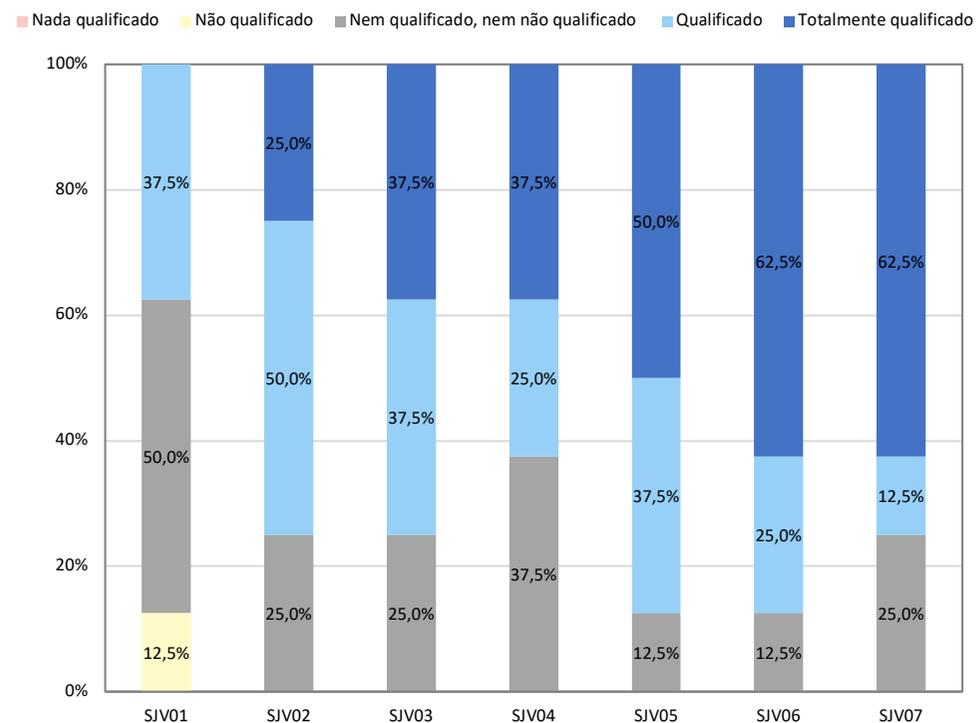


Gráfico 30. Professores: Bloco Sociologia do Direito e da Violência (N=8)

Quadro 45. Professores: Resumo do Bloco Antropologia Social

Referência	Descritor	M	DT
AS01	Compreender e conhecer os fundamentos, as nuances e as motivações sociais da conduta humana e sua aplicação para a atuação profissional prática.	3	1
AS02	Conhecer as distintas políticas públicas existentes para erradicar a desigualdade, bem como outras que podem conduzir à erradicação da desigualdade.	2	1
AS03	Aplicar os conhecimentos antropológicos ao estudo e compreensão das diferentes formas de criminalidade ou antissocialidade.	2	1
AS04	Aplicar o método etnográfico na investigação criminológica, evitando o adultocentrismo e o etnocentrismo na análise dos resultados.	2.33	1.155
AS05	Saber interpretar os dados relacionados com a criminalidade e a conduta antissocial, da perspectiva antropológica.	2	1

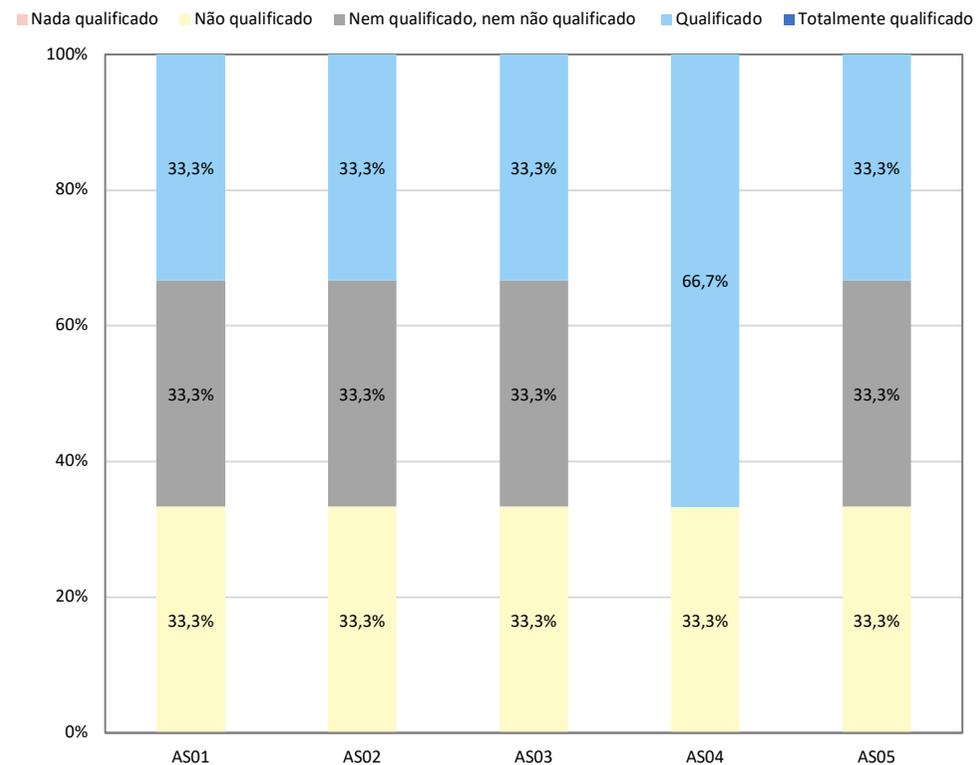


Gráfico 31. Professores: Bloco Antropologia Social (N=3)

Quadro 46. Professores: Resumo do Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses

Referência	Descritor	M	DT
MLCF01	Analisar diferentes condutas delitivas e seus elementos essenciais, e compreender os efeitos que os atos delitivos produzem na sociedade e nos cidadãos.	4	.
MLCF02	Analisar em profundidade os aspectos jurídicos do delito, e poder aplicá-lo de forma avançada ao âmbito de exercício forense em casos concretos de intervenção.	1	.
MLCF03	Utilizar apropriadamente as técnicas analíticas e de investigação forense para a emissão de opiniões fundadas sobre as questões que se submetem a sua consideração.	1	.
MLCF04	Assessorar na interpretação dos relatórios forenses.	2	.

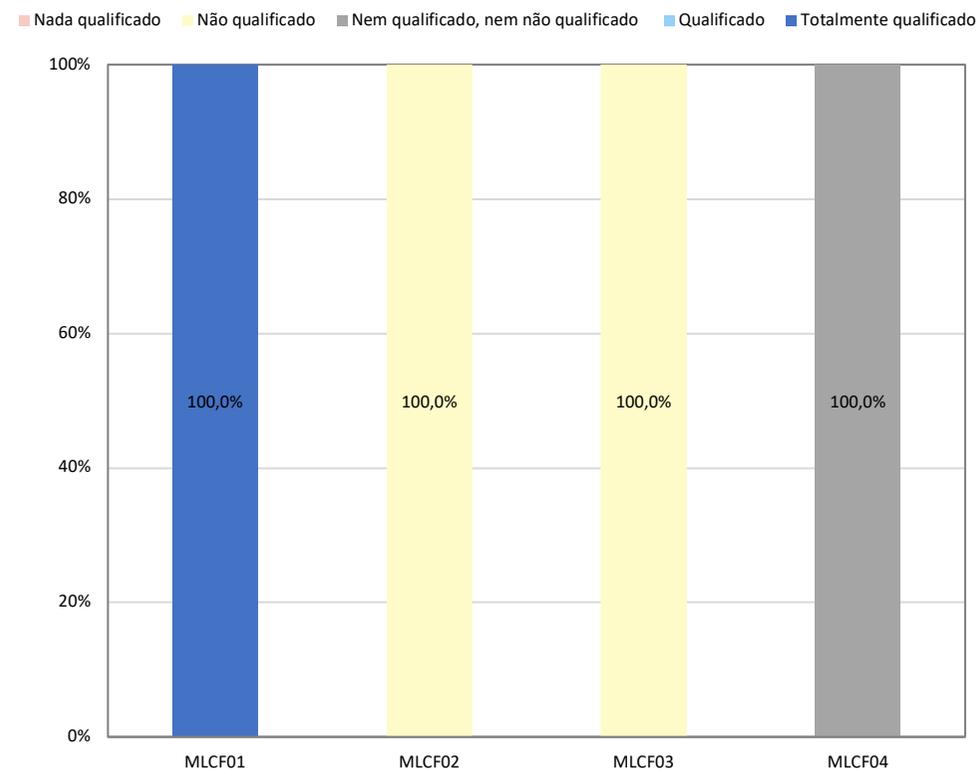


Gráfico 32. Professores: Bloco Medicina Legal e Ciências Forenses (N=1)

ii. Necessidades institucionais relacionadas ao ensino

Quadro 47. Professores: Resumo do Bloco Recursos Humanos

Referência	Descritor	M	DT
RH01	Oferecer desenvolvimento profissional de alta qualidade aos docentes.	2.36	1.26
RH02	Reduzir a carga administrativa dos docentes contratando mais pessoal de apoio.	2.45	1.47
RH03	Reduzir o número de alunos por aula.	1.73	1.24
RH04	A coordenação entre os docentes do mesmo departamento.	2.73	1.12
RH05	A coordenação entre os docentes de diferentes departamentos.	2.91	0.97
RH06	Ações da direção da universidade para coordenar os departamentos ou outros organismos.	2.59	1.30
RH07	Pessoal dedicado ao marketing de novos programas universitários.	3.09	1.11

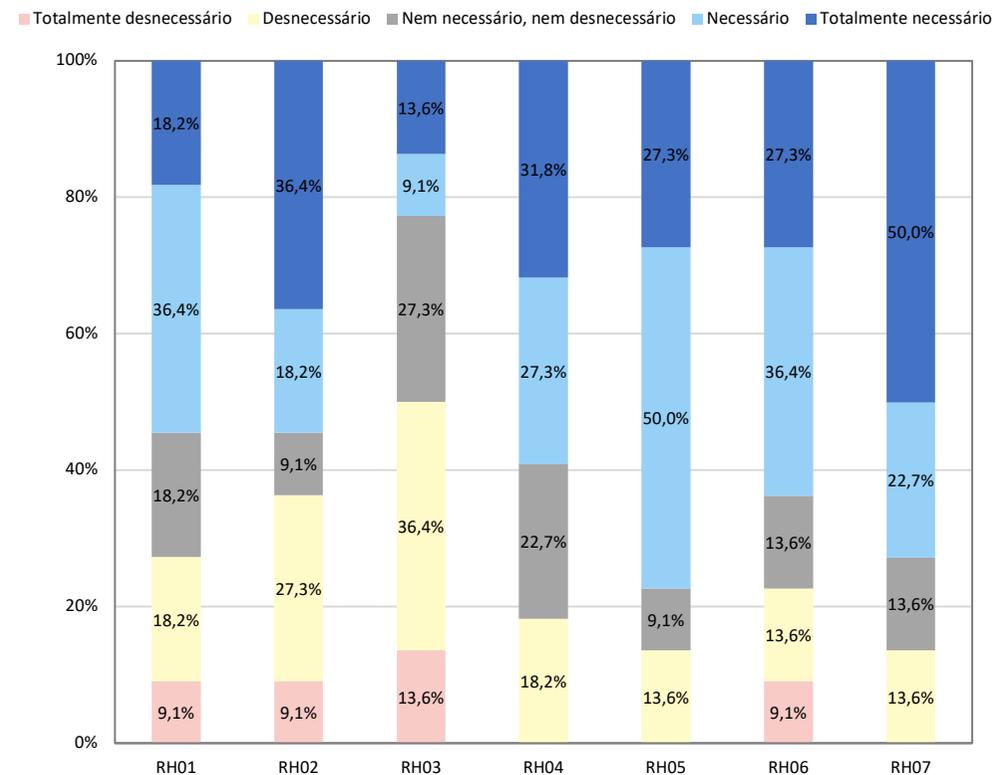


Gráfico 33. Professores: Bloco Recursos Humanos

Quadro 48. Professores: Resumo do Bloco Recursos Materiais

Referência	Descritor	M	DT
RM01	Os edifícios e instalações da Universidade.	2.05	1.56
RM02	Investimento em materiais para o ensino (por exemplo, livros texto, lousas, material didático, projetores audiovisuais, entre outros).	3	1.16
RM03	Os métodos de ensino-aprendizagem utilizados (trabalho em grupos, role-playing, método de estudos de caso, entre outros).	2.86	0.94
RM04	Os sistemas de avaliação que se empregam para o aprendizado do aluno.	2.32	1.04
RM05	Os recursos bibliográficos oferecidos nas bibliotecas da universidade.	2.41	1.26
RM06	A intranet da universidade (por exemplo, acessibilidade, manutenção e desenvolvimento, comunicação).	2.59	1.40
RM07	Investimento em softwares educativos específicos para a formação dos alunos (por exemplo, Office, SPSS, QGIS, ArcGIS, Survey Monkey).	3.45	0.6
RM08	O acesso a bases de dados de interesse criminológico (Oracle, PostGIS, MySQL, entre outras).	3.23	0.81
RM09	As aulas de informática da universidade.	2.41	1.37

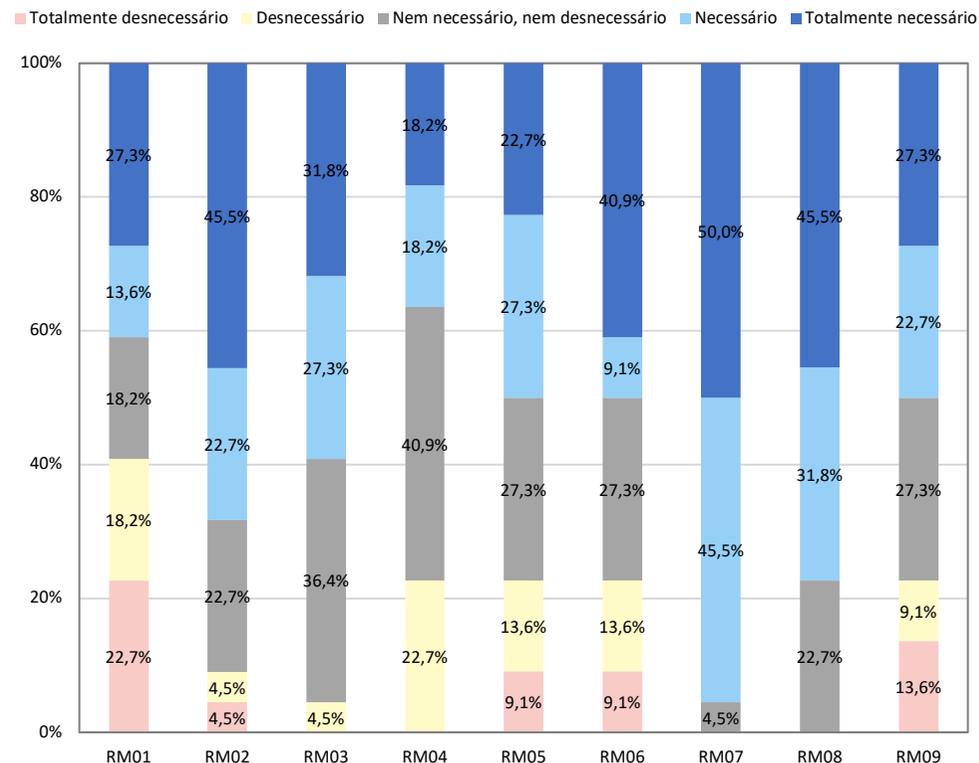


Gráfico 34. Professores: Bloco Recursos Materiais

Quadro 49. Professores: Resumo do Bloco Recursos Funcionais

Referência	Descritor	M	DT
RF01	Adequação entre as horas, a agenda e a carga de trabalho do estudante nas matérias.	2.45	1.18
RF02	Conhecimentos prévios dos discentes para alocação nas disciplinas que ministrarão dentro do novo programa de formação.	2.32	1.25
RF03	Interesse e motivação dos discentes ao iniciar as disciplinas que se ministrarão dentro do novo programa de formação.	2.77	1.15
RF04	Uso que o aluno faz das plataformas web para tutorias de suas disciplinas.	2.64	1.14

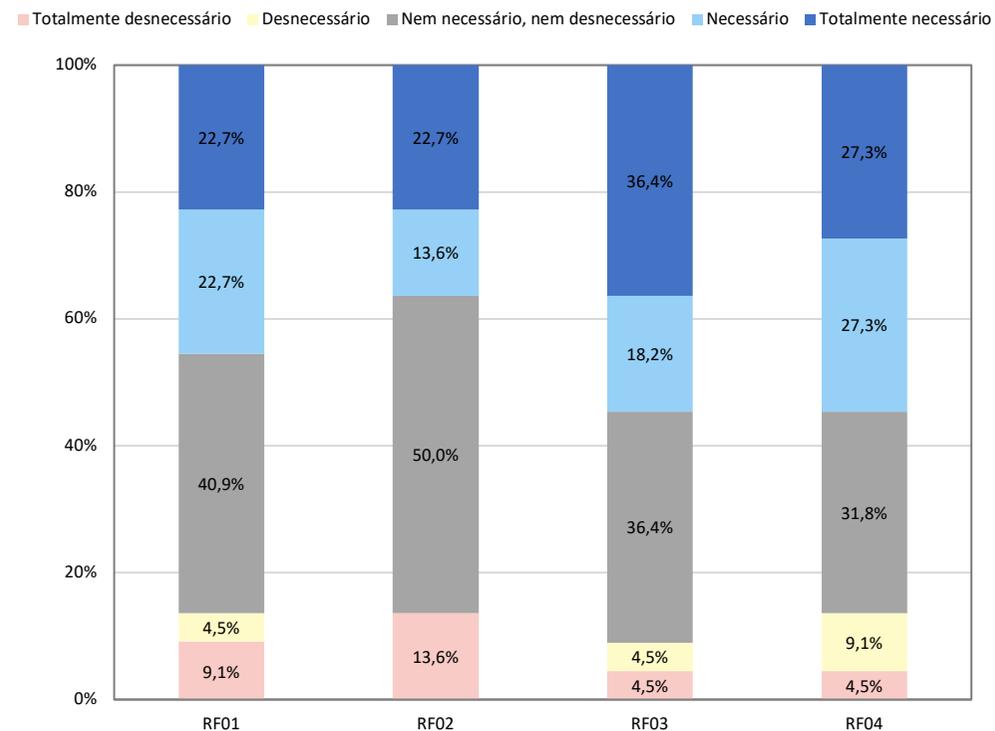


Gráfico 35. Professores: Bloco Recursos Funcionais

Quadro 50. Professores: Resumo do Bloco Serviços

Referência	Descritor	M	DT
SER01	Realização de programas de acolhida para novos estudantes.	2.64	1
SER02	Adaptação dos serviços oferecidos a estudantes com necessidades especiais.	3	1.23
SER03	Realização de programas de estágios em organizações públicas ou privadas para estudantes.	3.05	1.09
SER04	Realização de programas de mobilidade internacional para estudantes.	3.18	0.80
SER05	Realização de programas de mobilidade nacional para estudantes.	2.95	0.95
SER06	Orientação de trabalho ao estudante.	2.82	1.40
SER07	Concessão de bolsas ou outro tipo de ajuda para cursos de especialização, mestrado e doutorado.	3.5	0.67

■ Totalmente desnecessário ■ Desnecessário ■ Nem necessário, nem desnecessário ■ Necessário ■ Totalmente necessário

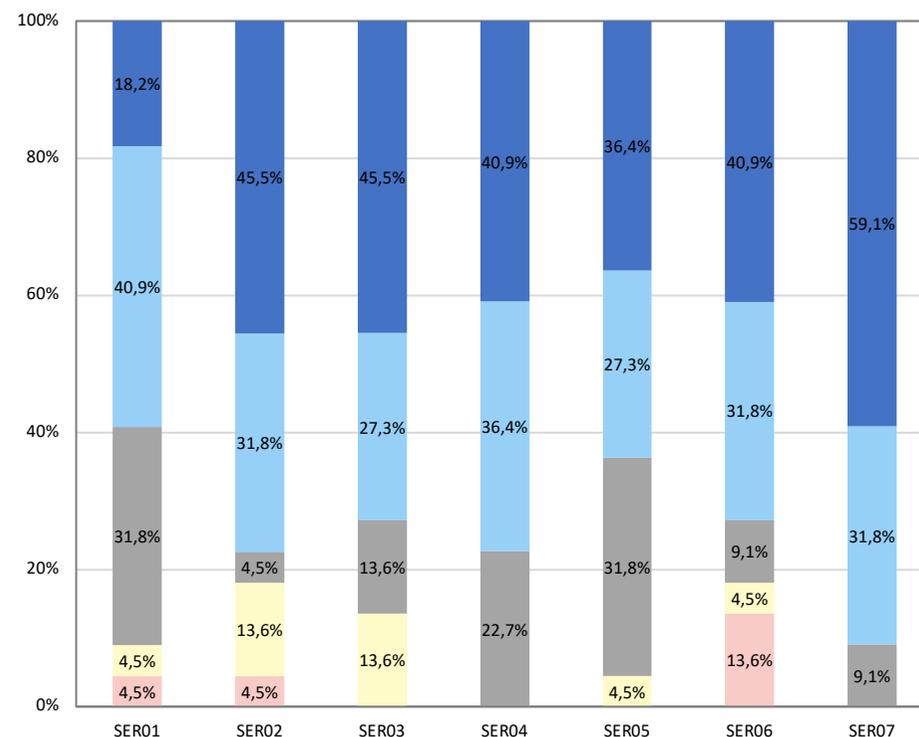


Gráfico 36. Professores: Bloco Serviços

iii. Necessidades de ensino

Quadro 51. Professores: Resumo do Bloco necessidades individuais

Referência	Descritor	M	DT
MEL01	Conhecimentos e compreensão de meu campo/matéria.	2.36	1.36
MEL02	Competências pedagógicas no ensino de meu campo/matéria.	2.23	1.19
MEL03	Habilidades nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para o ensino.	2.45	1.01
MEL04	Análise e avaliação dos estudantes.	2	1.23
MEL05	Métodos para a aprendizagem individualizada e grupal (trabalho em grupos, role playing, método de estudos de caso, entre outros).	2.36	1.29
MEL06	Comportamento dos estudantes e gestão da aula.	1.82	1.30
MEL07	Ensino em um contexto multicultural ou multilíngue.	2.73	1.12
MEL08	Ensino em habilidades transversais (por exemplo: pensamento crítico, resolução de problemas, criatividade, entre outras).	2.27	1.35
MEL09	Comunicação com pessoas de diferentes culturas ou países.	2.36	1.29
MEL10	Práticas de avaliação de estudantes.	2.14	1.25

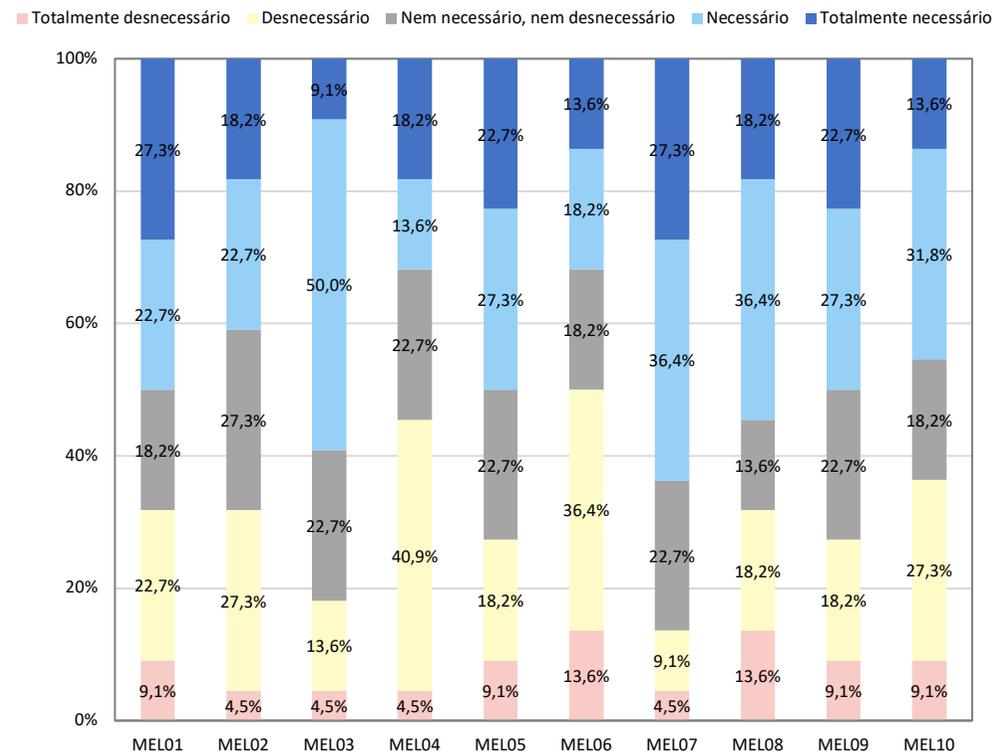


Gráfico 37. Professores: Bloco Necessidades individuais

Quadro 52. Professores: Resumo do Bloco TIC

Referência	Descritor	M	DT
TIC01	Participar em cursos relacionados com o desenvolvimento de habilidades das TIC.	2.86	0.89
TIC02	Participar em comunidades virtuais de aprendizagem dos conteúdos.	2.82	1.05
TIC03	Utilizar a rede internet para a preparação e desenvolvimento das matérias.	2.32	1.39
TIC04	Utilizar as plataformas de conteúdos oferecidos pela universidade, como Moodle ou Campus Virtual no desenvolvimento das matérias.	2.18	1.18
TIC05	Utilizar conteúdo de informática para trabalhar (processadores de texto, planilhas de dados, bases de dados).	1.86	1.46
TIC06	Utilizar programas como PowerPoint, Open Office Impress ou Prezi para realizar apresentações em aulas.	1.45	1.34
TIC07	Desenvolver experiências em programas como SPSS, Stata ou outros similares para trabalhar com dados estatísticos.	2.32	1.56
TIC08	Utilizar softwares especializados para o manejo de grandes quantidades de dados (por exemplo, software R, Python)	3.14	1.28
TIC09	Utilizar o correio eletrônico para contatar docentes, administração da universidade, entre outros.	0.91	1.38

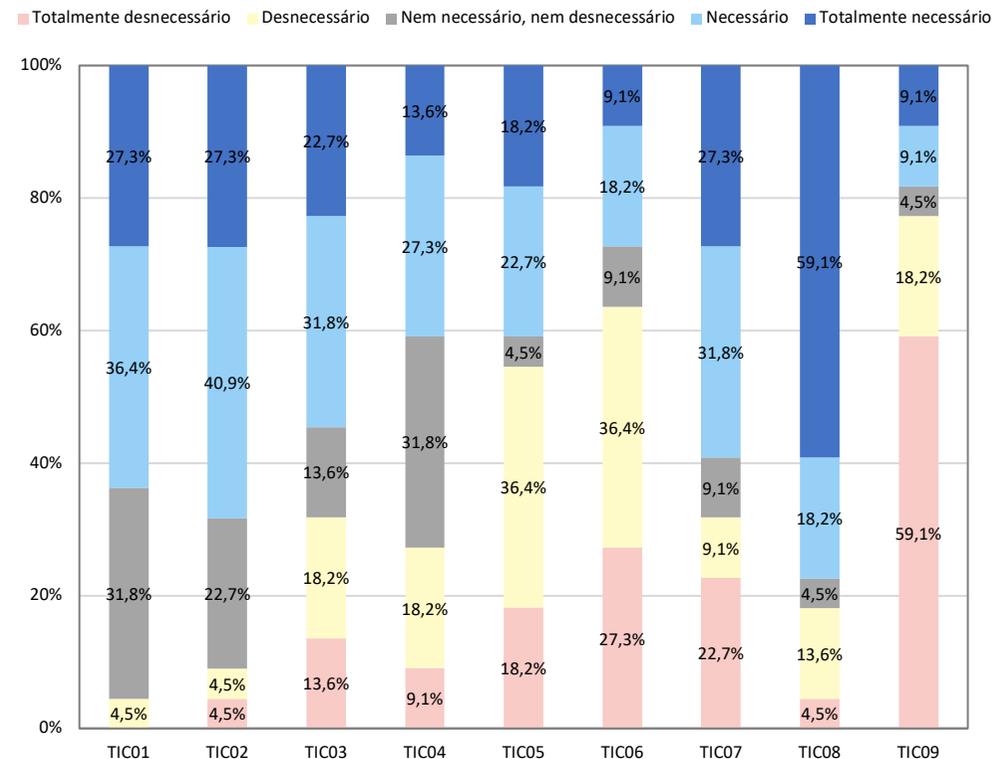


Gráfico 38. Professores: Bloco TIC

c. *Estudantes*

i. Necessidades institucionais relacionadas ao ensino

Quadro 53. Estudantes: Resumo do Bloco Recursos Humanos

Referência	Descritor	M	DT
RH01	Oferecer desenvolvimento profissional de alta qualidade aos docentes.	2.92	1.11
RH02	Reduzir o número de alunos por aula.	1.91	1.27
RH03	A coordenação entre os docentes do mesmo departamento.	2.57	1.09
RH04	A coordenação entre os docentes de diferentes departamentos.	3.24	0.92
RH05	Ações da direção da universidade para coordenar os departamentos ou outros organismos.	2.71	1.18
RH06	Pessoal dedicado ao marketing de novos programas universitários.	2.65	1.13

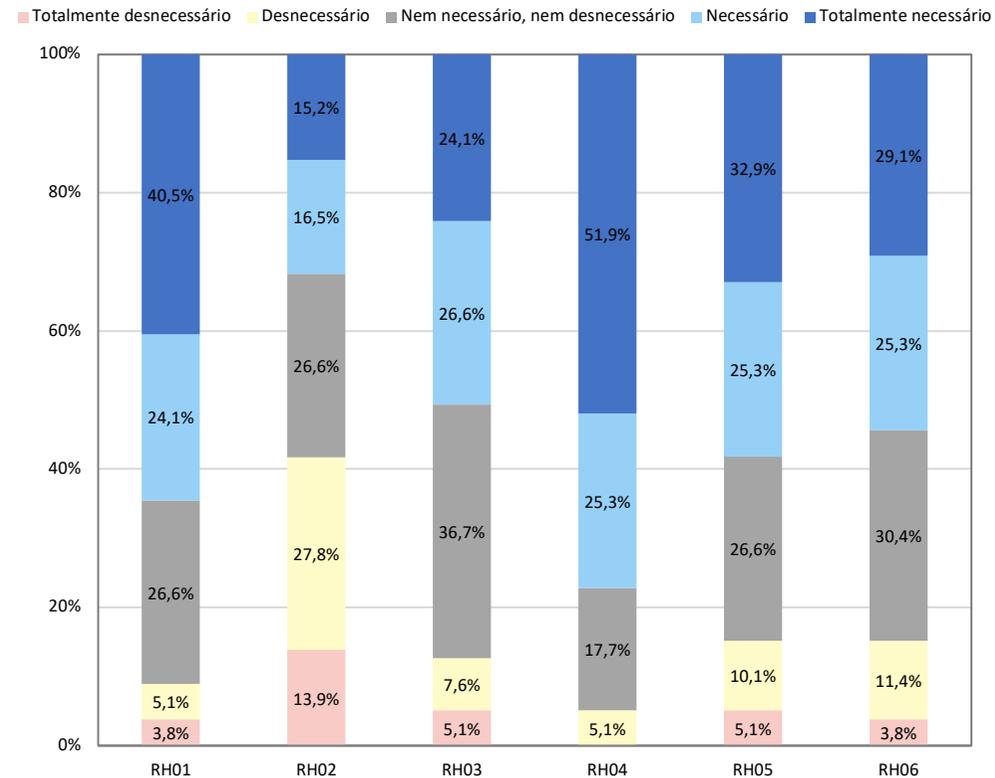


Gráfico 39. Estudantes: Bloco Recursos Humanos

Quadro 54. Estudantes: Resumo do Bloco Recurso Materiais

Referência	Descritor	M	DT
RM01	Os edifícios e instalações da Universidade.	2.89	1.17
RM02	Investimento em materiais para o ensino (por exemplo, livros texto, lousas, material didático, projetores audiovisuais, entre outros).	3.01	1.06
RM03	Os métodos de ensino-aprendizagem utilizados (trabalho em grupos, role-playing, método de estudos de caso, entre outros).	2.82	1.10
RM04	Os sistemas de avaliação que se empregam para o aprendizado do aluno.	2.68	1.10
RM05	Os recursos bibliográficos oferecidos nas bibliotecas da universidade.	2.44	1.22
RM06	A intranet da universidade (por exemplo, acessibilidade, manutenção e desenvolvimento, comunicação).	3.04	1.08
RM07	Investimento em softwares educativos específicos para a formação dos alunos (por exemplo, Office, SPSS, QGIS, ArcGIS, Survey Monkey).	3.27	0.94
RM08	O acesso a bases de dados de interesse criminológico (Oracle, PostGIS, MySQL, entre outras).	3.41	0.78
RM09	As aulas de informática da universidade.	2.81	1.22

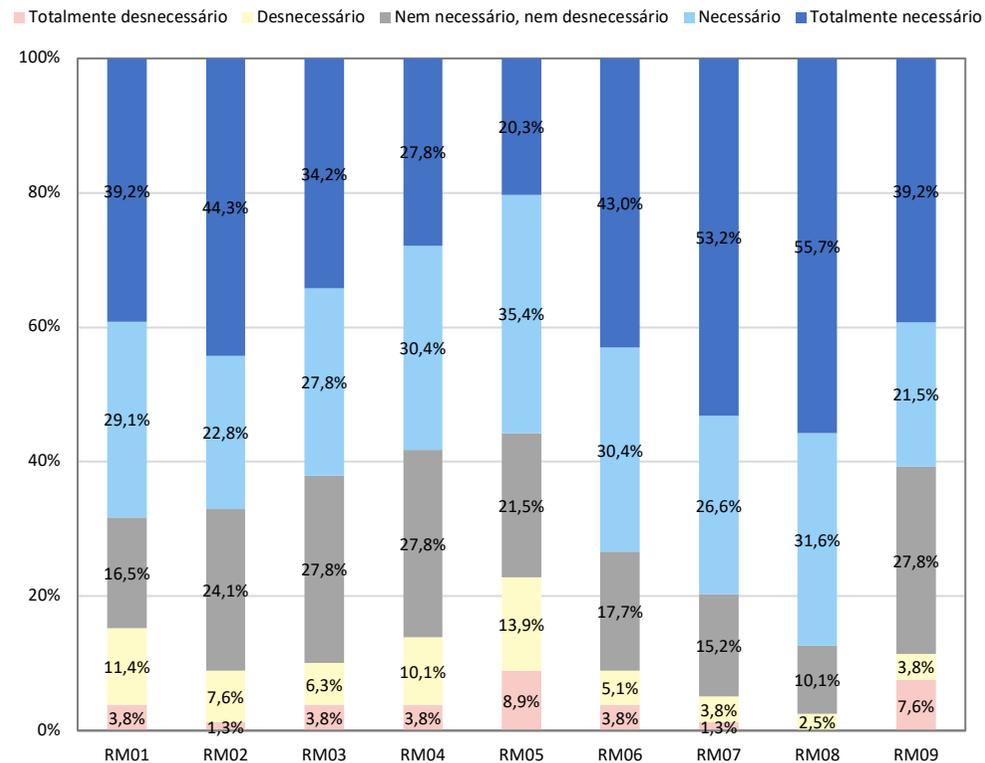


Gráfico 40. Estudantes: Bloco Recursos Materiais

Quadro 55. Estudantes: Resumo do Bloco Recursos Funcionais

Referência	Descritor	M	DT
RF01	A coerência entre as horas, a agenda e a carga de trabalho do estudante e as matérias.	3.10	0.96
RF02	Conhecimentos prévios dos discentes ao ingressar nas disciplinas que se ministrarão dentro do novo programa de formação.	2.41	1.01
RF03	Interesse e motivação dos discentes ao iniciar as disciplinas que se ministrarão dentro do novo programa de formação.	2.78	1.02
RF04	Uso que o aluno faz das plataformas web para tutorias de suas disciplinas.	2.56	1.15

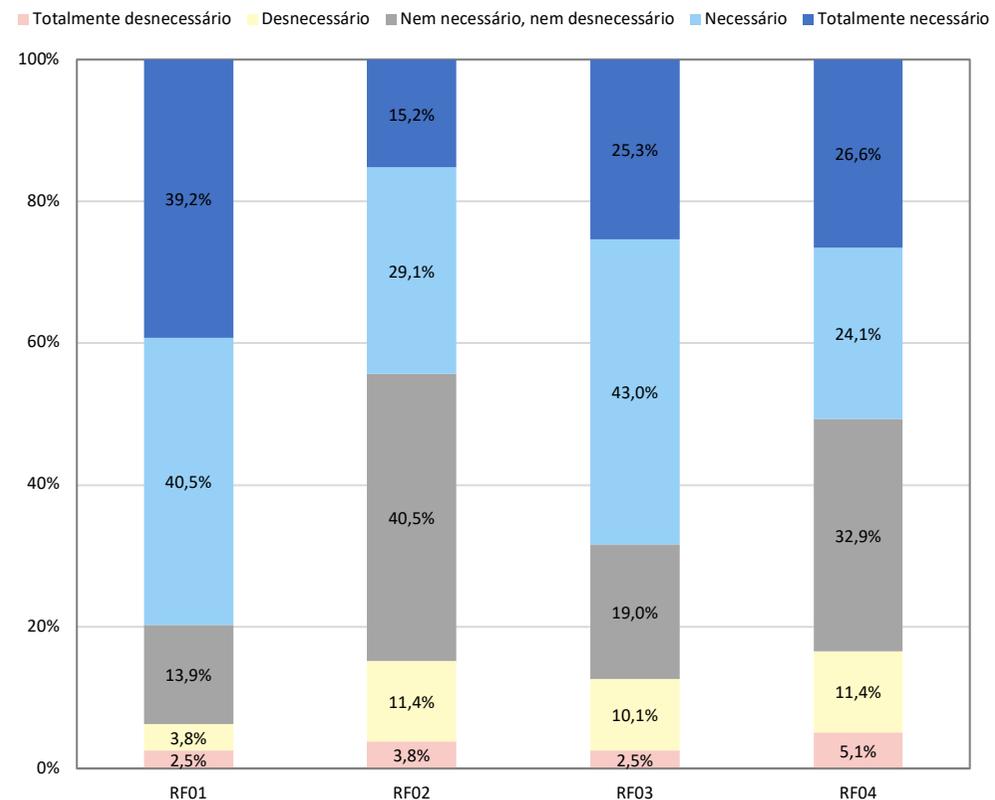


Gráfico 41. Estudantes: Bloco Recursos Funcionais

Quadro 56. Estudantes: Resumo do Bloco Serviços

Referência	Descritor	M	DT
SER01	Realização de programas de acolhida para novos estudantes.	2.85	1.01
SER02	Adaptação dos serviços oferecidos a estudantes com necessidades especiais.	3.39	0.93
SER03	Realização de programas de estágios em organizações públicas ou privadas para estudantes.	3.44	0.76
SER04	Realização de programas de mobilidade internacional para estudantes.	3.39	0.98
SER05	Realização de programas de mobilidade nacional para estudantes.	3.38	0.91
SER06	Orientação de trabalho ao estudante.	3.22	0.98
SER07	Concessão de bolsas ou outro tipo de ajuda para cursos de especialização, mestrado e doutorado.	3.59	0.73

■ Totalmente desnecessário ■ Desnecessário ■ Nem necessário, nem desnecessário ■ Necessário ■ Totalmente necessário

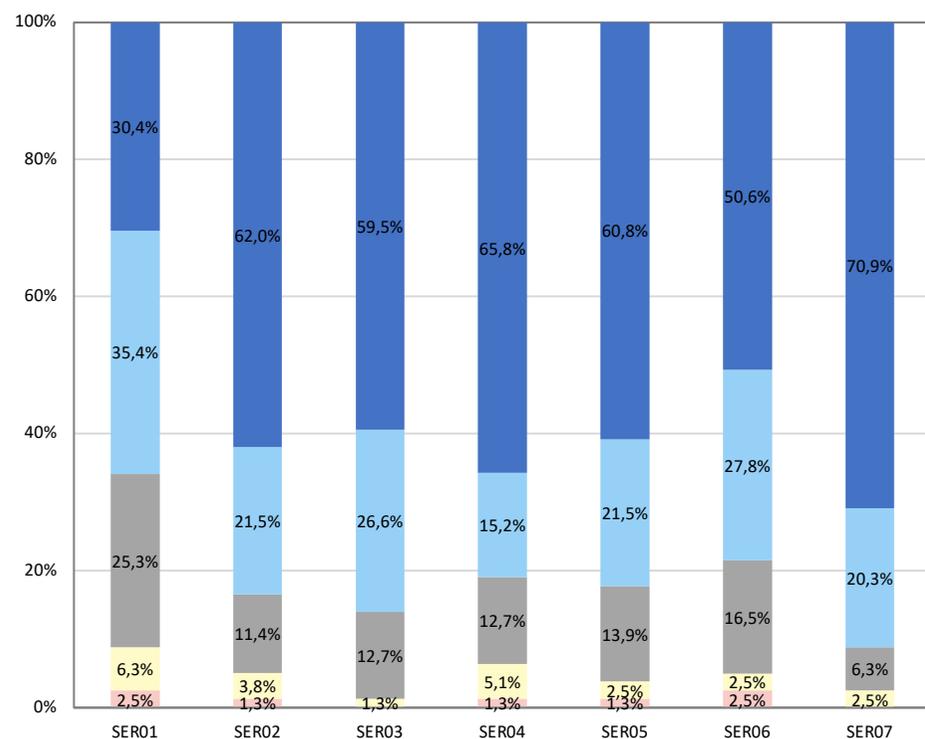


Gráfico 42. Estudantes: Bloco Serviços

ii. Necessidades dos estudantes

Quadro 57. Estudantes: Resumo do Bloco TIC

Referência	Descritor	M	DT
TIC01	Participar em comunidades virtuais de aprendizagem relacionadas ao curso em que me graduei.	3.14	0.9
TIC02	Utilizar a internet para a preparação e o desenvolvimento das disciplinas do curso.	2.84	1.1
TIC03	Utilizar as plataformas de conteúdos oferecidos pela universidade, como Moodle ou Campus Virtual no desenvolvimento das matérias.	2.67	1.17
TIC04	Utilizar conteúdo de informática para trabalhar (processadores de texto, planilhas de dados, bases de dados).	2.46	1.25
TIC05	Utilizar programas como PowerPoint, Open Office Impress ou Prezi para realizar apresentações em aulas.	3	1.07
TIC06	Desenvolver experiências em programas como SPSS, Stata ou outros similares para trabalhar com dados estatísticos.	2.53	1.3
TIC07	Utilizar softwares especializados para o manejo de grandes quantidades de dados (por exemplo, software R, Python)	3.54	0.83
TIC08	Utilizar o e-mail para contatar com docentes, administração da universidade, entre outros.	3.61	0.74
TIC09	Participar em comunidades virtuais de aprendizagem relacionadas ao curso em que me graduei.	2.61	1.49

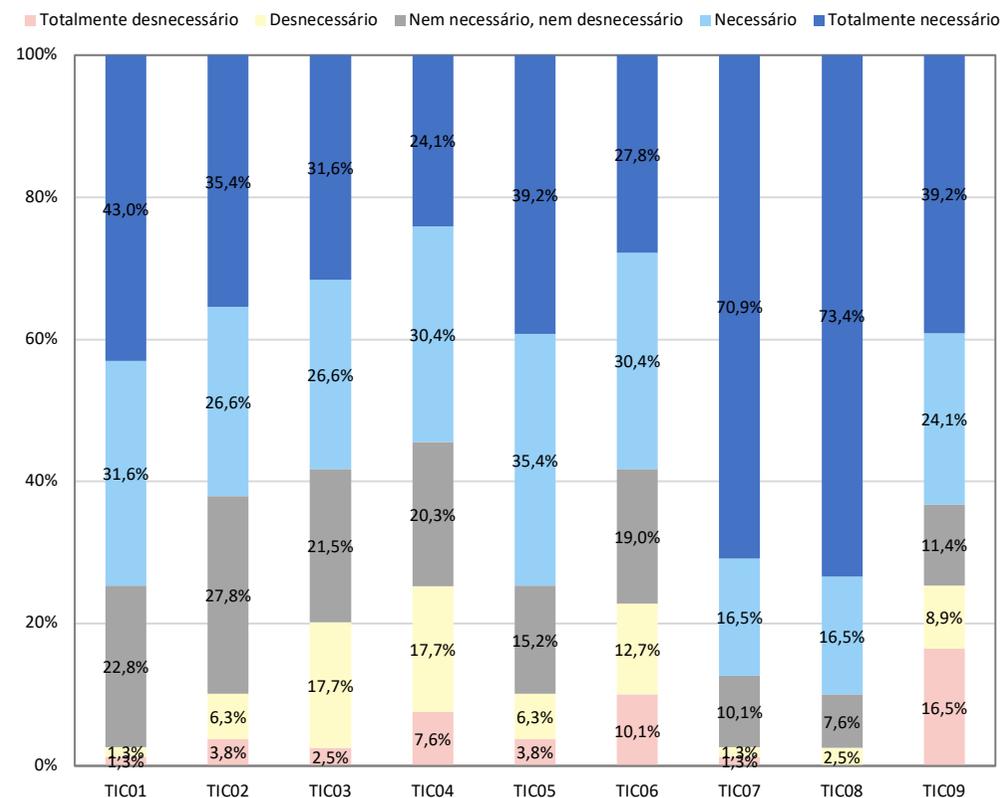


Gráfico 43. Estudantes: Bloco TIC

3.2. Grupos nominais

3.2.1 Métodos y Materiais

a. *Instrumento, projeto e procedimento*

A fim de complementar as amplas informações quantitativas coletadas com os questionários sobre necessidades de treinamento detectadas, especialmente aquelas identificadas pelos grupos de Profissionais, a equipe da UMH decidiu implementar uma série de grupos nominais em 7 grupos de Profissionais do setor de criminologia ou segurança pública em cada um dos países participantes (ou seja, Brasil, Colômbia e Peru). A adequação dos grupos nominais aos objetivos do SUCESSO reside principalmente em sua natureza como metodologia de construção de consenso, que definimos a seguir:

NGT is a highly structured technique combining characteristics of an individual survey and a focus group. Its structure limits researcher influence and influence from group dynamics. It increases the likelihood of equal participation for all group members and equal influence of (conflicting) values and ideas. NGT can be used in an exploratory (phase of a) study, can be used to generate hypotheses about topics which are relatively unfamiliar to the researcher, or to become familiar with the ideas found to be relevant to a research population that is socially and culturally different from the researcher. NGT is particularly relevant in applied research as a decision-making tool and as a consensus method (Vader, 2015, p.11)²⁸.

Para o SUCESSO, a questão de pesquisa que estruturou os diferentes grupos nominais foi a seguinte:

ES. *Considerando objetivos tales como prevenir o controlar el crimen, o incluso ofrecer un tratamiento efectivo a delincuentes y/o víctimas de violencia, ¿qué Necesidades formativas ha detectado en su ámbito profesional?*

PO. *Considerando objetivos como prevenir ou controlar o crime, ou mesmo oferecer tratamento eficaz aos infratores e/ou vítimas de violência, quais necessidades de treinamento você identificou em sua área profissional?*

O procedimento utilizado para o desenvolvimento dos grupos nominais respondeu às seguintes fases:

- 1) **Geração silenciosa de idéias.** Individualmente, eles tiveram que escrever entre 3 e 4 idéias relacionadas com a questão
- 2) **Compartilhar idéias.** Começando com um participante, cada um deles enunciou e apresentou brevemente uma de suas idéias, tentando não repetir aquelas que haviam aparecido anteriormente.
- 3) **Discussão e esclarecimento de idéias** Cada uma das idéias geradas foi tratada uma a uma para ser esclarecida: idéias semelhantes foram agrupadas, reformuladas ou divididas em várias idéias.
- 4) **Votação e ranking.** Individualmente e anonimamente, cada participante selecionou aqueles que em sua opinião eram as 5 maiores limitações e os pontuou de 1 (mínimo) a 5 (máximo), dando uma pontuação diferente para cada um.

Deve-se observar que embora este relatório preliminar de resultados inclua apenas uma apresentação qualitativa dos resultados, uma análise quantitativa detalhada das necessidades identificadas será incluída nos relatórios institucionais.

²⁸ Vander Laenen, F. (2015). Not just another focus group: making the case for the nominal group technique in criminology. *Crime science*, 4(1), 1-12.

b. Descrição da amostra

Quadro 58. Descrição da amostra Grupos Nominais

BRASIL:
Universidade São Paulo y Universidad Federal de Minas Gerais

Participantes

Âmbito	Quando você se conectar	Votação	Taxa de abandono
Âmbito da Pesquisa	6	6	0%
Âmbito da Polícia	5	4	20%
Âmbito da Sociedade Civil	6	6	0%
Âmbito da Segurança Privada	7	7	0%
Âmbito Vitimológico	8	7	12%
Âmbito Penitenciário	6	6	0%
Âmbito Judicial	6	5	17%
Totais	46	41	11%

3.2.2 Resultados

a. Âmbito da pesquisa

Quadro 59. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Treinamento teórico mais coerente tanto na sociologia do crime quanto na psicologia do crime
b.	Melhoria do conhecimento no campo jurídico; criminalização, tipos de crimes
c.	Treinamento que nos permite pensar, problematizar e distinguir as diversas áreas e sistemas que compõem a criminologia e a segurança pública
d.	Treinamento ou atualização em modelos teóricos líderes baseados em evidências empíricas, incluindo especificamente diferenças nos níveis de criminalidade
e.	Treinamento criminológico interdisciplinar, integrando sociologia, psicologia e não apenas direito
f.	Noções de direito relacionadas com o campo penal
g.	Treinamento coerente em políticas públicas de controle do crime, baseado em evidências internacionais e nacionais
h.	Maior profundidade no campo da psicossociologia, que envolve a subjetividade
i.	Treinamento para a gestão de políticas públicas
j.	Conhecimentos relacionados à prevenção e ao tratamento de adolescentes em conflito com a lei
k.	Abordagens intersetoriais dos marcadores sociais
l.	Noções de psicologia orientada para a vítima
m.	Treinamento mais coerente na área do sistema sócio-educativo e do sistema penitenciário
n.	Aprofundamento das políticas públicas, mas com foco na gestão e operação dos sistemas penitenciários e sócio-educacionais
o.	Representações de crime, segurança e violência, mas com foco no que é privado de liberdade
p.	Políticas orientadas para a juventude, incluindo o sistema sócio-educacional
q.	Outros estudos sobre vitimologia
r.	Estudo de drogas, seus efeitos e políticas de conscientização (também em relação à saúde)

Quadro 60. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades finais	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Capacitação ou atualização sobre os modelos teóricos mais notáveis baseados em evidências empíricas, incluindo especificamente as diferenças nos níveis do fenômeno criminal	23	26%	5	83%
b. O treinamento jurídico se concentra mais em cientistas sociais, incluindo tipos de crime e noções de procedimento criminal	6	7%	3	50%
c. Capacitação que consiste em políticas públicas de controle do crime, baseadas em evidências internacionais e nacionais	19	21%	6	100%
d. Capacitação no campo da psicossociologia, incluindo a subjetividade e as vítimas	8	9%	3	50%
e. Capacitação relacionada com a prevenção da delinquência juvenil, tratamento e implementação de medidas sócio-educativas	13	14%	6	100%
f. Abordagens transversais de marcadores sociais guiadas por uma perspectiva de direitos humanos	4	4%	2	100%
g. Capacitação teórica e empírica relacionada ao sistema penitenciário, cobrindo uma perspectiva histórica e organizacional, políticas de punição, agentes penitenciários, reincidência e outras intervenções criminosas	14	16%	4	67%
h. Estudo das drogas, seus efeitos e as políticas de conscientização relacionadas ao seu uso (abrangendo a saúde em geral e a saúde mental em particular)	3	3%	2	33%

Quadro 61. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Resumo

Referência	Descritor
A	Capacitação ou atualização sobre os modelos teóricos mais notáveis baseados em evidências empíricas, incluindo especificamente as diferenças nos níveis do fenômeno criminal
C	Capacitação que consiste em políticas públicas de controle do crime, baseadas em evidências internacionais e nacionais
G	Capacitação teórica e empírica relacionada ao sistema penitenciário, cobrindo uma perspectiva histórica e organizacional, políticas de punição, agentes penitenciários, reincidência e outras intervenções criminosas
E	Capacitação relacionada com a prevenção da delinquência juvenil, tratamento e implementação de medidas sócio-educativas
D	Capacitação no campo da psicossociologia, incluindo a subjetividade e as vítimas
B	O treinamento jurídico se concentra mais em cientistas sociais, incluindo tipos de crime e noções de procedimento criminal
F	Abordagens transversais de marcadores sociais guiadas por uma perspectiva de direitos humanos
H	Estudo das drogas, seus efeitos e as políticas de conscientização relacionadas ao seu uso (abrangendo a saúde em geral e a saúde mental em particular)

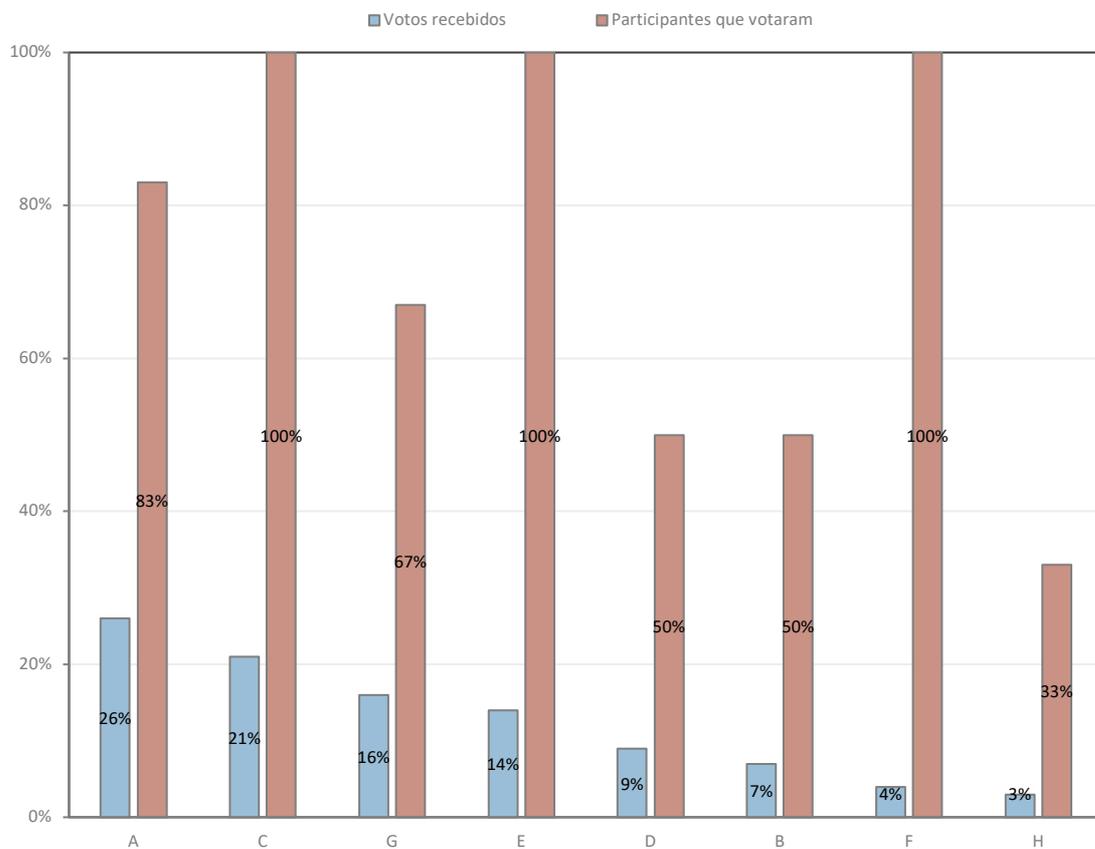


Gráfico 44. Grupos nominais. Âmbito da Pesquisa: Necessidades finais

b. *Âmbito da Polícia*

Quadro 62. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Formulação de políticas públicas de uma perspectiva sociológica (e não apenas jurídica)
b.	Levando em conta os princípios e o objetivo principal da prevenção, o profissional também deve ser capaz de compreender que a segurança pública não está ligada apenas à aplicação da lei, mas também a este entendimento sociológico, sociológico, sociológico urbano e de relações sociais.
c.	O Estado e a Sociedade - compreender a dinâmica da sociedade, o Estado e a criminalidade, compreender essas dinâmicas de ação ...
d.	Formulação de estudos e construção de políticas criminais
e.	Necessidade de melhorar/aumentar o treinamento e a informação em Criminologia - em geral - do especialista para um melhor desempenho em criminologia (compreensão da cena do crime, compreensão da situação...)
f.	Criminologia como base para reformular o processo de investigação.
g.	Educação humanística para o desempenho (incluindo principalmente elementos que permitem a compreensão dos grupos vulneráveis com os quais eles estão lidando).
h.	Estudo do crime, seja do ponto de vista da criminologia ou da sociologia do crime, é importante entender os fatores que motivam/causam o crime.
i.	Estudo do próprio comportamento desviante, para entender o indivíduo que cometeu o crime.
j.	Incentivar a necessidade de compreender o fenômeno criminal a fim de obter informações em um centro de pesquisa de comando e controle
k.	Estudo em profundidade da criminologia
l.	Estudo de modelos de ação policial, estudo de organizações (levando em conta modelos e práticas bem sucedidas de ação/intervenção policial) ...
m.	Estudo do papel da punição (reformulação das políticas de segurança pública)

Quadro 63. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades finais	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Formular políticas públicas a partir da perspectiva da sociologia (e não apenas do ponto de vista jurídico), considerando a dinâmica do Estado, da Sociedade e da Criminalidade	14	23%	4	100%
b. Criminologia como base para reformular o processo de investigação.	3	5%	1	25%
c. Estudo aprofundado da criminologia para uma melhor compreensão da criminalidade e do infrator	16	27%	4	100%
d. Educação humanística para a ação (incluindo, acima de tudo, elementos que permitam a compreensão dos grupos vulneráveis com os quais estão lidando).	8	13%	3	75%
e. Promover a necessidade de compreender o fenômeno criminal para obter informações em um centro de pesquisa de comando e controle	4	7%	1	25%
f. Estudo de modelos de ação policial, estudo de organizações (levando em conta modelos e práticas bem sucedidas de ação/intervenção policial)	9	15%	4	100%
g. Estudar o papel da punição (reformulação das políticas de segurança pública).	6	10%	3	75%

Quadro 64. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Resumo

Referência	Descritor
A	Formular políticas públicas desde la perspectiva de la Sociología (y no sólo desde el punto de vista jurídico), considerando la dinámica del Estado, la Sociedad y la Criminalidad
C	Estudio a fondo de la criminología para una mejor comprensión del crimen y del delincuente
F	Estudio de los modelos de actuación policial, estudio de las organizaciones (teniendo en cuenta los modelos y prácticas exitosos de acción/intervención policial).
D	Educación humanística para la acción (incluyendo sobre todo elementos que permitan la comprensión/entendimiento de los grupos vulnerables con los que se trata).
G	Estudiar la función del castigo (reformular las políticas de seguridad pública).
B	Criminología como base para reformular el proceso de investigación.
E	Fomentar la necesidad de entender el fenómeno criminal para obtener información en un centro de mando y control de investigación

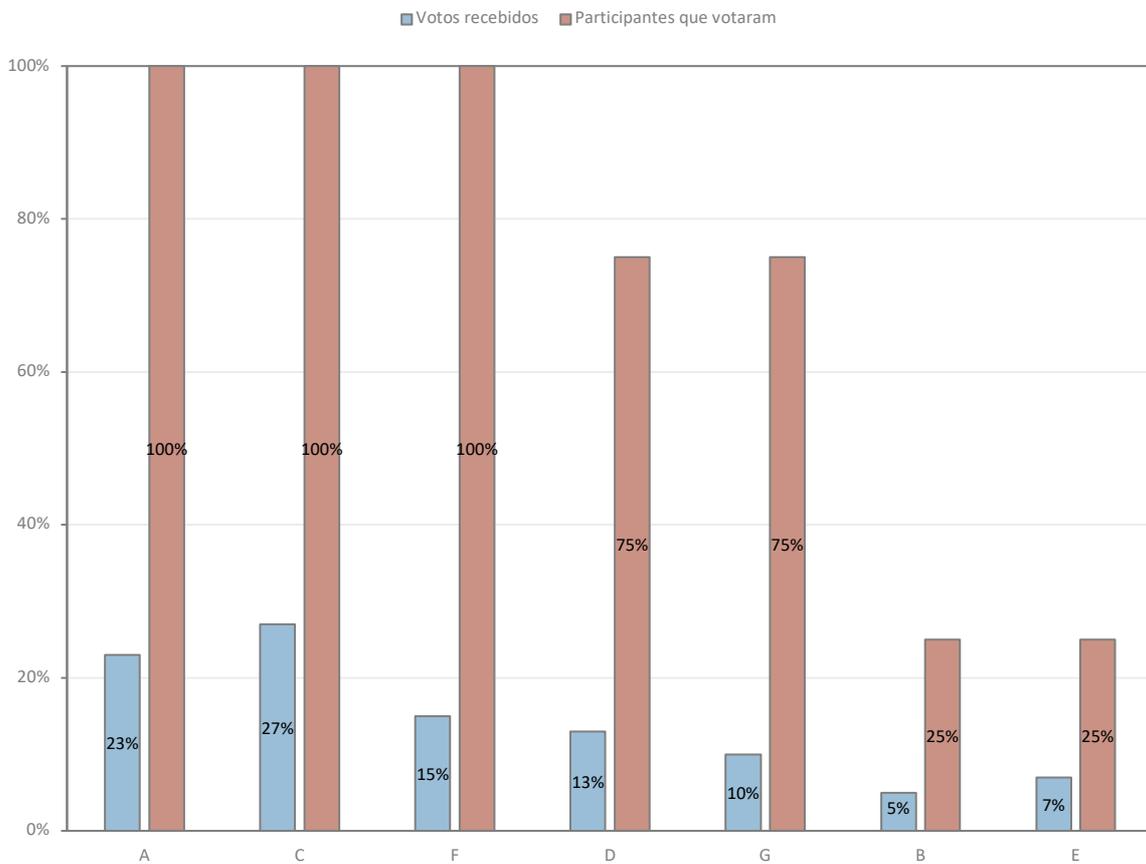


Gráfico 45. Grupos nominais. Âmbito da Polícia: Necessidades finais

c. Âmbito da Sociedade Civil

Quadro 65. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Metodologia de comunicação não-violenta
b.	Avaliação das políticas públicas no campo da segurança pública
c.	Estratégias de prevenção ao crime
d.	Soluções de resolução de conflitos não-criminais, baseadas em iniciativas locais, em uma perspectiva comparativa
e.	Metodologias de estudos territoriais para análise da criminalidade
f.	O patriarcado e seus efeitos sobre a violência de gênero
g.	Metodologias de resolução de conflitos em contextos institucionais
h.	Metodologias para a análise da trajetória dos infratores e dos delitos individuais
i.	Ética contra a corrupção
j.	Consequências da política de prisão em massa a nível local e comunitário
k.	Racismo e seletividade criminal
l.	Políticas de saúde pública, rede de saúde mental e criminologia
m.	Boas práticas de programas de intervenção
n.	Programas de ressocialização para pessoas na prisão, com foco na APAC
o.	Estratégias para que os atores da segurança pública falem com a mídia
p.	Estruturas de poder na dinâmica criminal
q.	Iniciativas de equidade de gênero para enfrentar a violência doméstica, com foco em questões habitacionais e de inclusão social e produtiva

Quadro 66. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

	Necessidades finais	Votação		Participantes	
		Pontos	%	N	%
a.	Estratégias para a resolução não-criminal de conflitos, com foco na comunicação não violenta, a partir de perspectivas locais e comparativas	9	10%	4	67%
b.	Avaliação das políticas de segurança pública, em particular a prevenção do crime	9	10%	3	50%
c.	Estratégias de prevenção ao crime, incluindo programas gerais de saúde e saúde mental	11	12%	3	50%
d.	Análise das relações de poder centradas no patriarcado e no racismo e sua influência na dinâmica criminosa baseada nas relações de poder	7	8%	2	33%
e.	Diagnóstico da incidência do crime correlacionado com o fator território	5	6%	1	17%
f.	Boas práticas em métodos de avaliação e intervenção, tais como APAC	9	10%	3	100%
g.	Estudos sobre a influência da cultura na trajetória da vida, a fim de iluminar o dilema entre ética e corrupção	5	6%	3	50%
h.	Consequências da prisão em massa na dinâmica local e comunitária	17	19%	6	100%
i.	Política criminal e seletividade criminal	4	4%	2	33%
j.	A violência e a criminalização da pobreza: interlocuções entre a segurança pública e a mídia	0	0%	0	0%
k.	Combate à violência doméstica através de políticas de habitação e inclusão produtiva das mulheres	14	16%	3	50%

Quadro 67. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Resumo

Referência	Descritor
F	Boas práticas em métodos de avaliação e intervenção, tais como APAC
H	Conseqüências da prisão em massa na dinâmica local e comunitária
A	Estratégias para a resolução não-criminal de conflitos, com foco na comunicação não violenta, a partir de perspectivas locais e comparativas
B	Avaliação das políticas de segurança pública, em particular a prevenção do crime
C	Estratégias de prevenção ao crime, incluindo programas gerais de saúde e saúde mental
G	Estudos sobre a influência da cultura na trajetória da vida, a fim de iluminar o dilema entre ética e corrupção
K	Combate à violência doméstica através de políticas de habitação e inclusão produtiva das mulheres
D	Análise das relações de poder centradas no patriarcado e no racismo e sua influência na dinâmica criminosa baseada nas relações de poder
I	Política criminal e seletividade criminal
E	Diagnóstico da incidência do crime correlacionado com o fator território
J	A violência e a criminalização da pobreza: interlocuções entre a segurança pública e a mídia

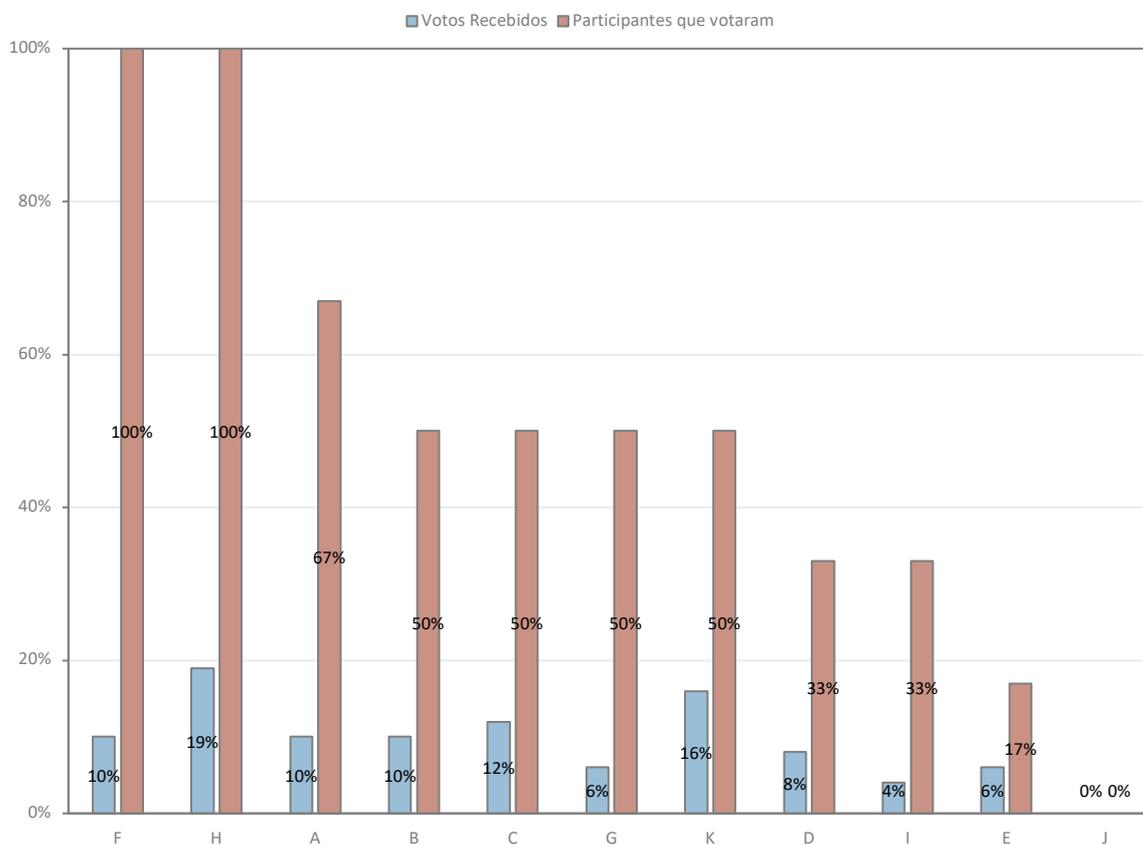


Gráfico 46. Grupos nominais. Âmbito da Sociedade Civil: Necessidades finais

d. Âmbito da Segurança Privada

Quadro 68. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Conhecimento do ciclo das políticas públicas (diagnóstico, projeto, implementação, monitoramento e avaliação) e dos arranjos institucionais e modelos de governança.
b.	Integração da polícia e da inteligência policial para a prevenção do crime
c.	Incentivar o ensino (desenvolver / construir este conhecimento) / aprender a epistemologia do ato de investigação - teoria do ato de investigação
d.	Maior integração entre os órgãos de segurança pública e as empresas ou entidades que representam as empresas de segurança pública privada. Necessidade de gerar setores específicos que integrem segurança.
e.	Conhecimento das fontes de financiamento nacionais e internacionais e seus ciclos de aplicação em projetos/políticas
f.	Promover o ensino de estratégias de prevenção baseadas em evidências, considerando os conteúdos específicos deste campo. (instituição de uma base curricular para este campo).
g.	Maior integração entre os dados gerados pela polícia - que são numerosos - e o tratamento científico desses dados (em institutos e universidades) para uma utilização das informações geradas pelos dados, além da integração da polícia
h.	Integração da informação - melhorando o conhecimento dos fluxos de processamento do crime e diferentes padrões de crime para que esse conhecimento seja melhor utilizado nas demandas operacionais - programas/políticas
i.	Análise do comportamento humano que reúne o conhecimento de pesquisadores e especialistas em comportamento humano
j.	Modelagem e gestão do conhecimento que pode ser produzido com dados do trabalho dos agentes de segurança pública.
k.	Treinamento técnico-científico específico para cada área de ação/adaptação de treinamento para cada área de ação policial . (adaptação técnica, não política).
l.	O ensino/aprendizagem dos conceitos de violência e segurança pública se desenvolveu e se disseminou nacional e internacionalmente.
m.	O conteúdo policial e de direitos humanos deve existir na formação - ética ou formação de valores orientada pelos direitos humanos e tratados nacionais e internacionais, incluindo o que vem da participação da comunidade, de modo que esta formação influencie a ação / ação prática.
n.	Modificação da estrutura de recepção da população pela polícia, um treinamento diferenciado da polícia.

Quadro 69. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades finais	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Instituições, governança de políticas públicas e fonte de financiamento para a segurança pública nacional e internacional	16	15%	6	86%
b. Ensinar modelos de modelagem e gestão do conhecimento e sua aplicação para fomentar uma cultura que promova a integração da polícia e da segurança e inteligência privadas nas políticas e ações de segurança pública	19	18%	6	86%
c. Promover o ensino (desenvolvimento / construção deste conhecimento) / aprendizagem da epistemologia do ato de investigação - teoria do ato de investigação para um melhor treinamento técnico-científico específico para cada campo de ação / adaptação do treinamento para cada campo de ação do policial . (adaptação técnica, não política) para que isso afete a estruturação da recepção da polícia à população, um treinamento diferenciado da polícia.	18	17%	5	71%
d. Promover o ensino de estratégias de prevenção social baseadas em evidências, levando em conta os conteúdos específicos deste campo. (instituição de uma base curricular para este campo)	17	16%	6	86%
e. O ensino/aprendizagem dos conceitos de violência e segurança pública desenvolvidos e disseminados em nível nacional e internacional, bem como o conteúdo da polícia e dos direitos humanos devem existir no treinamento - treinamento ético ou valores orientados pelos direitos humanos e tratados nacionais e internacionais, incluindo o que vem da participação da comunidade, de modo que este treinamento influencie a ação/prática.	20	19%	7	100%
f. Metodologias de ensino para a gestão do fenômeno criminal e teorias sobre carreiras e perfis criminais - abordando teorias de comportamento humano e comportamento criminoso	6	6%	2	100%
g. Conhecimento, acesso e publicidade das informações geradas pelas instituições de segurança pública, tanto para o tratamento científico como para aumentar o desempenho operacional.	8	8%	3	43%

Quadro 70. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Resumo

Referência	Descritor
E	O ensino/aprendizagem dos conceitos de violência e segurança pública desenvolvidos e disseminados em nível nacional e internacional, bem como o conteúdo da polícia e dos direitos humanos devem existir no treinamento - treinamento ético ou valores orientados pelos direitos humanos e tratados nacionais e internacionais, incluindo o que vem da participação da comunidade, de modo que este treinamento influencie a ação/prática.
F	Metodologias de ensino para a gestão do fenômeno criminal e teorias sobre carreiras e perfis criminais - abordando teorias de comportamento humano e comportamento criminoso
A	Instituições, governança de políticas públicas e fonte de financiamento para a segurança pública nacional e internacional
B	Ensinar modelos de modelagem e gestão do conhecimento e sua aplicação para fomentar uma cultura que promova a integração da polícia e da segurança e inteligência privadas nas políticas e ações de segurança pública
D	Promover o ensino de estratégias de prevenção social baseadas em evidências, levando em conta os conteúdos específicos deste campo. (instituição de uma base curricular para este campo)
C	Promover o ensino (desenvolvimento / construção deste conhecimento) / aprendizagem da epistemologia do ato de investigação - teoria do ato de investigação para um melhor treinamento técnico-científico específico para cada campo de ação / adaptação do treinamento para cada campo de ação do policial . (adaptação técnica, não política) para que isso afete a estruturação da recepção da polícia à população, um treinamento diferenciado da polícia.
G	Conhecimento, acesso e publicidade das informações geradas pelas instituições de segurança pública, tanto para o tratamento científico como para aumentar o desempenho operacional

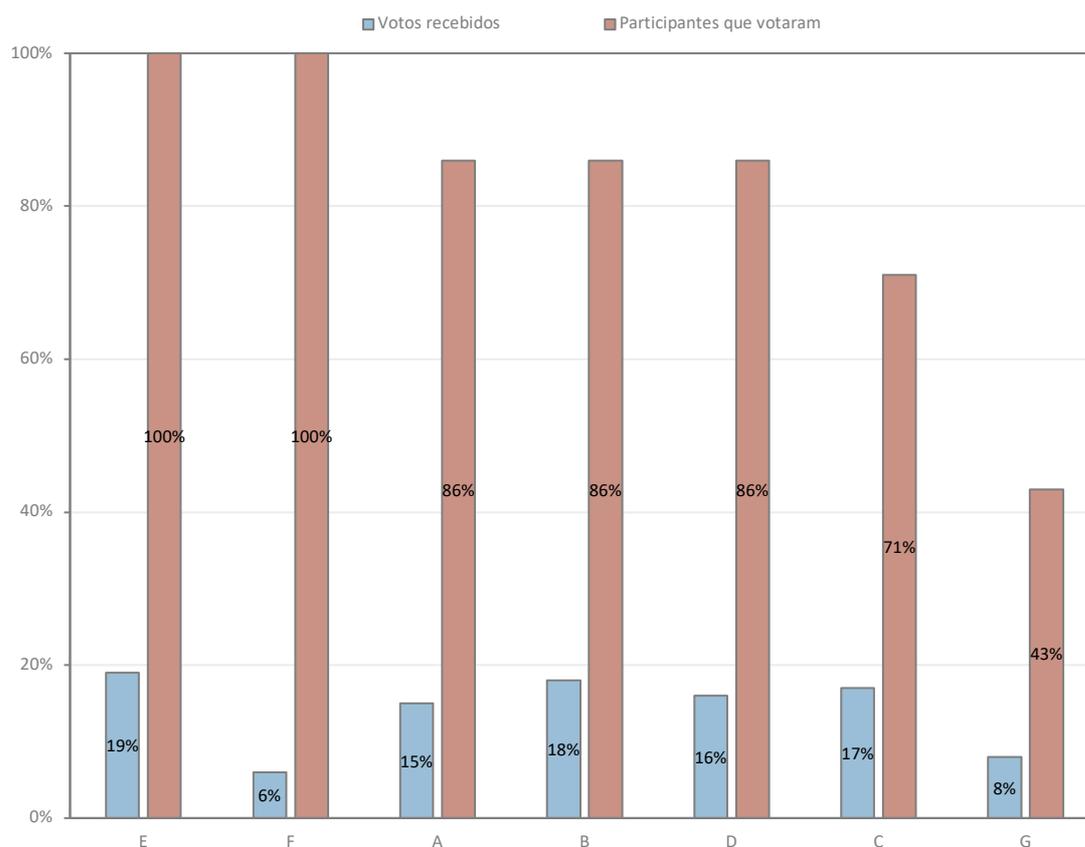


Gráfico 47. Grupos nominais. Âmbito da Segurança Privada: Necessidades finais

e. Âmbito Vitimológico

Quadro 71. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Treinamento judicial para crianças e adolescentes (com ênfase na violência sexual)
b.	O treinamento se concentrou na Lei de Execução Penal, para que os familiares das pessoas presas possam aprender mais sobre seus direitos
c.	Treinamento para o cuidado e encaminhamento de mulheres em situações de violência dentro da política de segurança pública
d.	Treinamento interdisciplinar e multidisciplinar, incluindo conhecimentos jurídicos, psicológicos, sociológicos e médicos, com foco em mulheres, crianças e adolescentes em situações de violência
e.	Treinamento criminológico específico para a polícia (militar, civil, criminal), profissionais da justiça criminal (juizes, promotores e defensores) e estudantes de direito
f.	Treinamento para orientar as famílias a direcionar a assistência do infrator
g.	Treinamento de parentes de pessoas na prisão para fornecer orientação, incluindo onde e quando procurar serviços de assistência social dentro do estado e do município
h.	Conhecer as estratégias de intervenção centradas na prevenção e no tratamento, mas com foco nas relações
i.	Treinamento para vincular programas e serviços de segurança pública e assistência social
j.	Treinamento interdisciplinar e transdisciplinar para profissionais de segurança, incluindo outros conhecimentos além do direito, tais como sociologia, psicologia e história
k.	Treinamento intersetorial para compreender a história de vida dos perpetradores e vítimas com o objetivo de intervir nestas dinâmicas sociais
l.	Treinamento focado nas saídas do sistema prisional, que resgata a auto-estima, para que eles se sintam sujeitos da lei e possam reescrever suas histórias

Quadro 72. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Capacitação interdisciplinar e multidisciplinar, incluindo conhecimentos jurídicos, psicológicos, sociológicos e médicos, com foco em mulheres, crianças e adolescentes em situações de violência	25	24%	7	100%
b. Capacitação de familiares de pessoas presas, com conhecimentos sobre os direitos sob a LEP, como ter acesso aos serviços de assistência social (estaduais e municipais) e espaços de participação social na construção de políticas de segurança pública	5	5%	1	14%
c. Capacitação multidisciplinar para profissionais do direito, segurança pública e justiça criminal, com foco em questões de gênero, racismo e controle social, assim como o papel da mídia e a constituição, composição e funcionamento dessas organizações	14	13%	7	100%
d. Capacitação destinada à prevenção primária e secundária da violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos (com uma discussão mais aprofundada do patriarcado e do machismo); mas também apresentando serviços, fluxos de atendimento e encaminhamento de redes de segurança pública, saúde e assistência social	22	21%	6	86%
e. Capacitação intersetorial com o objetivo de compreender a trajetória de vida das pessoas em contextos de violência (incluindo agressores e vítimas diretas e indiretas), com o objetivo de intervir nestas dinâmicas sociais	21	20%	6	86%
f. Capacitação destinada aos graduados do sistema prisional, para resgatar a auto-estima destes sujeitos, para que se sintam capazes de reescrever suas histórias (incluindo conexões com a sociedade civil organizada, a mídia e outros atores)	9	8%	2	100%
g. Estratégias de avaliação, incluindo possíveis ferramentas para sistematizar indicadores e permitir uma melhor compreensão de seus resultados	10	9%	6	86%

Quadro 73.. Grupos nominais Âmbito Vitimológico: Resumo

Referência	Descritor
A	Capacitação interdisciplinar e multidisciplinar, incluindo conhecimentos jurídicos, psicológicos, sociológicos e médicos, com foco em mulheres, crianças e adolescentes em situações de violência
D	Capacitação destinada à prevenção primária e secundária da violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos (com uma discussão mais aprofundada do patriarcado e do machismo); mas também apresentando serviços, fluxos de atendimento e encaminhamento de redes de segurança pública, saúde e assistência social
E	Capacitação intersetorial com o objetivo de compreender a trajetória de vida das pessoas em contextos de violência (incluindo agressores e vítimas diretas e indiretas), com o objetivo de intervir nestas dinâmicas sociais
C	Capacitação multidisciplinar para profissionais do direito, segurança pública e justiça criminal, com foco em questões de gênero, racismo e controle social, assim como o papel da mídia e a constituição, composição e funcionamento dessas organizações
G	Estratégias de avaliação, incluindo possíveis ferramentas para sistematizar indicadores e permitir uma melhor compreensão de seus resultados
F	Capacitação destinada aos graduados do sistema prisional, para resgatar a auto-estima destes sujeitos, para que se sintam capazes de reescrever suas histórias (incluindo conexões com a sociedade civil organizada, a mídia e outros atores)
B	Capacitação de familiares de pessoas presas, com conhecimentos sobre os direitos sob a LEP, como ter acesso aos serviços de assistência social (estaduais e municipais) e espaços de participação social na construção de políticas de segurança pública

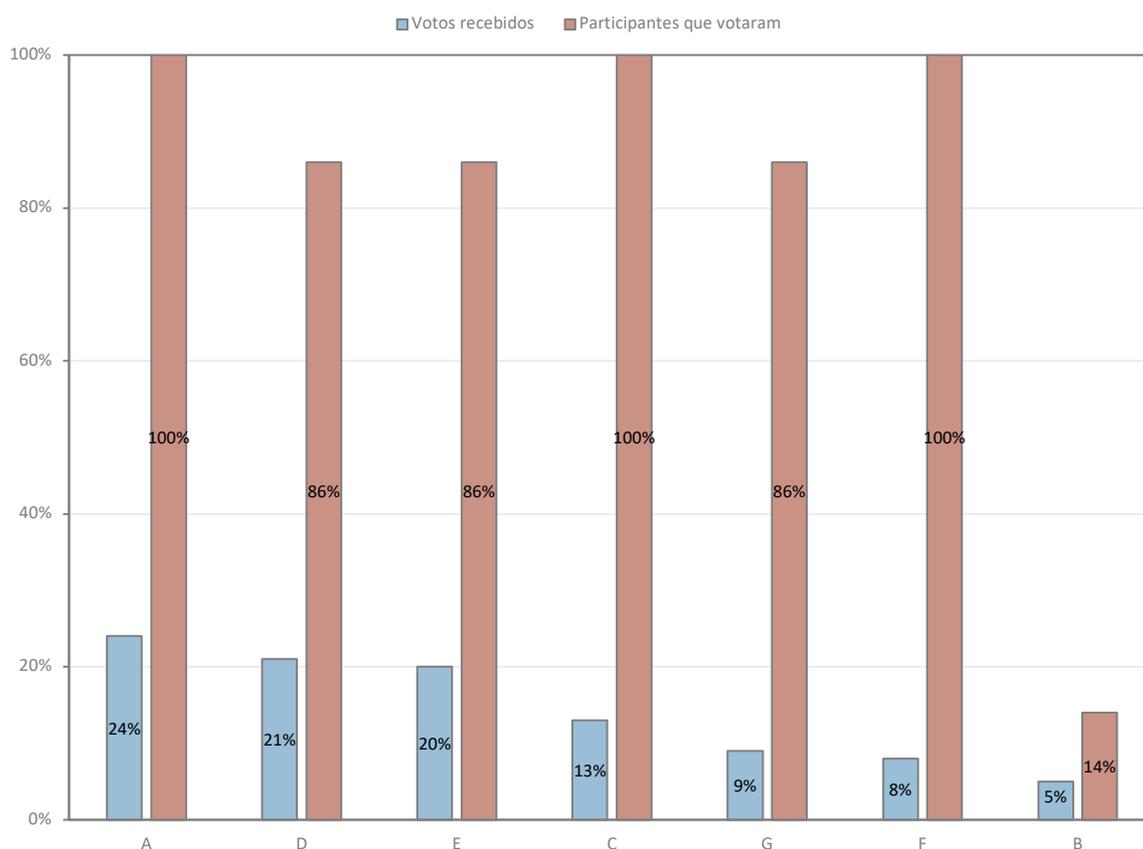


Gráfico 48. Grupos nominais. Âmbito Vitimológico: Necessidades finais

f. Âmbito Penitenciário

Quadro 74. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Treinamento em administração e gestão estratégica do sistema penitenciário e sócio-educativo
b.	Treinamento sobre cuidados qualificados para membros da família que violam seus direitos, criando campos de proteção para atender às suas necessidades
c.	Treinamento sobre crime e ferramentas de prevenção e controle do crime, com foco na individualização da punição
d.	Treinamento em diagnóstico das demandas institucionais e estratégias de intervenção relacionadas ao sistema penitenciário, analisando as lacunas entre a realidade e a lei
e.	Treinamento na produção de dados qualitativos e quantitativos sobre rotinas e práticas institucionais sócio-educativas e penitenciárias
f.	Treinamento em gestão e resolução de conflitos em unidades prisionais
g.	Treinamento em direitos humanos e direitos humanitários, com especial atenção à prevenção de práticas de tortura, em uma perspectiva comparativa
h.	Treinamento sobre o sistema sócio-educativo, especificando suas regras (ECA e SINASE), práticas e contradições, em particular no que diz respeito ao debate sobre a redução da maioridade no direito penal
i.	Treinamento em inteligência prisional, especialmente em coleta de dados, para entender a individualização da sentença e o contexto prisional
j.	Treinamento em protocolos de ação para guardas prisionais, garantindo a identidade desses profissionais
k.	Treinamento sobre os mecanismos de controle interno e externo do sistema penitenciário, com foco na construção, melhoria e fortalecimento dos mesmos, garantindo o respeito aos direitos humanos
l.	Treinamento sobre a criação de fluxos de interlocução entre o sistema prisional, organizações da sociedade civil e entidades internacionais, melhorando o controle externo
m.	O treinamento de idiomas, especialmente o inglês, permite o acesso a conteúdos anteriormente inacessíveis
n.	Treinamento sobre a quantidade de tempo gasto na prisão influencia a qualidade e os resultados do encarceramento
o.	Treinamento na gestão dos mecanismos de controle (com especial atenção ao exame dos registros criminais), em colaboração com a rede de segurança pública e a sociedade
p.	Treinamento em arquitetura prisional, levando em conta aspectos penais, ressocialização de presos e rotinas humanitárias institucionais
q.	Treinamento destinado a criar fluxos entre o sistema penitenciário e a sociedade civil, permitindo o fortalecimento dos mecanismos de controle externo
r.	Treinamento em mecanismos de resolução de conflitos, guiado por uma cultura sistêmica de paz
s.	Treinamento ao longo do tempo como um mecanismo de punição e controle em sistemas sócio-educacionais

Quadro 75. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Capacitação na gestão dos sistemas penitenciários e socioeducativos, levando em conta a formulação de diagnósticos estratégicos permanentes, baseados em dados qualitativos e quantitativos que permitem mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas	19	21%	6	100%
b. Capacitação na prevenção e combate ao crime e à delinquência, com foco nos serviços de assistência social para as famílias, em resposta às suas necessidades	3	3%	2	33%
c. Capacitação em gestão e resolução de conflitos por funcionários do sistema penitenciário e sócio-educativo, com foco em uma cultura de paz, baseada na análise de boas práticas	17	19%	6	100%
d. Capacitação em protocolos de direitos humanos, com foco nas práticas de tortura, fortalecimento dos mecanismos de controle externo com a participação da sociedade civil	18	20%	5	83%
e. Capacitação sobre o sistema socioeducativo, especificando as regras do ECA e do SINASE, as práticas, as contradições (como a proposta de reduzir a idade da responsabilidade criminal) e o papel da indeterminação do tempo na aplicação da medida socioeducativa	10	11%	2	33%
f. Capacitação sobre individualização e aspectos de tempo da sentença, levando em conta questões de inteligência criminal, arquitetura institucional, ressocialização	17	19%	6	100%
g. Formação linguística, especialmente em inglês, para permitir o acesso a conteúdos anteriormente inacessíveis	6	7%	3	50%

Quadro 76. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Resumo

Referência	Descritor
A	Capacitação na gestão dos sistemas penitenciários e socioeducativos, levando em conta a formulação de diagnósticos estratégicos permanentes, baseados em dados qualitativos e quantitativos que permitem mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas
D	Capacitação em protocolos de direitos humanos, com foco nas práticas de tortura, fortalecimento dos mecanismos de controle externo com a participação da sociedade civil
C	Capacitação em gestão e resolução de conflitos por funcionários do sistema penitenciário e sócio-educativo, com foco em uma cultura de paz, baseada na análise de boas práticas
F	Capacitação sobre individualização e aspectos de tempo da sentença, levando em conta questões de inteligência criminal, arquitetura institucional, ressocialização
E	Capacitação sobre o sistema socioeducativo, especificando as regras do ECA e do SINASE, as práticas, as contradições (como a proposta de reduzir a idade da responsabilidade criminal) e o papel da indeterminação do tempo na aplicação da medida socioeducativa
G	Formação linguística, especialmente em inglês, para permitir o acesso a conteúdos anteriormente inacessíveis
B	Capacitação na prevenção e combate ao crime e à delinquência, com foco nos serviços de assistência social para as famílias, em resposta às suas necessidades

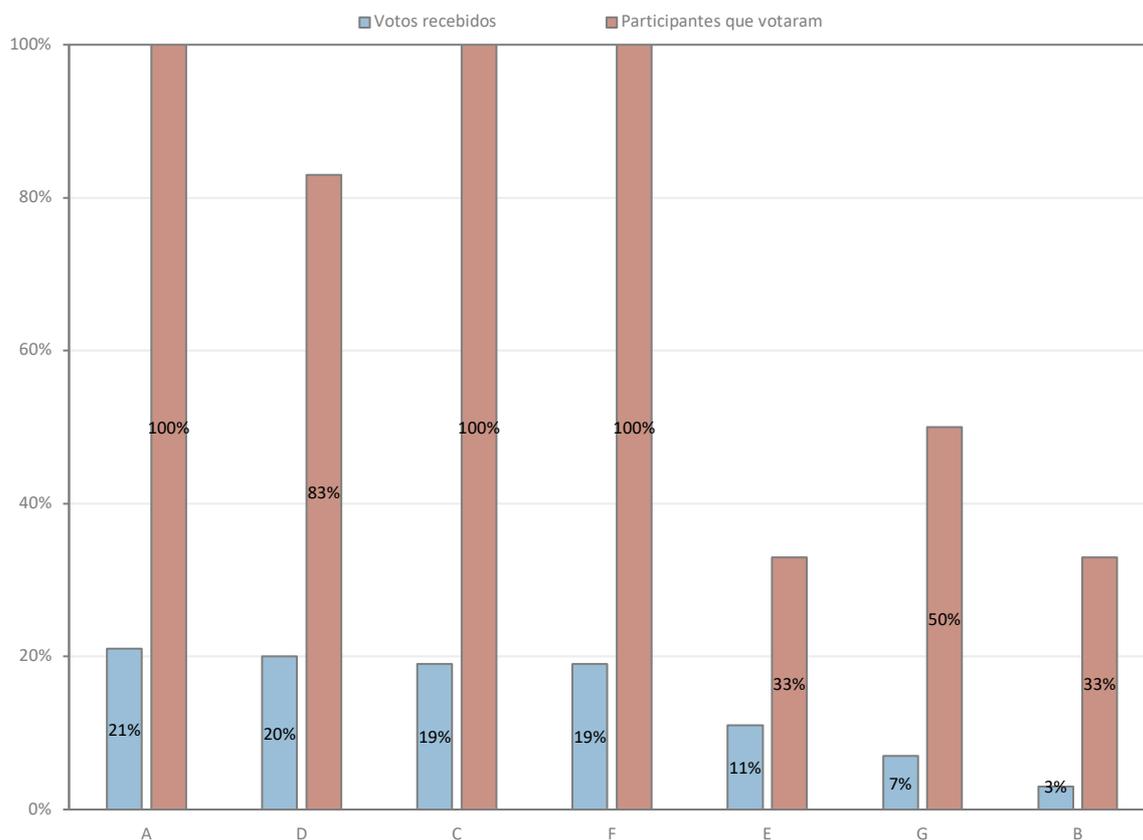


Gráfico 49. Grupos nominais. Âmbito Penitenciário: Necessidades finais

g. *Âmbito Judicial*

Quadro 77. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão

Necessidades de treinamento detectadas no início da sessão	
a.	Capacitação crítica em criminologia, para compreender o fenômeno do crime de uma forma ampla e transdisciplinar.
b.	Treinamento e promoção para o desenvolvimento da pesquisa aplicada decorrente da prática profissional
c.	Treinamento para reconhecer o crime como um fato social e para atuar na prevenção, combinando segurança pública com políticas públicas.
d.	Treinamento para permitir uma reflexão crítica e científica sobre o papel dos operadores legais.
e.	Estudo da criminalidade não isoladamente, mas em um contexto social mais amplo, como um fato social
f.	Treinamento que permite o entendimento da cultura profissional e da organização onde atuam os atores do sistema.
g.	Estudo das teorias do direito penal que influenciam a estrutura discursiva das operações jurídicas.
h.	Fornecer conhecimento sobre a rede de implementação de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades, especialmente as HUS e os equipamentos para esportes, cultura, lazer e saúde mental
i.	Treinamento que promove o conhecimento da Rede Integral que envolve oportunidades de recepção em saúde mental, esportes, cultura e lazer.
j.	Estudar a realidade na qual o direito penal é aplicado.
k.	Estudo sobre redes de apoio e cuidado para prisioneiros libertados
l.	Incentivar a percepção da importância do papel da vítima no processo penal, a fim de estimular os processos de pacificação do conflito.
m.	Abordar os obstáculos à evolução da identidade da punição criminal, permitindo a inclusão nos valores positivos do sistema jurídico para proteger as vítimas e a sociedade (Resolução 288/CNJ - decisão judicial voltada para a justiça restaurativa).
n.	Fornecer conhecimentos sobre moralidade e poderes não estatais, particularmente aqueles relacionados às principais facções criminosas do país.
o.	A necessidade de treinamento humanístico, principalmente nas humanidades para compreender a realidade da jurisdição.
p.	Promover reuniões regulares com os envolvidos na criação do contexto social da atividade.
q.	Compreensão pelos agentes do sistema de justiça do significado e objetivo do exame dos registros criminais no âmbito da aplicação da lei penal através de uma abordagem multidisciplinar.
r.	Incentivar o estudo da produção legislativa no Brasil de leis que exijam processos criminais dirigidos pelas vítimas

Quadro 78. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades finais após o processo de construção de consenso

Necessidades	Votação		Participantes	
	Pontos	%	N	%
a. Treinamento crítico e científico em criminologia para entender o fenômeno criminoso como um fato social cuja realidade deve ser considerada permitindo uma abordagem ampla e transdisciplinar, favorecendo a prevenção e combinando segurança pública com políticas públicas	23	31%	5	100%
b. Treinamento em técnicas e métodos de pesquisa aplicada, com ênfase especial nas profissões relacionadas ao sistema de justiça criminal e à justiça criminal	8	11%	4	80%
c. Treinamento que permite a compreensão da cultura e organização profissional onde os atores do sistema atuam.	7	9%	3	60%
d. Treinamento que promove o conhecimento da Rede Integral para a implementação de políticas públicas orientadas para a redução das desigualdades sociais e envolvendo as oportunidades de recepção em saúde mental, esporte, cultura, lazer e assistência à saída.	10	13%	3	60%
e. A necessidade de uma formação humanista, principalmente nas ciências humanas para compreender a realidade da jurisdição, com um dos meios de promover reuniões periódicas com os envolvidos na criação do contexto social no qual a atividade é exercida	11	15%	3	60%
f. Estudo das teorias do direito penal que afetam a estrutura discursiva das operações jurídicas, abordando os obstáculos à evolução da identidade da sanção penal e enfatizando a decisão judicial com uma abordagem de justiça restaurativa, de acordo com a Resolução 288 do CNJ.	7	9%	3	100%
g. Estimular a percepção da importância do papel da vítima no processo penal, a fim de estimular os processos de pacificação do conflito, bem como o estudo da produção legislativa no Brasil de leis que exijam o impulso da vítima para o processo penal	2	3%	1	20%
h. Proporcionar conhecimento sobre a moral e os poderes não estatais, particularmente aqueles relacionados às principais facções criminosas do país.	4	5%	2	40%
i. Compreensão pelos atores do sistema de justiça do significado e propósito do exame criminológico no contexto da execução penal através de uma abordagem multidisciplinar	3	4%	1	20%

Quadro 1. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Resumo

Referência	Descritor
A	Treinamento crítico e científico em criminologia para entender o fenômeno criminoso como um fato social cuja realidade deve ser considerada permitindo uma abordagem ampla e transdisciplinar, favorecendo a prevenção e combinando segurança pública com políticas públicas
E	A necessidade de uma formação humanista, principalmente nas ciências humanas para compreender a realidade da jurisdição, com um dos meios de promover reuniões periódicas com os envolvidos na criação do contexto social no qual a atividade é exercida
D	Treinamento que promove o conhecimento da Rede Integral para a implementação de políticas públicas orientadas para a redução das desigualdades sociais e envolvendo as oportunidades de recepção em saúde mental, esporte, cultura, lazer e assistência à saída.
B	Treinamento em técnicas e métodos de pesquisa aplicada, com ênfase especial nas profissões relacionadas ao sistema de justiça criminal e à justiça criminal
F	Estudo das teorias do direito penal que afetam a estrutura discursiva das operações jurídicas, abordando os obstáculos à evolução da identidade da sanção penal e enfatizando a decisão judicial com uma abordagem de justiça restaurativa, de acordo com a Resolução 288 do CNJ.
C	Treinamento que permite a compreensão da cultura e organização profissional onde os atores do sistema atuam.
H	Proporcionar conhecimento sobre a moral e os poderes não estatais, particularmente aqueles relacionados às principais facções criminosas do país.
I	Compreensão pelos atores do sistema de justiça do significado e propósito do exame criminológico no contexto da execução penal através de uma abordagem multidisciplinar
G	Estimular a percepção da importância do papel da vítima no processo penal, a fim de estimular os processos de pacificação do conflito, bem como o estudo da produção legislativa no Brasil de leis que exijam o impulso da vítima para o processo penal

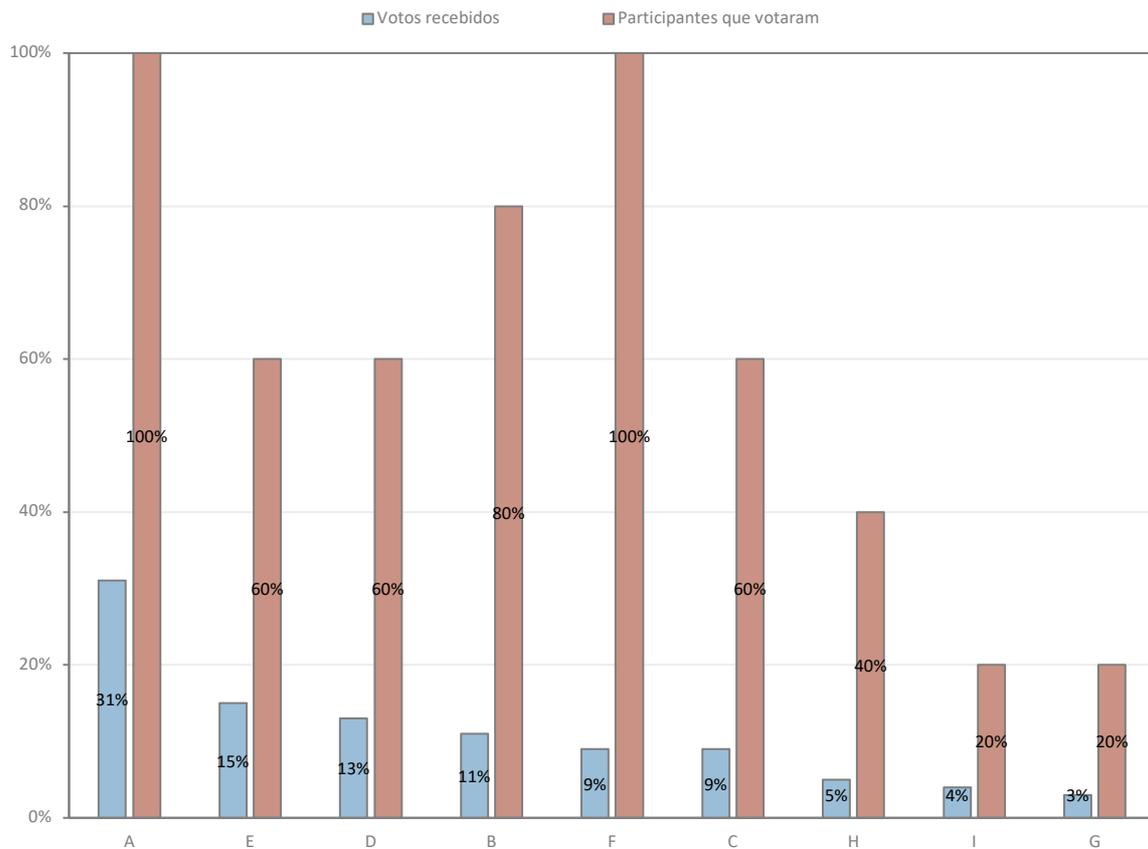


Gráfico 50. Grupos nominais. Âmbito Judicial: Necessidades finais

Referencias

- Azevedo, A. (2012). *Uso das estatísticas criminais e planejamento das atividades policiais: um estudo sobre a percepção dos profissionais de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FGV.
- Ballesteri, R. (2010). *Experiência: Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)*. Brasília: ENAP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/260>, acesso em 27 de julho de 2020.
- Batitucci, E. (2019). Gerencialismo, estamentalização e busca por legitimidade: O campo policial militar no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 101.
- Beato, C. (2012). *Crime e cidades*. Belo Horizonte: UFMG.
- Beato, F e Claudio, C. (1998). Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 13, n. 37, p. 74-87.
- Brasil. (2014). *Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública / Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública.
- Campos, M. e Alvarez, M. (2017). Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016). *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Ateliê, p. 143-216.
- Fbsp. (2019). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP.
- Feltran, G. (2012). Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992–2011). *Revista brasileira de segurança pública*, v. 6, n. 2.
- Feltran, G. (2018). *Irmãos: uma história do PCC*. Editora Companhia das Letras.
- French, J. (2017). Repensando a Violência Policial no Brasil: Desmascarando o Segredo Público da Raça. *Revista Tomo*, v. 31, p. 9.
- Junior, E. et al. (2011). Rigidez e subjetividades: uma análise cultural em uma organização policial. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 6, p. 1821-1845.
- Kant, R. (2010). Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. *Anuário Antropológico*, n. II, p. 25-51.
- Kopittke, A. (2019). *Segurança pública baseada em evidências: a revolução das evidências na prevenção à violência no Brasil e no mundo*. Tese de doutorado em gestão pública. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Kopittke, A. e Ramos, M. (2020). O que funciona e o que não funciona para reduzir homicídios no Brasil: uma revisão sistemática. *Revista de Administração Pública*.
- Leeds, E. (2013). A sociedade civil e a segurança cidadã no Brasil: um relacionamento frágil, mas em evolução. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 7, n. 2.
- Leite, F. e Codato, A. (2013). Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes. *Agenda Política*, v. 1, n. 1.
- Lima, R. Et al. (2016). Avaliação de resultados da rede nacional de altos estudos em segurança pública (RENAESP). In: *Pensando a segurança pública*. Volume 6. Brasília: Ministério da Justiça.
- Marques, A. et al. (2017). *Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo*. Tese de doutorado em antropologia. UFSCar.
- Massini-Cagliari, G. (2012). Identidade das Ciências Humanas e métricas de avaliação: Qualis periódicos e classificação de livros. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 9, n. 18.
- Murray, J., Cerqueira, D. y Kahn, T. (2013). Crime and violence in Brazil: Systematic review of time trends, prevalence rates and risk factors. *Aggression and violent behavior*, v. 18, n. 5, p. 471-483.

- Pires, L., e Kant de Lima, R. (2013). Cidadania e produção universitária: o perfil dos dirigentes e a institucionalização de práticas democráticas. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, v. 6, n. 1, p. 253-272.
- Poncioni, P. (2005). O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, v. 20, n. 3, p. 585-610.
- Rangel, F. e Bicalho, P. (2016). Iavio Medeiros; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Superlotação das prisões brasileiras: Operador político da racionalidade contemporânea. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 21, n. 4, p. 415-423, 2016.
- Ribeiro, L. e Diniz, A. (2020). *Alexandre MA. The Flow of Murder Cases Through the Criminal Justice System in a Brazilian City*. Homicide Studies, p. 1088767920917727.
- Ribeiro, L. e Teixeira, A. (2018). O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal. *Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais - Bib*, p. 13-80.
- Risso, M. (2016). Prevenção da violência: construção de um novo sentido para a participação dos municípios na segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 10, n. 2.
- Sapori, L. (2007). *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. FGV editora.
- Shaw, C. (1969). Juvenile delinquency and urban areas. *A study of rates of delinquents in relation to differential characteristics of local communities in American cities*.
- Soares, M. e Bueno, P. (2016). Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 1999-2010.
- Soares, L. (2007). A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 77-97.
- Szabó, I. e Risso, M. (2018). *Segurança pública para virar o jogo*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- UNODC. (2019). *Global report on homicide*. Viena: UNODC.
- Veiga, C. e Souza, J. (2018). A produção científica sobre formação dos policiais militares no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 12, n. 1, p. 50-70.
- Wainer, J. e Vieira, P. (2013). Avaliação de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e medidas bibliométricas: correlações para todas as grandes áreas. *Perspectivas em ciência da informação*, v. 18, n. 2, p. 60-78.
- Wainer, J. e Vieira, P. (2013). Avaliação de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e medidas bibliométricas: correlações para todas as grandes áreas. *Perspectivas em ciência da informação*, v. 18, n. 2, p. 60-78.
- Willis, G. (2015). *The killing consensus: police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil*. Univ of California Press.
- World Prison (2020). *Brief Report*. London: World Prison.
- Zanetic, A. (2010). *A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime: impactos na segurança pública e transformações contemporâneas no policiamento*. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents, which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein. Project Nº.: 609676-EPP-1-2019-1-PE-EPPKA2-CBHE-JP



SUCCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

CONSORTIUM



Universidade de São
Paulo
Brasil



Universidad
Nacional Mayor de
San Marcos
Perú



Universidad Católica
San Pablo
Perú



Universidade
Federal de Minas
Gerais
Brasil



Universidad Santo
Tomás
Colombia



Universidad Antonio
Nariño
Colombia



Universidad de
Granada
España



Universidad Miguel
Hernández de Elche
España



Universidad de
Castilla-La Mancha
España



Universidade
Católica Portuguesa
Portugal



Universidade do Minho

Universidade do
Minho
Portugal



Universidade do
Porto
Portugal



INOVA+
Portugal



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents, which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein. Project Nº.: 609676-EPP-1-2019-1-PE-EPPKA2-CBHE-JP